

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA –
PPGGP**

AILTON MANTOVANI

**Uma análise das políticas públicas de inclusão digital na
Região Metropolitana da Grande Vitória/ES**

VITÓRIA/ES
2017

AILTON MANTOVANI

**Uma análise das políticas públicas de inclusão digital na
Região Metropolitana da Grande Vitória/ES**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

VITÓRIA/ES
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

M293a **Mantovani, Ailton, 1966-**
 Uma análise das políticas públicas de inclusão digital na
Região Metropolitana da Grande Vitória, ES / Ailton Mantovani. –
2017.
 200 f. : il.

Orientadora: Rossana Ferreira da Silva Mattos.
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas.

1. Exclusão digital. 2. Exclusão social. 3. Políticas públicas.
4. Inclusão digital. 5. Tecnologias da Informação I. Mattos,
Rossana Ferreira da Silva. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

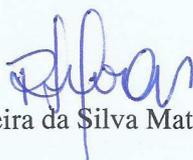
CDU: 35

**UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NA
REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA/ES**

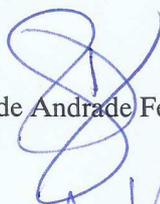
AILTON MANTOVANI

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

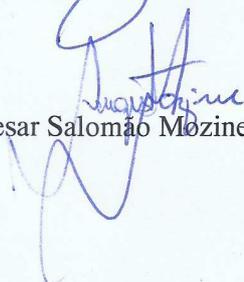
Aprovada em 26 de junho de 2017 por:



Rossana Ferreira da Silva Mattos, DSc – UFES – Orientadora



Dirce Nazaré de Andrade Ferreira, DSc – UFES



Augusto Cesar Salomão Mozzine, DSc – UVV

A todos que veem quem a sociedade ignora.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que é minha razão de buscar sempre superar as dificuldades e encarar a vida com a positividade com que sempre me presenteou.

Aos amigos e amigas, companheiros e companheiras de trabalho, professores e professoras, de dentro e de fora da universidade, gente que batalha em tantos lugares e que tanto admiro. Sem essas pessoas todas, de fato, este trabalho não existiria e nem faria o menor sentido.

Aos que contribuem com o suor de seu trabalho, voluntário ou remunerado, à transformação da vida de quem mais necessita, numa expressão muito exata do que vem a ser “vocação” e que tanto ajudaram a tornar esse trabalho possível.

Agradeço especialmente à professora Rossana, minha mais que amada orientadora, pela paciência, orientação e pelo carinho. Seu exemplo foi meu fio condutor e minha mola propulsora nessa empreitada.

O que isto quer dizer é que saberíamos muito mais das complexidades da vida se nos aplicássemos a estudar com afinco as suas contradições em vez de perdermos tanto tempo com as identidades e as coerências, que essas têm obrigação de explicar-se por si mesmas.

(Saramago)

RESUMO

Este trabalho visa estabelecer uma análise sobre as políticas públicas de inclusão digital implantadas nos municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória/ES, a partir de elementos contextuais e objetivos e sob o olhar dos mecanismos de inclusão social. A fim de firmar os parâmetros de análise, procurou-se evidenciar o contexto da formação conceitual do termo exclusão digital e as abordagens para seu tratamento, principalmente aquelas globalmente reconhecidas, bem como as adotadas pelo governo federal brasileiro. Nessa busca, foram destacadas semelhanças e distinções entre a exclusão social e a exclusão digital e foi traçada uma revisão histórica do desenvolvimento das políticas públicas de inclusão digital no Brasil. Restou estabelecida a ideia de que a inclusão digital deve ser entendida como “disponibilização de acesso”, “alfabetização digital” e “apropriação das tecnologias” visando a inclusão social. Além disso, foram reveladas as visões a partir das quais o governo federal brasileiro decidiu implantar suas políticas públicas. O estudo aprofunda-se na identificação das iniciativas de inclusão digital implementadas pelas municipalidades em seu território e dos problemas enfrentados nesse processo. Constatou-se que as políticas públicas de inclusão digital, nos municípios estudados, sofrem os mesmos problemas das políticas sociais brasileiras: a fragmentação, a descontinuidade administrativa e a alta dependência dos recursos de origem federal. Os municípios apresentaram uma grande disparidade no que se refere ao número e abrangência das medidas inclusivas, agravada pela evidente insciência do gestor público quanto ao conceito e à utilidade da inclusão digital. Finalmente, foi identificada a falta de indicadores disponíveis para medir exclusão e inclusão digital, o que revela a necessidade de se desenvolver indicadores para avaliar a inclusão social alcançada através da implementação de ações de inclusão digital.

Palavras-chave: Inclusão digital; Políticas públicas; Tecnologias da Informação e Comunicação; Exclusão digital; Exclusão social.

ABSTRACT

This dissertation aims to establish an analysis of the public policies of digital inclusion implemented in the municipalities that compound the Metropolitan Region of Greater Vitória/ES, based on contextual and objective elements and under the view of the mechanisms of social inclusion. In order to set the parameters for this analysis, we sought to highlight the context of the conceptual formation of the term digital exclusion and the approaches to its treatment, especially those globally recognized, as well as those adopted by the Brazilian federal government. In this search, similarities and distinctions between social exclusion and digital exclusion were highlighted and a historical review of the development of public policies of digital inclusion in Brazil was done. It was established the idea that digital inclusion should be understood as "providing access", "digital literacy" and "appropriation of technologies" aiming the social inclusion. In addition, the principles from which the Brazilian federal government decided to implement its public policies were revealed. The study goes into identifying the digital inclusion initiatives implemented by the municipalities in their territory and the problems faced in this process. It was verified that the public policies of digital inclusion in the studied municipalities suffer the same problems of the Brazilian social policies: the fragmentation, the administrative discontinuity and the high dependence of the resources of federal origin. The municipalities presented a great disparity in the number and scope of the inclusive measures, aggravated by the evident unfamiliarity of the concept and utility of digital inclusion by the public managers. Finally, it was identified a lack of available indicators to measure digital exclusion and inclusion revealing the need of developing indicators to assess the social inclusion achieved through the implementation of digital inclusion actions.

Keywords: Digital Inclusion; Public Policies; Information and Communication Technologies; Digital Exclusion; Social Exclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo de mapeamento sistemático	26
Figura 2 - Barreiras que restringem o acesso à internet	45
Figura 3 - Localização geográfica da RMGV.....	82
Figura 4 - Localização do Município de Vitória/ES	85
Figura 5 - Localização do Município de Cariacica/ES	90
Figura 6 - Localização do Município de Fundão/ES	95
Figura 7 - Localização do Município de Guarapari/ES	100
Figura 8 - Localização do Município de Serra/ES	105
Figura 9 - Localização do Município de Viana/ES	110
Figura 10 - Localização do Município de Vila Velha/ES	115
Figura 11 - Mapa de localização e Mancha Urbana da RMGV	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Uso da Internet no mundo (em %), de 2005 a 2016* (estimado).....	38
Gráfico 2 - Usuários de internet por 100 habitantes.....	43
Gráfico 3 - Alcance populacional da Cobertura da rede móvel no mundo	46
Gráfico 4- Relação de usuários da internet na Índia por gênero	46
Gráfico 5 - 10 idiomas mais usados na Internet – Junho de 2016.....	54
Gráfico 6 - Economia de Vitória/ES.....	86
Gráfico 7 - Economia de Cariacica/ES	91
Gráfico 8 - Economia de Fundão/ES.....	96
Gráfico 9 - Economia de Guarapari/ES	101
Gráfico 10 - Economia de Serra/ES	106
Gráfico 11 - Economia de Viana/ES.....	111
Gráfico 12 - Economia de Vila Velha/ES.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Assuntos e palavras-chave	25
Quadro 2 - Ações do Governo FHC com impacto sobre a exclusão digital.....	63
Quadro 3 - Primeira expansão das políticas públicas de inclusão digital.	68
Quadro 4 - Reestruturação das políticas públicas de inclusão digital	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - <i>Uso da internet no mundo e dados populacionais</i>	44
Tabela 2 - Utilização da internet – pessoas de 10 anos ou mais de idade.....	47
Tabela 3 - IDHM da RMGV e dos municípios estudados	82
Tabela 4 - IDHM e componentes – RMGV	83
Tabela 5 - População Total Rural/Urba - RMGV	83
Tabela 6 - Expectativa de Anos de Estudo - RMGV.....	84
Tabela 7 - Renda, Pobreza e Desigualdade - RMGV.....	84
Tabela 8 - Rendimento mensal por condição do domicílio - RMGV	84
Tabela 9 - População Total Rural/Urba - Vitória/ES	86
Tabela 10 - IDHM e componentes - Vitória/ES.....	87
Tabela 11 - Expectativa de Anos de Estudo - Vitória/ES	87
Tabela 12 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Vitória/ES	88
Tabela 13 - Rendimento mensal por condição do domicílio - Vitória/ES.....	88
Tabela 14 - Estabelecimentos de ensino em Vitória/ES.....	89
Tabela 15 - Recursos tecnológicos instalados - Vitória/ES	89
Tabela 16 - População Total Rural/Urba - Cariacica/ES	91
Tabela 17 - IDHM e componentes - Cariacica/ES.....	92
Tabela 18 - Expectativa de Anos de Estudo - Cariacica/ES.....	92
Tabela 19 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Cariacica/ES.....	93
Tabela 20 - Rendimento mensal por condição do domicílio - Cariacica/ES	93

Tabela 21 - Estabelecimentos de ensino em Cariacica/ES.....	94
Tabela 22 - Recursos tecnológicos instalados - Cariacica/ES	94
Tabela 23 - População Total Rural/Urba na - Fundão/ES	96
Tabela 24 - IDHM e componentes - Fundão/ES.....	97
Tabela 25 - Expectativa de Anos de Estudo - Fundão/ES	97
Tabela 26 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Fundão/ES	98
Tabela 27 - Rendimento mensal por condição do domicílio - Fundão/ES.....	98
Tabela 28 - Estabelecimentos de ensino em Fundão/ES.....	99
Tabela 29 - Recursos tecnológicos instalados - Fundão/ES	99
Tabela 30 - População Total Rural/Urba na - Guarapari/ES	101
Tabela 31 - IDHM e componentes - Guarapari/ES.....	102
Tabela 32 - Expectativa de Anos de Estudo - Guarapari/ES.....	102
Tabela 33 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Guarapari/ES.....	103
Tabela 34 - Rendimento mensal por condição do domicílio - Guarapari/ES	103
Tabela 35 - Estabelecimentos de ensino em Guarapari/ES.....	104
Tabela 36 - Recursos tecnológicos instalados - Guarapari/ES	104
Tabela 37 - População Total Rural/Urba na - Serra/ES	106
Tabela 38 - IDHM e componentes - Serra/ES.....	107
Tabela 39 - Expectativa de Anos de Estudo - Serra/ES.....	107
Tabela 40 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Serra/ES.....	108
Tabela 41 - Rendimento mensal por condição do domicílio - Serra/ES	108

Tabela 42 - Estabelecimentos de ensino em Serra/ES	109
Tabela 43 - Recursos tecnológicos instalados - Serra/ES	109
Tabela 44 - População Total Rural/Urba na - Viana/ES	111
Tabela 45 - IDHM e componentes - Viana/ES.....	112
Tabela 46 - Expectativa de Anos de Estudo - Viana/ES	112
Tabela 47 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Viana/ES	113
Tabela 48 - Rendimento mensal por condição do domicílio - Viana/ES.....	113
Tabela 49 - Estabelecimentos de ensino em Viana/ES.....	114
Tabela 50 - Recursos tecnológicos instalados - Viana/ES	114
Tabela 51 - População Total Rural/Urba na - Vila Velha/ES	116
Tabela 52 - IDHM e componentes - Vila Velha/ES.....	117
Tabela 53 - Expectativa de Anos de Estudo - Vila Velha/ES.....	117
Tabela 54 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Vila Velha/ES	118
Tabela 55 - Rendimento mensal por condição do domicílio - Vila Velha/ES	118
Tabela 56 - Estabelecimentos de ensino em Vila Velha/ES.....	119
Tabela 57 - Recursos tecnológicos instalados - Vila Velha/ES	119

LISTA DE SIGLAS

%CPU - Domicílios com computador

AIDS - Síndrome da inumo-deficiência adquirida

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BBS - *Bulletin Board System*

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Mundial

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CDI - Comitê para Democratização da Informática

CDT - Centro de Desenvolvimento Tecnológico

CEF - Caixa Econômica Federal

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

CEU - Centro de Artes e Esportes Unificado

CF - Constituição Federal

CGI.BR - Comitê Gestor da Internet no Brasil

CIAMPE - Centro Integrado de Apoio à Micro e Pequenas Empresas

CID - Centros de Inclusão Digital

CMSI - Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação

CNAS - Conselho Nacional de Assistência social

COMDEVIT - Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória

CPMF - Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira

CPQD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicação

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CRC - Centro de Recondicionamento de Computadores

CVT - Centro Vocacional Tecnológico

EIC - Escola de Informática e Cidadania

EJA - programa de Educação de Jovens e Adultos

EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações

EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental

FAPEMIG - Federação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FAPES - Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo

FAPS - Fundação de Apoio à Pesquisa

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUMDEVIT - Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de
Valorização do Magistério

GESAC - Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão

HTML - Hyper Text Markup Language

IAMAI - Internet and Mobile Association of India

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ICT - *Internet and Communication Technologies*

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IF - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

IMRB - Indian Market Research Bureau

INAP - Instituto de Ação Popular

INPS - Instituto Nacional da Previdência Social

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPMF - Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira

IRPF - Imposto de Renda de Pessoa

ITS - Instituto de Tecnologia e Sociedade

ITU - *International Telecommunication Union*

IWS - Internet World Stats

LAI - Lei de Acesso à Informação

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MC - Ministério das Comunicações

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MDIC - Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC - Ministério da Educação

METROVIX - Rede Metropolitana de Alta Velocidade de Vitória

MI - Ministério da Integração Nacional

MINC - Ministério da Cultura

MME - Ministério de Minas e Energia

MPA - Ministério da Pesca e Agricultura

MPAS - Ministério da Previdência e da Assistência Social

MPF - Ministério Público Federal

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MS - Ministério da Saúde

MT - Ministério do Trabalho

NOMIC - Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação

NTE - Núcleo de Tecnologia Educacional

NTIA - Administração Nacional de Telecomunicações e Informação

OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONG - Organização Não Governamental

ONID - Observatório Nacional de Inclusão Digital

ONU - Organização das Nações Unidas

OS - Organização Social

OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

OSILAC - Observatorio para la Sociedad de la Información en Latinoamerica y el Caribe

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PBF - Programa Bolsa-Família

PBID - Programa Brasileiro de Inclusão Digital

PBLE - Programa Banda Larga nas Escolas

PC - *Personal Computer*

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB - Produto Interno Bruto

PID - Ponto de Inclusão Digital

PIS - Programa Integração Social

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNBL - Programa Nacional de Banda Larga

PNP - Programa Nacional de Publicização

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PORMIN - Portal de Apoio Técnico e Gerencial para os Pequenos Produtores
Minerais

PRODEST - Instituto de Tecnologia, Informação e Comunicação do Espírito Santo

PROINFO - Programa Nacional de Tecnologia Educacional

PRONAFOR - Programa Nacional de Formalização da Produção Mineral

REICOMP - Regime especial de incentivo a computadores para uso educacional

RFB - Receita Federal do Brasil

RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

RITS - Rede de Informações para o Terceiro Setor

RMGV - Região Metropolitana da Grande Vitória

RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECIS - Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

SECOM - Secretaria de Comunicação

SEGER - Secretaria de Gestão e Recursos Humanos

SEMAD - Secretaria Municipal de Administração

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SEMDETUR - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

SEME - Secretaria Municipal de Educação

SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde

SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados

SICI - Sistema de Coleta de Informações

SID - Secretaria de Inclusão Digital

SIGAFWEB - Sistema de Gerenciamento da Atenção à Família

SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SOCINFO - Programa Sociedade da Informação

STI - Secretaria de Tecnologia Industrial

SUB-TI - Subsecretaria de Tecnologia de Informação

TELEBRAS - Telecomunicações Brasileiras S/A

TIC - Tecnologia da Informação e da Comunicação

TIN - Telecentros de Informações e Negócios

UCA - Um Computador por Aluno

UIT - União Internacional de Telecomunicações

UNB - Universidade de Brasília

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

WWW - *World Wide Web*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
BREVE REVISÃO DA LITERATURA	28
CAPÍTULO 1	
REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA X EXCLUSÃO DIGITAL	35
1.1 A EXCLUSÃO SOCIAL	39
1.2 A EXCLUSÃO DIGITAL.....	42
CAPÍTULO 2	
EXCLUSÃO DIGITAL X EXCLUSÃO SOCIAL	51
CAPÍTULO 3	
UMA BÚSSOLA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL	55
3.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL	57
3.1.1 Os primeiros sinais da exclusão digital e as reações da sociedade civil	58
3.1.2 O início da atenção governamental ao problema da exclusão digital.....	61
3.1.3 A expansão das políticas públicas de inclusão digital	66
3.1.4 A reestruturação das políticas públicas de inclusão digital.....	74
CAPÍTULO 4	
OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA	81
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA RMGV	81
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.....	85
4.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARIACICA.....	90
4.4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FUNDÃO	95
4.5 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI	100
4.6 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERRA.....	105
4.7 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIANA	110
4.8 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA.....	115
4.9 UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA RMGV	120
CAPÍTULO 5	
AÇÕES DE INCLUSÃO DIGITAL NA RMGV	123
5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO ÂMBITO DO GOVERNO ESTADUAL	123

5.2 INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES	124
5.3 INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO MUNICÍPIO DE CARIACICA/ES .	127
5.4 INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO MUNICÍPIO DE FUNDÃO/ES	129
5.5 INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI/ES	129
5.6 INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO MUNICÍPIO DE SERRA/ES	130
5.7 INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO MUNICÍPIO DE VIANA/ES.....	131
5.8 INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES	133
CAPÍTULO 6	
ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA RMGV	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
Referências	156
APÊNDICE A - Links úteis	168
APÊNDICE B - Revisão da Literatura.....	170
ANEXO A - Indicadores Nacionais - MC	177
ANEXO B - Indicadores Estaduais - MC	178
ANEXO C - Unidades cadastradas no Gesac - Espírito Santo	180
ANEXO D - Recursos recebidos - municípios estudados - Gesac	184
ANEXO E - Ranking de Municípios Incluídos segundo a FGV	185
ANEXO F - Indicadores de Desenvolvimento de Vitória	188
ANEXO G - Telecentros mantidos pela Prefeitura de Vitória.....	190
ANEXO H - Pontos de acesso - Vitoria Online	191
ANEXO I - Telecentros de Cariacica.....	197
ANEXO J - Telecentros de Guarapari e Viana.....	198
ANEXO K - Distribuição de Telecentros (MCTIC)	199

INTRODUÇÃO

A internet é um fenômeno que revolucionou a vida no mundo, transformando hábitos e costumes a ponto de permear todas as ações da vida em sociedade. Mesmo quem, por opção, não se conecta a ela, indiretamente é afetado pelas tecnologias, uma vez que, hoje, é a principal via de troca de informações. O conhecimento sobre ela é praticamente imprescindível para quem pretende ingressar no mercado de trabalho formal especializado. Os governos são, cada vez mais, pressionados a implantar um modelo de controle social da gestão pública por meio da Internet. Esta, inclusive, entremeia todo o processo político, desde a campanha eleitoral até o cumprimento dos mandatos dos eleitos. A gestão participativa demanda que a população tenha conhecimento e acesso aos meios de comunicação digitais. Dessa expansão da internet, surgiu, então, uma nova categoria de exclusão social: a exclusão digital. Estamos tão inseridos nas mudanças ocorridas nas relações entre as pessoas, empresas e governos, que não percebemos aqueles que não têm acesso à tecnologia. Não por escolha própria, como ocorre com muitos de nós, mas simplesmente por estarem impedidos de conhecê-la ou, mesmo a conhecendo, não possuírem recursos ou conhecimento suficientes para acessá-la.

Ao pesquisar o tema da exclusão digital, identificamos que a maior parte dos estudos brasileiros repousa nas mudanças da sociedade a partir da evolução tecnológica das três últimas décadas. Outros estudos se centram em carências tecnológicas ou de formação profissional para atingir a chamada inclusão digital. Encontramos, assim, uma lacuna nas produções científicas no sentido de discutir objetivamente, em nível de gestão de políticas públicas, o que tem sido feito para enfrentar a exclusão digital com foco na inclusão social. Em razão de nossos limitados recursos, nos ativemos aos municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória e limitamos temporalmente a pesquisa até o ano de 2016. Apresentamos, assim, o problema de pesquisa que decidimos enfrentar: **a partir de elementos contextuais e objetivos, sob o olhar dos mecanismos de inclusão social, como estão implantadas as políticas públicas de inclusão digital nos municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória?**

Com o intuito de identificar e caracterizar o fenômeno da exclusão digital a partir da noção da exclusão social, foram adotadas algumas fontes primárias para começar a formar o referencial teórico. Foram selecionados os livros de Manuel Castells – a trilogia “A Era da Informação”, formada por “A Sociedade em Rede”, “O Poder da Identidade” e “Fim de Milênio”, e as obras “A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade” e “O Poder da Comunicação” –, de Luis Borges Gouveia, “Cidades e regiões digitais: impacto nas cidades e nas pessoas”, e de Tadao Takahashi, “Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde”, a tese de Doutorado de Benedito Medeiros Neto, “Avaliação dos impactos dos processos de inclusão digital e informacional nos usuários de programas e projetos no Brasil”, o artigo de Maria Cristina Feijó e Simone Gonçalves de Assis, “O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias” e o sítio do Prof. Ms. Adilson Cabral, “Sete Pontos – para concretizar a sociedade do conhecimento”. Foi escolhido, também, o livro de Pierre Rosanvallon, “A crise do estado-providência”, que, ao estabelecer uma análise sobre o Estado-Providência como um elo entre o capitalismo e o socialismo ou como uma compensação para corrigir desequilíbrios econômicos e sociais do mercado, em muito apontou o alinhamento por nós desejado para o desenvolvimento da pesquisa. A partir da revisão bibliográfica preliminarmente definida, foi elaborado o Quadro 1, onde são apontados os assuntos e as palavras-chaves que foram utilizadas na busca pelas referências.

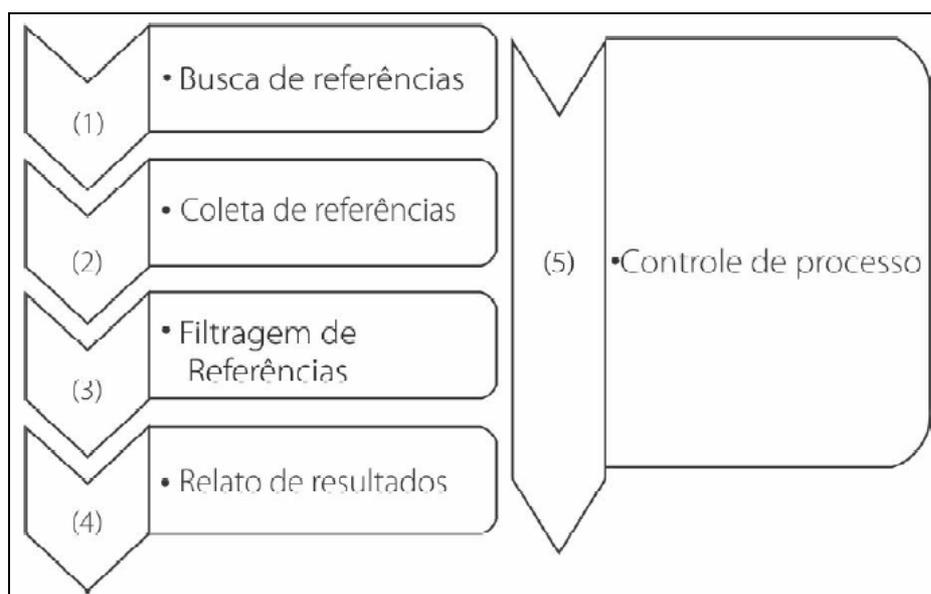
Quadro 1 - Assuntos e palavras-chave

Assunto	Palavras-chave
Exclusão Digital e Exclusão Social	exclusão social / social exclusion exclusão digital / digital divide inclusão digital / digital inclusion cidadania / citizenship
Políticas Públicas de Inclusão Digital	política pública / public policy políticas públicas / public policies gestão pública / public management
A Sociedade da Informação e do Conhecimento	sociedade da informação e do conhecimento / information and knowledge society sociedade da informação / information society ciberespaço / cyberspace Cibercultura / cyberculture

Fonte: Elaborado pelo autor.

No decorrer da pesquisa, tivemos conhecimento do modelo proposto por Proença Júnior e Silva (2016) para o mapeamento sistemático da literatura, que estabelece cinco etapas: (1) a busca por referências; (2) a coleta das referências para um repositório organizador; (3) a filtragem das referências; (4) o relato dos resultados; e (5) o controle do processo, realizado a partir da apreciação crítica do conteúdo das referências, em paralelo com as etapas anteriores, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1 - Processo de mapeamento sistemático



Fonte: PROENÇA JÚNIOR e SILVA (2016)

Seguindo o método adotado, partimos para a busca de textos no Portal de Periódicos Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e na biblioteca do Nuffield College, da Universidade de Oxford. Para catalogação das referências, foi utilizado um *software* gratuito de pesquisa e de organização de trabalhos – o Mendeley Desktop. Os *links* para os mecanismos de buscas e para o *software* de pesquisa e gerenciamento de referências encontram-se no APÊNDICE A deste trabalho. Os trabalhos previamente selecionados para compor a revisão de literatura são apresentados no APÊNDICE B.

O estudo apresenta-se como um estudo de caso (com a roupagem exploratória e descritiva), que, conforme Yin (2001), é ideal para as situações organizacionais reais em que o pesquisador não tem controle dos fenômenos. A adoção das vertentes descritiva e exploratória visa descrever com certa profundidade o objeto estudado (GIL, 2002). Além disso, por se tratar de um estudo de caso, a pesquisa tem como

limitação a dificuldade em generalizar seus resultados, mas, como observa Yin (2001, p.29), “o estudo de caso, como o experimento, não representa uma ‘amostragem’, e o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística)”. Em pesquisas muito complexas, o estudo de caso permite formar bases para a formulação de hipóteses para um problema, contribuindo com novas descobertas que enfatizam a multiplicidade de variáveis que podem influenciar determinados fenômenos, além de permitir uma análise detalhada de todo o processo.

Quanto ao método, utilizamos uma abordagem quali-quantitativa. A preocupação central da pesquisa possui caráter qualitativo, pois toma como base conhecimentos teórico-empíricos que lhe atribuíram cientificidade e os dados estão dispostos de forma que evidenciam nas descrições uma boa visão e compreensão do contexto do problema (MALHOTRA, 2001). A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, como foi o presente estudo, pois ela se ocupa com um nível de realidade que não pode ainda ser plenamente quantificada. Devido à complexidade da análise proposta, foram adotados alguns procedimentos típicos da pesquisa quantitativa, que se evidenciaram em dois momentos. Um, ao ser necessário apurar as relações entre as variáveis (dados sociais, demográficos e econômicos das regiões estudadas) que viessem a comprovar ou negar os dados oficiais divulgados pelos governos, em suas esferas federal, estadual e municipal no que tange à parcela da população excluída digitalmente. Em outro momento, o caráter quantitativo também esteve presente na opção pelo uso da verificação dos recursos financeiros repassados aos municípios, a fim de comprovar os vínculos entre as políticas públicas municipais implantadas e os programas federais que as mantêm.

A coleta de dados se deu, principalmente, por meio de levantamento bibliográfico, consultando registros em documentos escritos e em sítios da Internet correlatos ao tema. Outras fontes secundárias consultadas foram teses, dissertações e monografias a respeito das iniciativas estudadas. Como apoio à contextualização do objeto estudado - as políticas públicas de inclusão digital -, foram utilizados dados estatísticos obtidos de organismos de pesquisa. A análise dos dados coletados foi feita por meio de técnicas qualitativas, principalmente da análise de conteúdo, por assentar-se na concepção crítica e dinâmica da linguagem (FRANCO, 2005, p. 13), e, em menor escala, de quantitativas.

BREVE REVISÃO DA LITERATURA

Com a propagação do uso da Internet nos anos 1990, as formas de comunicação sofreram uma mudança revolucionária, que transformou cidadãos de diferentes nacionalidades em cidadãos do mundo. Rapidamente barreiras geográficas e políticas foram superadas e, a partir de então, a sociedade passou por profundas mudanças nas formas de trabalho, de aprendizagem, de ensino, de comunicação e de informação, atingindo até os hábitos pessoais dos indivíduos. No entanto, nesse processo, foi privilegiada uma parcela da população com poder aquisitivo suficiente para suprir-se dos recursos tecnológicos necessários, bem como para capacitar-se intelectualmente para absorver as novas ferramentas. Um novo espaço foi criado no aspecto social, econômico, político e de oportunidades que, como estava acessível a uma diminuta parcela da população, fez surgir um tipo de exclusão, a digital (TAKAHASHI, 2000). A velocidade com que novas tecnologias são incorporadas ao cotidiano agrava e mantém fossos entre duas parcelas da sociedade, os incluídos e os excluídos, muitas vezes rotulados de incapacitados ou limitados pelo simples fato de estarem à margem da sociedade em rede (MEDEIROS NETO, 2012)

A ideia de exclusão envolve as várias formas de segregação e discriminação que acabam por compor um quadro de vulnerabilidades que, para serem superadas, demandam a ação do Estado por meio de políticas públicas (FEIJÓ e ASSIS, 2004; CARVALHO, 2010). Assim, da mesma forma que se sucede com a exclusão social, a constatação da ocorrência da exclusão digital deveria preocupar o Gestor Público que, por sua vez, tem o múnus de agir por meio de políticas públicas de inserção digital. No Brasil, para medir o grau de inclusão digital de uma comunidade, procura-se avaliar a distribuição da posse de computador, a disponibilidade de conexão na área excluída, etc., enquanto que, para identificar a ocorrência da exclusão digital, estabelece-se como premissa sua relação direta com a exclusão social e, então, outros critérios são utilizados para mensurar o número de excluídos, como a renda per capita, o índice de desenvolvimento humano, etc. Em contraponto, Rosanvallon afirma que “não é importante contar os excluídos. Isso não permite tê-los como objeto de ação social. O importante é, em primeiro lugar, analisar adequadamente as trajetórias que conduzem às situações de exclusão, que resultam sempre de um processo particular” (ROSANVALLON, 1997). No início do século XXI, Gouveia (2003) e Castells (2004) já alertavam que as novas tecnologias de comunicação

desintegraram padrões sociais estabelecidos e os reintegraram de nova forma, gerando conflitos associados à adaptação às novas formas de interação social, proporcionando novos modelos de participação popular na gestão política na sociedade contemporânea. E Castells conclui:

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimento e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso (CASTELLS, 2009, p.69)

Cabral (2006) apontou a necessidade de atentar para dois aspectos para compreender a promoção da participação da sociedade civil no uso dessas tecnologias: um, que a inclusão digital deve ser entendida como um aspecto da inclusão social e outro, que é primordial estabelecer quais são as demandas específicas no campo computacional que efetivamente podem promover a inclusão digital. Os fatores que determinam a inclusão digital e informacional estão em constante mudança, da mesma forma que ocorreu com a evolução da necessidade de posse de linha telefônica fixa, de computador em casa e de telefone celular. No entanto, questões como escolaridade, faixa de renda e região geográfica continuam a ser determinantes (MEDEIROS NETO, 2012). Assim, dada a agilidade com que a tecnologia avança, os problemas derivados da exclusão digital tendem a se agravar.

Desde o final do século XX, e muito mais hoje, a inclusão digital se apresenta como mote obrigatório no cenário político, nos contextos nacional e global, e motivação de vários projetos e programas nas agendas sociais no Brasil e demais países do mundo (SILVEIRA, 2001; ANGELIN, 2015). Nos últimos anos, o tema inclusão digital tem recebido atenção de diversos pesquisadores, entre os quais, Porcaro (2005), Balboni (2007), Mori (2011) e Bonilla e Oliveira (2011), que afirmam que essa iniciativa está vinculada ao processo de globalização da informação e do conhecimento.

Democratizar o acesso à informação e às tecnologias de informação de comunicação é a única forma possível de reduzir a desigualdade digital, tornando possível não só incorporar serviços, conteúdos e aplicações nos cotidianos das pessoas, mas, fundamentalmente, torná-las capazes de usá-los e dar-lhes um

significado útil no seu trabalho diário (BISSET ALVAREZ, CARVALHO e VIDOTTI, 2015). No entanto, como os autores apontam, esse processo ainda é demasiado incipiente nos países em desenvolvimento, onde, mesmo entre a população não vulnerável, há um atraso na utilização da informação disponível na internet, seja por tecnologia ou conhecimento insuficientes, seja por barreiras políticas. Nesse sentido, a exclusão digital é evidenciada numa nova forma, o chamado atraso digital ou *digital gap*.

Robinson e outros (2015) também indicam o surgimento de novas faces da desigualdade digital e admitem que ainda há uma ampla e profunda lacuna no estudo da relação entre a desigualdade digital e as outras formas de desigualdade. Defendem, inclusive, que na Sociedade da Informação e do Conhecimento, a desigualdade digital se iguala em importância às outras formas de desigualdades. O mesmo pensamento apresentou Medeiros Neto (2012), ao defender que “o impacto da digitalização do conteúdo trafegado nas novas mídias [...] leva o processo de inclusão digital a ser um fator preponderante, comparando-se às necessidades mais básicas como educação, saúde e serviços de saneamento básico”.

A desigualdade e a exclusão mudaram, da mesma forma que a sociedade mudou. As próprias tecnologias mudaram. Como lembram Bonilla e Pretto:

A internet, de uma telinha preta com letrinhas verdes – que para se colocar um acento em uma letra usava-se quase todos os dedos e um sem número de teclas! – mudou para a web dos cliques, podendo ser acessada também através de dispositivos móveis, que lhe possibilitam estar lendo este livro em seu telefone ou tablet. Em vista disso, a discussão sobre o significado de todo esse avanço tecnológico, bem como sobre as implicações dele na sociedade, e em especial na educação, é por demais necessária. (BONILLA e PRETTO, 2011, p.11)

Ao questionar o determinismo do uso da expressão “*digital divide*”, que não permite reconhecer as nuances das condições socioeconômicas em que os marginalizados vivem, Nemer (2015) argumenta que a inclusão digital deve atentar para as necessidades sociais das comunidades locais. E vai além, ao afirmar que a implementação de programas de inclusão digital deve capacitar as comunidades, combater a pobreza, promover a cidadania e proporcionar uma melhor educação, de forma que, mais que garantir os direitos humanos e a cidadania, deve proporcionar a

participação na dinâmica da geração de “novos direitos humanos”, uma vez que estão sendo, a cada dia, estabelecidas as bases para uma nova organização social.

Na Sociedade da Informação e do Conhecimento, em constante transformação, as regiões onde se concentram a maior intensidade do uso da internet e a suficiente qualificação da mão de obra a ela relacionada veem ampliados seu nível de renda e de competitividade. Capital humano, financeiro e cultural afetam a inclusão digital e esta os retroalimenta, por intermédio do aumento de produtividade, competitividade e atratividade desses locais, criando novas desigualdades (ROBINSON et al., 2015).

Tanto quanto as políticas públicas de inclusão digital devem ser ajustadas às mudanças na sociedade, também devem ser adequadas as ferramentas e medidas para aferir a exclusão digital. Nesse sentido, Büchi, Just e Latzer (2015) e Novo-Corti e Barreiro-Gen (2015) apresentaram propostas para identificar e classificar a exclusão digital entre diferentes países (Büchi Just e Latzer) e municípios (Novo-Corti e Barreiro-Gen). Sugerem, então, novos indicadores que se somam aos socioeconômicos para identificar as diferenças regionais, a fim de melhor dimensionar e conceber diferentes políticas locais de inclusão digital.

Algumas iniciativas nesse sentido também chamaram a atenção de pesquisadores brasileiros, como, por exemplo, Marques (2014) que, ao estudar as dificuldades que a exclusão digital impõe aos projetos de democracia *on-line*, conclui que, para tratá-la adequadamente, é necessário mais do que políticas governamentais e deve-se levar em conta fatores contextuais, como a disposição pessoal dos usuários. Além disso, defende que seu estudo deve ser esquadrihado de acordo com o contexto tecnológico vigente.

Tratando das relações institucionais entre as organizações promotoras das políticas públicas de inclusão digital, Mori (2011) lembra que as desigualdades são diferentes entre os países e atenta para a necessidade de aperfeiçoar a capacidade do Estado brasileiro para enfrentar a desigualdade brasileira, além dele ainda muito ter que aprender no sentido de lidar com a cultura da internet. As desigualdades também são diferentes entre regiões, estados, municípios e sub-regiões. Ao avaliar as políticas públicas em municípios do litoral do Paraná, Angelin (2015) alertou para a necessidade dos programas de inclusão digital ali implementados serem

reestruturados, reduzindo ou eliminando o desperdício de esforços e recursos, atentando para a especificidade de cada localidade e não focando especificamente num único tipo de equipamento, uma vez que ali, entende a autora, o poder público provavelmente vê estas políticas simplesmente como cumprimento das metas estabelecidas no Plano Pluri Anual dos municípios.

Sob esse mesmo prisma, Silveira (2011) diz que “é perceptível que os líderes políticos e gestores públicos têm grande dificuldade de entender a importância da inserção do conjunto das camadas sociais na comunicação em rede para romper o processo de reprodução da miséria.”

Carvalho (2010), ao desenhar um Mapa Conceitual para Políticas Públicas Sociais de Inclusão Digital, indicou como os gestores públicos podem buscar alternativas para os programas de inclusão que atendam, além da inclusão na Sociedade da Informação, a universalização do acesso e da cidadania por meio do estímulo à produção de conteúdo e da geração de conhecimento e que esse deve ser um processo contínuo. Dessa forma, a partir de um estudo sobre a inserção no mercado de trabalho por meio da inclusão digital, Liptrott (2016) identificou que sempre existirão novas barreiras a serem vencidas e, por isso, defende que somente as políticas públicas continuadas de inclusão digital podem efetivamente vencer a exclusão digital.

Carvalho (2010), Medeiros Neto (2012) e Angelin (2015) acentuam que a falta de habilidade é o maior impeditivo ao usufruto das políticas públicas e de participar da Sociedade da Informação, o que é confirmado por Dolan (2016), que alerta, ainda, que a desigualdade persiste em diferentes níveis, mesmo entre os que são considerados incluídos. Além disso, Mori (2011) e Angelin (2015) acentuam que a preparação dos indivíduos deve ultrapassar o simples acesso às tecnologias e deve dar condições para que ele se aproprie delas e da informação. Desta forma, as políticas públicas necessitam estar sempre em processo de revisão para que atinjam seu objetivo maior que é o da promoção da cidadania, inclusive no mundo digital, o Ciberespaço (LIPTRÖTT, 2016). Esse entendimento não é recente. Balboni (2007) já apontava que as políticas públicas deveriam mudar seu foco. Mais do que fornecer acesso a computadores conectados à internet, o grande desafio era o de possibilitar às pessoas excluídas o uso da tecnologia e da informação circulante na rede em seu

benefício, a fim de mudar suas realidades e as das comunidades onde vivem, pois o simples acesso não garante que a informação seja processada, assimilada e transformada em conhecimento.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Demo (2007) demonstra que apenas a disponibilização das TICs não consegue assegurar a cidadania plena, em razão de algumas discriminações:

- “*access divide*”, quanto à raça, educação, renda etc.;
- “*skills divide*”, quanto às habilidades técnicas e de alfabetização de informação, estas entendidas como a capacidade do usuário para identificar a informação adequada à solução de seu problema;
- “*economic opportunity divide*”, quanto à qualificação e ao contexto globalizado, onde as habilidades de uso de computadores são determinantes para encontrar melhores empregos;
- “*democratic divide*”, que não se refere diretamente aos indivíduos, mas sim, ao impacto que a posse da tecnologia digital pelas elites provoca sobre a distribuição de poder e influência em sistemas políticos.

Em 2011, a Organização das Nações Unidas, em seu relatório “*Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression*”, elevou a necessidade de pleno acesso e uso da internet à categoria de direito humano fundamental. No Brasil, a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que passou a ser chamada de Marco Civil da Internet, reforçou o entendimento do direito de acesso à internet ser visto como um direito humano e reconheceu que “o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania”. Aí se apoia o tema central de nosso trabalho: um estudo sobre as políticas públicas de inclusão digital implantadas nos sete municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória e seu alinhamento com as diretrizes propostas pelo Governo Federal e pelos organismos internacionais de cooperação entre os países, visando a garantia do exercício da cidadania na Era Digital.

Nessa perspectiva, considerando o objeto central da pesquisa, desenvolveu-se o trabalho em seis capítulos.

No primeiro capítulo, é feita uma correlação entre a revolução tecnológica e a exclusão social e apresenta como um dos resultados um novo tipo de exclusão: a digital.

O segundo capítulo discute a relação entre a exclusão social e a exclusão digital e, com isso, aponta que as iniciativas de incentivo à inclusão digital devem visar, em conjunto, a inclusão social do indivíduo que for objeto da intervenção, ou seja, deve propiciar um ganho associado naquele fator que lhe coloca em condição de exclusão.

O terceiro capítulo apresenta uma revisão sobre o entendimento da exclusão digital e das políticas públicas inclusivas, de forma a subsidiar os parâmetros globalmente aceitos para as políticas de inclusão digital. Da apuração histórica do posicionamento do Governo Federal Brasileiro quanto ao problema da exclusão digital, são identificadas as diretrizes adotadas para seu tratamento. Os parâmetros e as diretrizes apresentados formam a base para a análise proposta neste trabalho.

No quarto capítulo, apresentamos alguns indicadores socioeconômicos da Região Metropolitana da Grande Vitória e dos municípios que a compõem e fazemos algumas reflexões a respeito das diferenças entre eles.

No quinto capítulo, descrevemos as iniciativas promovidas pelos poderes públicos municipais, da RMGV.

Finalmente, no sexto capítulo, é desenvolvida uma análise das políticas públicas de inclusão digital nos municípios da RMGV descritas no capítulo 5, a partir dos conceitos, parâmetros e diretrizes apresentados nos capítulos 1, 2 e 3 e considerando o contexto socioeconômico dos municípios tratado no capítulo 4.

CAPITULO 1

REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA X EXCLUSÃO DIGITAL

A tecnologia está presente em toda a história da humanidade, a partir do instante em que o homem começou a dar sentido às coisas que via, sentia e ouvia e passou a usar os recursos encontrados ou elaborados para subsistir, enfrentar adversidades e, enfim, desenvolver-se. Em alguns momentos, a evolução humana foi acelerada a partir de grandes descobertas ou invenções, como a escrita, os números e a construção. Mas foi durante a Primeira Revolução Industrial, no séc. XVIII, que as tecnologias mudaram de forma rápida a vida em sociedade, acelerando os modos de produção e, também, trazendo uma série de problemas, como a intensificação do êxodo rural em direção aos grandes centros urbanos que, por sua vez, cresceram de forma desordenada. Com o crescimento populacional abrupto, as cidades não absorveram o fluxo de pessoas e, com isso, surgiram bairros marginalizados habitados por trabalhadores de baixa renda. As grandes guerras mundiais também mudaram drasticamente as sociedades, deixando um lastimável saldo de destruição e de desolamento, apesar de terem propiciado mais avanços tecnológicos, como a modernização das máquinas de comunicação e dos computadores.

Na sociedade contemporânea, o desenvolvimento e a expansão dos sistemas de comunicação por satélites, informática, transportes e telefonia favoreceram o surgimento do fenômeno da globalização da economia, que, por sua vez, modificou de forma singular as possibilidades de comunicação entre as pessoas e as culturas. Tecnologia, capitalismo e exclusão social são fenômenos que possuem uma relação entre si que extrapola a simples coincidência no tempo e no espaço. No mundo atual, para compreender a pobreza, a desigualdade e a exclusão sociais não é suficiente conhecer o funcionamento da sociedade capitalista. É necessário assimilar a influência do avanço tecnológico sobre o capitalismo para estabelecer sua relação com os problemas sociais por ele gerados.

A “Sociedade da Informação” refere-se ao contexto em que vivemos, no qual todas as atividades humanas estão cada vez mais dependentes das infraestruturas eletrônicas da informação (CASTELLS, 2009). Todas as esferas da vida cotidiana são afetadas direta, ou indiretamente, pelo uso dos recursos relacionados às

Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), a ponto de os usarmos sem nem mesmo percebermos. Além disso, a informação transformou-se no produto mais importante para as mudanças e o desenvolvimento econômico, político e social de cada país, sociedade, comunidade ou indivíduo. As TICs, e, particularmente, a internet, têm-se mostrado um caminho para transformar a sociedade e as organizações, pois propiciaram novas formas de comunicação e de geração de conhecimento. Os fatores geográficos e sociais não são mais os únicos a delinear os grupos de interesse. Pessoas se agrupam por afinidades diversas com grande facilidade – e sem necessariamente estarem geograficamente próximas ou serem da mesma classe ou grupo social. Essas inovações estão mudando as formas de articulação da sociedade e da política.

Com isso, o acesso à informação tornou-se essencial para a participação ativa e democrática na sociedade e para a produção e distribuição de conhecimentos para a construção da cidadania. Essas mudanças atingiram também os Estados, que passaram a incorporar esses mecanismos em todas as suas áreas administrativas e tiveram que se reorganizar, estabelecendo novas formas de se relacionar com seus cidadãos e com outros Estados.

O debate especializado acerca da universalização dos serviços de acesso aos aparatos tecnológicos teve início a partir do desenvolvimento da telefonia e do crescimento da importância desse serviço. Nos Estados Unidos, emergiu o questionamento sobre a desigualdade em oportunidades e competitividade gerada pela divisão entre os que tinham e os que não tinham acesso a esses recursos (“*haves and have nots*”). O desinteresse das companhias provedoras de telefonia em áreas rurais foi o que, em princípio, estimulou a discussão acerca da intervenção sobre a expansão do atendimento, agravada com o advento do computador e a expansão de seu uso por meio do desenvolvimento de sua interligação em rede, inicialmente feita por linha telefônica. Enquanto isso, em 1960, nascia a internet como um desdobramento da ARPANet, um sistema de comunicação militar descentralizado baseado em computadores, implementado pelo governo dos Estados Unidos e impulsionado pela Guerra Fria, a fim de evitar que informações valiosas fossem destruídas em bombardeios caso estivessem localizadas em um único servidor.

Na década de 1970, a liberação do uso da rede pelas universidades, em conjunto com a polêmica relacionada às assimetrias nos fluxos informacionais em diferentes regiões, estimulou a tentativa de formar uma “Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação” e apontava a necessidade de se debater sobre o acesso aos meios de comunicação no mundo em desenvolvimento, uma vez que os países desenvolvidos já dispunham de redes de telecomunicações difundidas, empresas difusoras de notícias e outros produtos culturais.

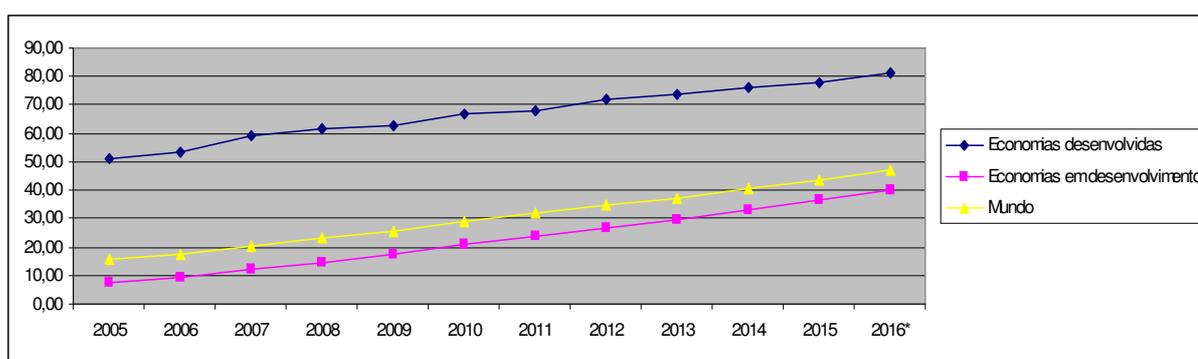
Data dessa época o surgimento dos primeiros computadores pessoais. Em 1981, foi lançado o *Personal Computer* (PC), iniciativa da IBM em parceria com a Microsoft, microempresa recém-criada por William Henry Gates (Bill Gates) e Paul Allen. Em 1984, a União Internacional de Telecomunicações (UIT) lançou um relatório destacando a existência de uma divisão internacional entre países detentores e não detentores de informação. Na década de 1980, as escolas norte-americanas começaram a adquirir e instalar seus primeiros computadores pessoais, trazendo novamente a divisão entre “*haves*” e “*have nots*” à tona, tendência que seria mantida durante quase duas décadas, ainda que restrito ao acesso a computadores, (MOSSBERGER et al, 2003). Nos anos 1990, ocorreu uma ampliação da disseminação dos computadores pessoais e popularizou-se, também, o uso da internet, por meio da criação do padrão WWW (*World Wide Web*), por Tim Berners-Lee, como padrão de divulgação da informação na forma de páginas escritas em código HTML (*Hyper Text Markup Language*), as *home pages*.

Estudos sobre o potencial das novas tecnologias estimularam uma onda de otimismo com relação à amplitude do uso e à disponibilidade de acesso às novas TICs por todo o mundo. Nessa linha, Castells (2000) afirma que a ampliação do acesso à internet poderia produzir uma transformação mundial capaz de diminuir as desigualdades de renda, oportunidades e informações. Segundo ele, a ampliação do uso da rede constituiria uma espécie de “Plano Marshall Tecnológico”, apto a tirar os países em desenvolvimento da pobreza por meio da transferência de tecnologia dos países avançados e do aproveitamento de suas características, dentre elas, a consolidação de uma opinião pública criativa e ativa, a construção de uma democracia direta por meio do governo eletrônico, o exercício da autonomia individual e a democratização dos meios de comunicação, devido ao fato da rede obedecer a uma lógica de emissão de todos para todos em vez de um para todos.

Lévy (1999), também, mostrou-se otimista em relação ao potencial das novas tecnologias ao elencar várias vantagens relacionadas à difusão da cibercultura, principalmente em termos educacionais e midiáticos. Para ele, “as telecomunicações são responsáveis por estender de uma ponta à outra do mundo as possibilidades de contato amigável, de transações contratuais, de transmissões de saber, de trocas de conhecimentos, de descoberta pacífica de diferenças” (LEVY, 1999). Ao final do século XX, começava a se utilizar cotidianamente expressões inimagináveis quinze anos antes como “surfear na rede” e “empresas ponto com” e emergiam problemas completamente novos, como “vírus de computador”, “spam”, “spyware”, etc.

Em 2000, ocorreu o chamado “*boom*”¹ das empresas de tecnologia dos anos 1990, que deu origem à explosão da bolha do setor, com forte impacto no mercado financeiro mundial. Outra característica marcante desse período no campo das TICs, foi o aumento da frequência de ataques a sistemas e usuários por meio da internet. Nos anos seguintes, a população mundial usuária da internet cresceu vertiginosamente – ultrapassou 500 milhões de pessoas, em 2002, 1 bilhão, em 2006, 1,5 bilhão, em 2008, e 2 bilhões, em 2010 (Gráfico 1), conforme dados disponibilizados pela União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Gráfico 1 - Uso da Internet no mundo (em %), de 2005 a 2016* (estimado)



	% da população usando a internet											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016*
Economias desenvolvidas	50,93	53,45	59,03	61,27	62,90	66,51	67,68	71,97	73,77	76,05	78,08	81,03
Economias em desenvolvimento	7,75	9,40	11,92	14,64	17,42	20,99	23,90	26,79	29,42	33,07	36,74	40,15
Mundo	15,81	17,56	20,58	23,13	25,64	29,15	31,68	34,75	37,17	40,51	43,83	47,12

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados extraídos da UIT.

¹ A bolha da internet caracterizou-se por uma forte alta das ações das novas empresas de tecnologia da informação e comunicação (TIC) baseadas na Internet no ano 2000, que esvaziou rapidamente. No início de 2001, muitas dessas empresas já estavam em processo de venda, fusão, redução ou simplesmente desapareceram.

Apesar de a Revolução Tecnológica estar mais reconhecidamente localizada nas duas últimas décadas do séc. XX, os avanços das tecnologias e de seus usos estão em constante evolução e, na mesma intensidade, continuam a influenciar as relações por todo o mundo. Castells (2004) aponta que, assim como a difusão da imprensa móvel (Gutenberg) transformou a modernidade, a Internet transfigurou a contemporaneidade. Entendemos que esta afirmação deve ser estendida a todos os recursos de TICs, como, por exemplo, satélites, redes de telefonia móvel, rádio, *smartphones* e *tablets*, sem os quais não poderíamos imaginar a sociedade atual.

1.1 A EXCLUSÃO SOCIAL

A atenção aos temas da desigualdade e da exclusão social há muito tem sido dedicada pelas agências internacionais de fomento ao desenvolvimento, particularmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Banco Mundial. Até a década de 1970, sob o ponto de vista capitalista, a desigualdade social era considerada consequência e dependente do crescimento econômico, ou seja, acreditava-se que, quando o crescimento acontecia a taxas aceitáveis, a distribuição de renda se daria de forma automática. A realidade, entretanto, apontou em sentido contrário a essa expectativa. Desde então, as agências passaram a incluir, em suas políticas, relatórios e programas diretamente ligados à preocupação com tais questões (SANTOS, 2009). No Brasil, o mesmo tratamento foi adotado, mas a persistência do desequilíbrio na distribuição de riqueza e o crescimento de outros problemas associados a ela - a criminalidade e a segregação espacial, por exemplo - levaram o governo e as elites brasileiras a dedicarem mais atenção ao tema (REIS, 2000). A desigualdade e a exclusão social se tornaram objeto frequente de estudos, pesquisas e discussões no meio acadêmico nacional. Com frequência, pesquisadores apontam que a própria ocorrência da desigualdade é um mecanismo de reprodução da pobreza e que, por sua vez, gera a exclusão. Da mesma forma, indicam que o combate à desigualdade mostra-se mais eficaz se feito por meio de políticas públicas de distribuição de renda, do que propriamente de outras direcionadas ao crescimento econômico (PAES e BARROS, MENDONÇA e DUARTE, 1997).

Do ponto de vista semântico, a exclusão reporta à situação de não pertencimento a um determinado grupo ou condição. Para melhor entender e conceituar a exclusão social, buscamos sua utilização em diversas áreas do conhecimento. Estudos encontrados em Antropologia Social indicam que a construção de identidades sociais – definidas como o processo de identificação e pertencimento de um indivíduo a um grupo social – se faz por meio de inclusões e exclusões. Os grupos identitários são constituídos a partir de fronteiras, mais ou menos rígidas, estabelecidas por eles mesmos para delimitar seus limites, seja por local de nascimento, por ancestralidade, uso de uma língua, cor da pele, convicções políticas ou morais, etc. A exclusão no contexto da dinâmica social no capitalismo contemporâneo, no entanto, remete ao conjunto de barreiras impostas a um grupo de indivíduos no acesso aos benefícios ofertados pelo mercado ou pelo Estado. Em termos práticos, os indivíduos excluídos não pertencem à comunidade constituída por certo arranjo entre Estado, sociedade e mercado.

Constata-se, assim que existem diversas formas para se conceituar a exclusão social, mas, em geral, dois eixos principais estabelecem as definições: os efeitos e impactos do sistema capitalista e do mercado de trabalho e as questões sociais derivadas da transformação do Estado e das suas políticas. Assim, por um lado, as análises centradas no aspecto econômico abordam a exclusão como derivada da pobreza, e por outro lado, as centradas no social se fundam no conceito de discriminação, desprezando um dos aspectos fundamentais da exclusão, que é o da injustiça social (SAWAIA, 1999).

O uso da expressão “exclusão social” é frequentemente creditado à dinâmica do mercado e ao fenômeno do desemprego de longo prazo ou permanente. Desta forma, ao considerar somente o mercado como parâmetro para a inclusão social, a situação de desemprego e de apartamento pode se agravar ao longo do tempo pela própria lógica do sistema capitalista, que é naturalmente excludente, conforme Karl Marx relatou em “O Capital”. Assim apontam Rogers, Gore e Figueiredo (1995), ao retratar o crescimento dos sem-teto e a ampliação da pobreza urbana na Europa, e Benevides (2001), que questiona a possibilidade de se enfrentar a exclusão social

por meio do mercado. O mercado² passou por mudanças significativas em dois momentos principais. Um, no processo de industrialização e outro, na passagem do século XX para o XXI, ambos caracterizados pela alta mecanização e pelo uso de tecnologia no processo produtivo, dispensando parte da mão de obra humana e exigindo dos indivíduos uma grande capacidade de adaptação, nem sempre frutífera. A transformação do mercado impacta diretamente no volume de empregos formais existentes, o que gera efeitos que extrapolam a mera condição individual de desemprego.

Ainda que o conceito de exclusão social e o uso dessa expressão tenham origem na precarização do mercado de trabalho e no desemprego, deve-se levar em conta que outros fatores agravaram sua ocorrência. Neste sentido, Castells (2009) afirma que a exclusão social é um processo e não uma condição. Incluídos e excluídos podem tomar novas posições em função das condições políticas, sociais e econômicas de um país ou de uma região. Na busca por uma conceituação, encontramos autores que propõem o uso de outros termos que, segundo eles, melhor refletem esse processo. Buarque (1993), por exemplo, opta pelo uso do termo “apartação social”, que designa um processo pelo qual o outro é um ser “à parte”³, ou seja, o fenômeno de separar o outro, não somente desigual, mas como um “não semelhante”, um ser expulso não somente do acesso aos bens e serviços, mas do próprio gênero humano.

Nesse mesmo sentido, outros defendem que a exclusão social não pode ser entendida como uma ausência de relação social, mas como um conjunto de relações sociais particulares da sociedade como um todo, o que demandaria analisar os processos e as relações de exclusão, analisar a dinâmica pela qual essa condição foi estabelecida e perceber que a exclusão social é uma forma de relação social inserida numa realidade que não pode ser identificada somente por um ponto de vista.

² Nesse contexto, o mercado deve ser entendido como um sistema de trocas do qual participam agentes e instituições interessados em vender ou comprar um bem ou prestar ou receber um serviço e que apresentam regularidades comuns nas regras que os regem, mesmo em sociedades diferentes.

³ Apartar é um termo utilizado para separar o gado (BUARQUE, 1993).

Para autores como Sawaia (1999), em lugar de buscar novos conceitos ou terminologia, deve-se buscar compreender e sistematizar a origem e a extensão da exclusão social, reconhecendo suas possíveis ambiguidades, pois que “elas [as ambiguidades] não revelam erro ou imprecisão, mas a complexidade e contradição que constituem o processo de exclusão social, inclusive a sua transmutação em inclusão social” (SAWAIA, 1999, p.7). E o autor assim define:

[...] é um processo multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma forma única e não é falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema. (SAWAIA, 1999, p.9)

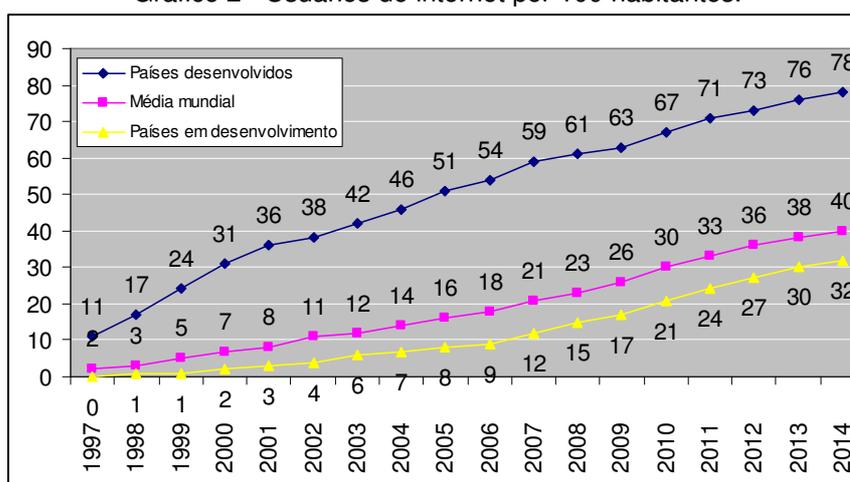
Devemos destacar que o processo de exclusão é interdependente ao de inclusão, pois que o indivíduo pode estar excluído de algumas categorias e incluído em outras, como, por exemplo, quando o indivíduo está excluído do mercado formal de trabalho, mas pode estar inserido no mercado informal. Além disso, como Sawaia aponta, o contexto do Estado-Mercado-Sociedade está em constante mutação, pois o sistema que gerou a exclusão pode se transformar ao longo do tempo e, além disso, outros fatores, objetivos e subjetivos, influenciam e são influenciados pela exclusão social. Nesse contexto surge um novo tipo de exclusão: a digital.

1.2 A EXCLUSÃO DIGITAL

A indispensabilidade de possuir recursos materiais e habilidades para poder inserir-se na chamada Sociedade da Informação resultou em diferentes níveis de acesso e de inclusão, pois a participação ativa na cibercultura tem um custo permanentemente alto, tanto para um indivíduo, quanto para uma empresa, quanto para um país. Explica-se isso pelo fato das tecnologias apresentarem frequentes e rápidas inovações, seja em termos de velocidade, seja em termos de capacidade de armazenamento ou, ainda, em razão de novas ferramentas desenvolvidas. Os relatórios divulgados pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) apontam que a maior parte da população mundial está afastada desse processo de comercialização cultural por sequer ter renda suficiente para tanto.

Em sentido amplo, a exclusão digital advém da desigualdade no acesso aos recursos relacionados à Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) entre os países ou dentro de uma determinada região. Conforme citamos anteriormente, os estudiosos do fenômeno da internet foram otimistas ao assumir que o mundo estaria conectado à internet e que todas as pessoas navegariam e trocariam informações por meio da rede mundial de computadores. Na direção oposta, as pesquisas realizadas pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) apontam que, em 2001, a média de usuários da internet no mundo era de 8% da população mundial, o que evidencia que a quase totalidade não utilizava a internet (Gráfico 2). Além disso, o acesso não está homoganeamente distribuído entre as diferentes regiões do mundo e, menos ainda, entre as diferentes camadas sociais da população. Enquanto os países desenvolvidos discutem a implementação de tecnologias móveis de última geração, nações em desenvolvimento sequer possuem uma rede de telecomunicação capaz de assegurar o acesso universal aos meios de comunicação de base. A maioria das pessoas não tem experiência, condições, interesse ou habilidade para utilizar a rede. Nesse sentido, os próprios dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) apontam que mais de 75% dos usuários, em 2010, são residentes em países com economia desenvolvida, assim como o relatório da UIT (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Usuários de internet por 100 habitantes.



Fonte: União Internacional de Telecomunicações, 2016.

De acordo com a *Internet World Stats* (IWS), com base em dados de junho de 2016, somente 50,1% da população mundial usufruem da conexão à internet (Tabela 1).

Tabela 1 - *Uso da internet no mundo e dados populacionais*

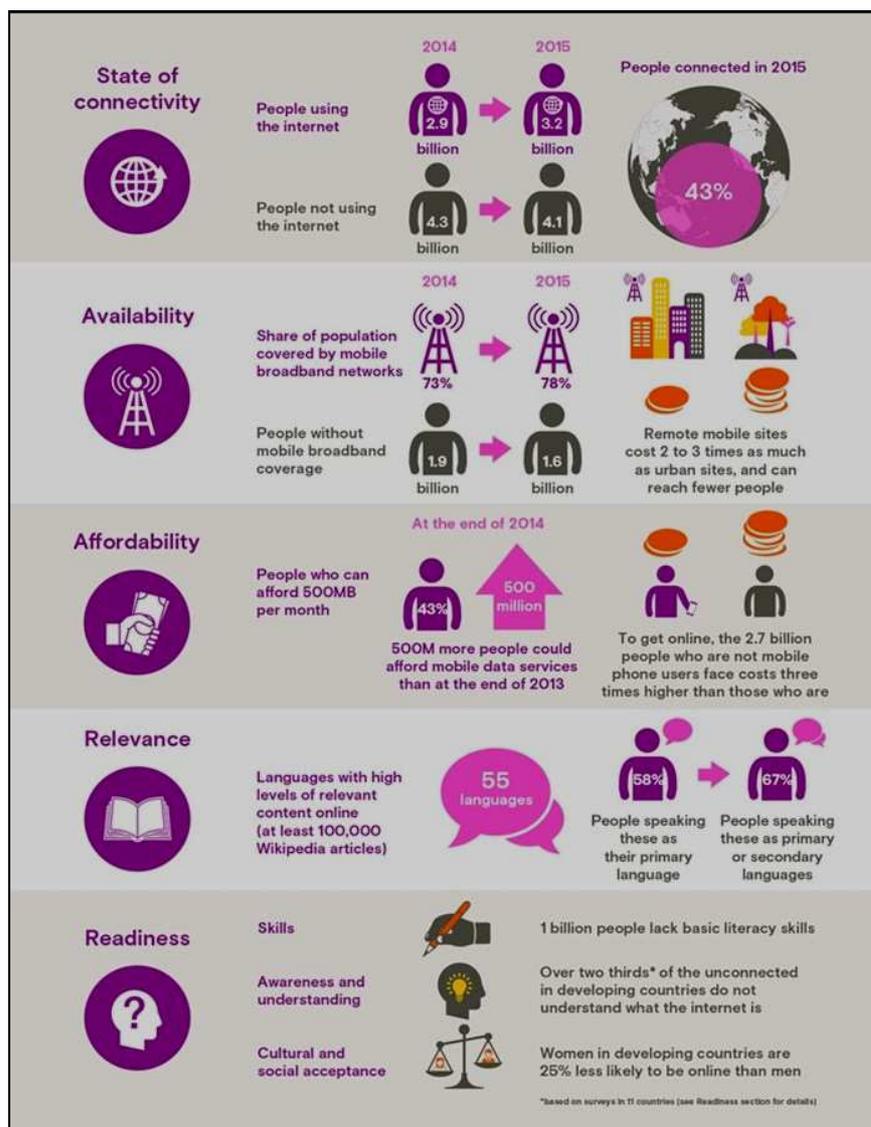
Estadísticas de População e de Uso Mundial						
30 de Junho de 2016						
Região	População (2016 Est.)	% Pop. do Mundo	Usuários Internet 30 Junho 2016	Penetração (%Pop.)	Cresc. 2000-2016	% usuários
Ásia	4,052,652,889	55.2 %	1,846,212,654	45.6 %	1,515.2%	50.2 %
Europa	832,073,224	11.3 %	614,979,903	73.9 %	485.2%	16.7 %
América Latina/ Caribe	626,119,788	8.5 %	384,751,302	61.5 %	2,029.4%	10.5 %
África	1,185,529,578	16.2 %	340,783,342	28.7 %	7,448.8%	9.3 %
América do Norte	359,492,293	4.9 %	320,067,193	89.0 %	196.1%	8.7 %
Oriente Médio	246,700,900	3.4 %	141,489,765	57.4 %	4,207.4%	3.8 %
Oceania / Austrália	37,590,820	0.5 %	27,540,654	73.3 %	261.4%	0.8 %
Mundo	7,340,159,492	100.0 %	3,675,824,813	50.1 %	918.3%	100.0 %

Fonte: IWS, 2016.

Conforme o “*State of Connectivity 2015: A Report on Global Internet Access*”, estudo realizado pelo Facebook, acreditamos que inspirado na metodologia de Warschauer (2006), estabeleceu uma classificação dos países segundo quatro barreiras que restringem o acesso à internet (Figura 2): a disponibilidade (avalia a proximidade da infraestrutura necessária para o acesso), a acessibilidade (mede o custo para ter acesso à rede e, conseqüentemente, sofre a interferência da distribuição de renda de cada país), a relevância (entendida como a motivação para acessar a internet, ou seja, o ânimo para usá-la para consumo, que é afetado pela existência de conteúdo disponível em uma língua primária para o usuário) e a preparação (interpretada como a capacidade de acessar a internet, que depende da aptidão, compreensão da estrutura e da aceitação cultural de determinada população em relação à rede).

De acordo com esta pesquisa, enquanto os Estados Unidos (18º no ranking) têm mais de 90% de sua população conectada à internet, o Brasil (78º) tem 58% e os 5 últimos colocados (Eritreia, Burundi, Somália, Guiné e Timor-Leste) não têm sequer 5% da população conectada e tiveram crescimento próximo de zero durante o último ano (FACEBOOK, 2016).

Figura 2 - Barreiras que restringem o acesso à internet

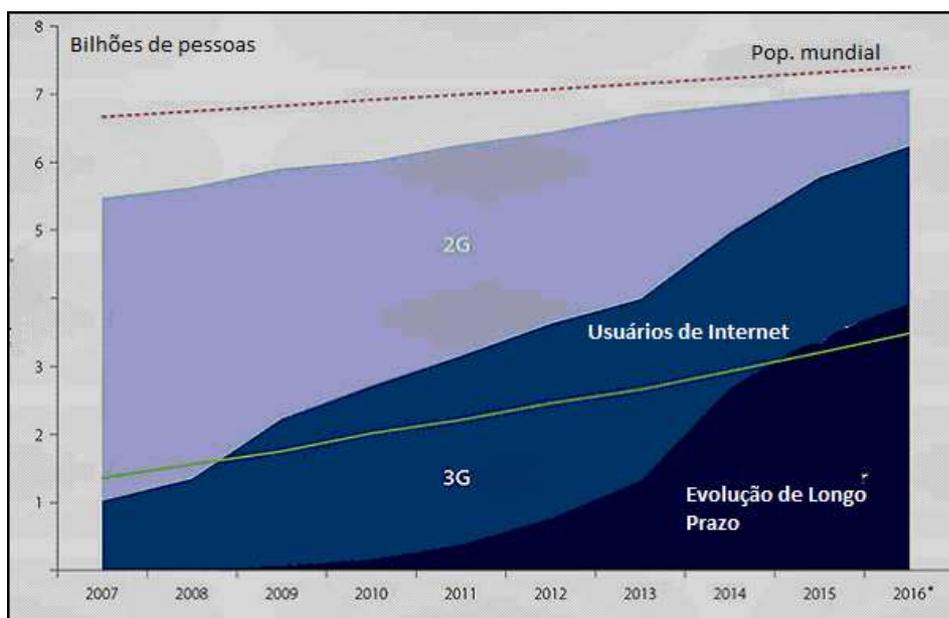


Fonte: Facebook, 2016.

Em acréscimo, identificou-se que a disponibilidade da rede não foi identificada como um problema tão preponderante, uma vez que as redes de acesso por telefonia móvel 2G estão disponíveis para 96% da população mundial, enquanto o 3G está disponível em 78% do mundo (Gráfico 3). Mesmo assim, um contingente nominal de 1,6 bilhão de pessoas no mundo não têm nenhuma cobertura de banda larga⁴, devido a fatores econômicos, operacionais e políticos.

⁴ Banda larga é o nome dado a várias modalidades de conexão à internet (satélite, fibra ótica, rádio, etc) que operam com alta velocidade e grande capacidade de carregamento de dados.

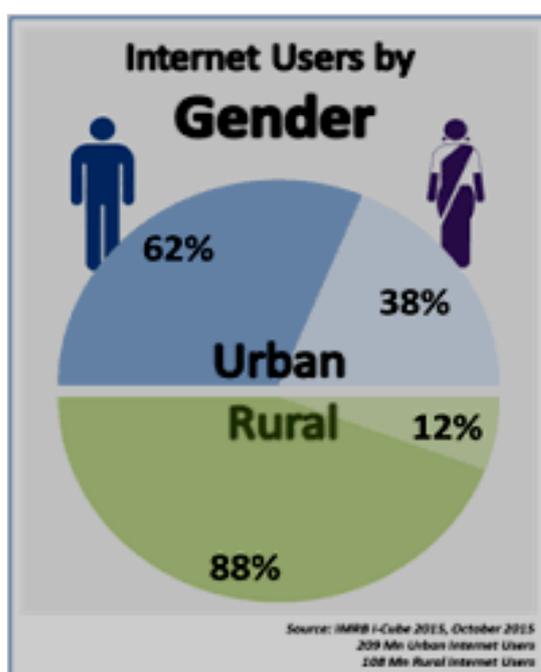
Gráfico 3 - Alcance populacional da Cobertura da rede móvel no mundo



Fonte: IUT, 2016

Ao analisar regiões menores, muitas peculiaridades podem ser encontradas no que se refere aos aspectos limitantes. Na Índia, por exemplo, em levantamento feito pela Internet and Mobile Association of India (IAMAI) e pelo Indian Market Research Bureau (IMRB), o número de mulheres em zona rural que acessa a internet é mais de 8 vezes menor que o de homens (Gráfico 4).

Gráfico 4- Relação de usuários da internet na Índia por gênero



Fonte: IAMA e IMRB (2015)

No Brasil, as entidades de pesquisa, em geral, restringem-se ao aspecto socioeconômico para traçar as barreiras de acesso. De acordo com o IBGE, em 2013, 49% dos domicílios estavam conectados à internet. Em 2014, essa parcela alcançou 54,9%. Das pessoas com mais de 10 anos, 54,4% tinham acesso à internet, perfazendo um total de 95,4 milhões de brasileiros conectados à rede. Desse total, quase a metade encontrava-se na população da Região Sudeste. Considerando a população regional, identificamos que a população conectada é de 57% no Sudeste, 54% no Centro-Oeste, 53% no Sul, 38% no Norte e 37% no Nordeste (Tabela 2).

Tabela 2 - Utilização da internet – pessoas de 10 anos ou mais de idade

Sexo e grupos de idade	Pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses (1000 pessoas)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Pop. conectada	85.572	5.377	17.579	42.111	13.495	7.010
População total	173.133	13.941	47.244	73.815	25.227	12.905
% na população	100%	8%	27%	43%	15%	7%
% de conectados na Região	49%	39%	37%	57%	53%	54%
% em relação à pop.conectada no Brasil	-	6%	21%	49%	16%	8%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do PNAD 2013

Os números apontam, enfim, a ocorrência de uma profunda desigualdade no acesso, uso e usufruto das tecnologias entre as regiões, países e cidades. Esse abismo tecnológico e suas possíveis consequências passou a chamar, desde meados da década de 1990, a atenção de pesquisadores, líderes e governantes. Em 1995, nos Estados Unidos, foi reinflamada a discussão acerca da divisão da população entre os que tinham e os que não tinham acesso à rede, quando a Administração Nacional de Telecomunicações e Informação (NTIA) preparou um relatório chamado *“Falling Through the Net: A survey of the ‘Have Nots’ na América Rural e Urbana”*. Para a NTIA, as desigualdades de acesso *on-line* apontavam para um outro aspecto das grandes questões de riqueza e pobreza. De acordo com Albert Hammond, assessor da Casa Branca e um dos fundadores da agência, “a questão era ajudar os trabalhadores a entenderem que pelo menos 60% de todos os novos empregos iriam exigir fluência, não apenas em computadores, mas na Internet também”. No mesmo caminho, apontou Dertouzos:

[...] com os ganhos de produtividade possíveis, graças à informação e aos instrumentos informáticos disponíveis, as nações e pessoas ricas do mundo aumentarão e expandirão seus bens econômicos, ficando, portanto, mais ricas [...] os países e pessoas pobres, por sua vez, nem conseguem dar início ao processo de crescimento. Sua tendência é subutilizar os recursos de informação, pois não estão ao seu alcance. (DERTOUZOS, 1997, p. 304)

A questão do acesso às TICs, e, em especial, à internet, tem um potencial que pode seguir para dois lados. Um, no sentido de promover a inserção do indivíduo na realidade contemporânea, tanto em termos de participação, como também de contribuição. No entanto, por outro lado, em razão do acesso estar disponível para alguns e não para outros, pode acentuar – ou criar – um desequilíbrio, por meio do surgimento de um desenvolvimento desigual, com um aumento nítido na concentração de poder e renda, que pode ser radicalizado ainda mais pela chamada exclusão digital. A informação é um recurso de poder e o acesso a ela, se diferenciado entre indivíduos, grupos e países, também a torna um instrumento de dominação. É essa, enfim, a questão: sem o acesso e as condições de uso da internet, pode-se excluir ainda mais a população pobre, bem como os portadores de necessidades especiais, os idosos, índios e outros grupos que podem encontrar obstáculos para sua inclusão.

Confirmando o raciocínio proposto, Dertouzous (1997) ressalta que “considerando a história da humanidade, é improvável que os benefícios da tecnologia de informação sejam espontaneamente estendidos aos pobres”. Castells segue pelo mesmo caminho ao citar o processo histórico das tecnologias e a sua influência na sociedade:

[...] a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça o seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou a sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico. (CASTELLS, 2009, p.69)

As terminologias utilizadas para designar a exclusão digital são várias. A primeira expressão para designá-la, “*digital divide*”, foi criada por Albert Hammond e Larry Irving, cujo artigo, “*Conscience of the Internet*”, publicado em 1996, na Newsweek Magazine, continha o primeiro uso documentado. No mesmo ano, o New York Times publicou um artigo intitulado “*A New Gulf in American Education, the Digital Divide*”. Em seguida, novas expressões com o mesmo sentido foram utilizadas: “*digital*

exclusion” e “*digital gap*”. Em espanhol, utilizou-se com mais frequência as expressões “*brecha digital*”, “*exclusion digital*”, “*divisoria digital*” ou “*abismo digital*”. Em português, foram utilizados “info-excluídos”, “os sem-tela”, “divisão digital”, “exclusão” e, enfim, a mais frequentemente encontrada, “exclusão digital”⁵ (Silveira, 2000; Castells, 2009; Lévy, 2000; Dowbor, 2001; Macadar e Reinhard, 2002). O fenômeno recém-identificado ensejou estudos na área de sociologia, ciência política, ciência da informação, filosofia, economia e outras, com o intuito de buscar, dentro de suas respectivas áreas, a compreensão de sua ocorrência e suas consequências. A tradução literal da expressão “digital divide” – divisória digital – remete à imagem elaborada da conceituação da exclusão social, a noção de estar “do outro lado da fronteira”, “dividido e abaixo de uma classe” (*underclass/subclasse*). Visualiza-se claramente a desqualificação daqueles que não têm acesso ou não utilizam as novas tecnologias porque “estão abaixo”, ou seja, fazem parte de uma “subclasse”. Da mesma forma, a exclusão digital remete a uma figura de marginalidade, ou seja, algo que indica os que “estão dentro”, fazem parte do sistema econômico e social, e os que “estão fora”, vivem à margem da sociedade. O surgimento do termo “*digital divide*” nos EUA pode parecer contraditório, na medida em que foi concebido no país onde se encontra o maior número de usuários da internet. Por outro lado, o surgimento da expressão naquele país se justifica por ter sido o local de surgimento da internet e, por conseguinte, o primeiro a sofrer com o problema da divisão entre “*haves*” e “*have nots*”.

O excluído digital é, assim, aquele que não dispõe de recursos materiais e de conhecimentos para acessar, interagir, se apropriar e produzir conteúdos por meio da rede formada principalmente pela internet. As limitações não se restringem às econômicas, pois podem ser sociais, em razão da idade, do sexo, por deficiências e necessidades especiais ou, ainda, culturais, como a religiosidade, por exemplo.

No presente trabalho, por uma questão metodológica, nos limitaremos a avaliar as limitações socioeconômicas e cognitivas quando tivermos que estabelecer uma relação direta entre a exclusão digital e a exclusão social. Nesse caso, trataremos, na análise desenvolvida no Capítulo 6, do excluído digital como o indivíduo de baixa renda, que tem domicílio em comunidades com forte quadro de exclusão social e

⁵ Esclarecemos que, neste ponto, nos referimos, também, à tradução para português das publicações das obras originalmente escritas em outros idiomas.

que, conseqüentemente, viveu, provavelmente, uma trajetória educacional precária e limitada. Em outras palavras, portanto, a exclusão digital, para fins de delimitação de sua análise neste estudo, será tratada como “o não acesso, o não uso da internet e a falta de capacidade para fazer uso das informações disponíveis nela”, pois, ao considerar essa definição, pudemos medi-la objetivamente e analisar os mecanismos adotados para o seu tratamento no espaço geográfico que nos propusemos a avaliar. É importante frisar, de qualquer forma, que, apesar dessa delimitação ser suficiente para estabelecer um estudo com alto grau de profundidade, reconhecemos que “o não acesso, o não uso e a falta de capacidade cognitiva” é uma forma reduzida para analisar a exclusão digital, pois não leva em consideração o amplo prisma que a forma, como tratamos há pouco neste texto.

CAPÍTULO 2

EXCLUSÃO DIGITAL X EXCLUSÃO SOCIAL

Conforme já observamos, a exclusão social pode se manifestar sob várias formas. A exclusão digital, por sua vez, pode ser entendida como uma delas, considerando que a desigualdade no acesso aos recursos de TIC – e, em especial, a Internet - e seu uso pode reduzir ou ampliar o isolamento dos excluídos socialmente. Concebemos ter trazido à discussão, até este ponto, elementos suficientes para admitir a existência de uma fronteira entre os que têm e os que não têm acesso aos recursos das TICs e que essa presença ou ausência de acesso, sem dúvida, impacta nas oportunidades para realização pessoal, profissional e cidadã no mundo contemporâneo. No entanto, será possível afirmar categoricamente que somente os pobres não têm acesso à internet e que este fato é necessariamente ruim e que os ricos, por sua vez, têm acesso e isso faz com que sejam cada vez mais ricos? Sem dúvida, o acesso às novas tecnologias pode contribuir para a acumulação de riquezas e ampliação do poder, mas não é determinante absoluto.

A reflexão que quisemos estimular ao fazer a pergunta é a de que não se pode afirmar que as pessoas com educação, poder aquisitivo e um bom nível sociocultural estão livres da chamada exclusão digital. Esses fatores, sem dúvida, influenciam a inclusão ou a exclusão digital, mas não são os únicos e nem são, talvez, os mais importantes. A exclusão digital pode estar inserida num contexto amplo e complexo de outras formas de exclusão social. Entender as suas relações, correlações e até mesmo algumas de suas raízes parece ser algo oportuno e necessário. Nesse sentido, é essencial questionar: quais são as características que diferenciam ou aproximam a exclusão digital das formas ditas tradicionais de exclusão social? Em que medida ela se insere como problema e/ou solução?

Warschauer (2006) aponta que a exclusão digital caracteriza-se “não apenas pelo acesso físico a computadores e à conectividade, mas também a recursos adicionais que permitem que as pessoas utilizem a tecnologia de modo satisfatório”. Ao se considerar que, no contexto atual, as empresas e os governos migram cada vez mais volumes de informações e serviços para os meios eletrônicos, eleva-se potencialmente a dificuldade do excluído para conhecer e exercer seus direitos.

Podemos estabelecer de forma bem clara que são muitas as barreiras físicas e socioeconômicas que contribuem para a ocorrência da exclusão digital. Keller (2005) amplia o conceito de acesso público à internet além da mera ligação física a uma rede pública, pois considera essencial atentar para a facilidade de uso, a disponibilidade de acesso e a utilidade das informações encontradas. Ainda que as diferenças econômicas, educacionais e raciais tenham sido verificadas como causadoras de desequilíbrio na balança de distribuição da inclusão digital, as diferenças culturais têm apresentado obstáculos bem mais difíceis de serem transpostos.

Além disso, existem tipos de barreiras que são formadas por questões que independem de fronteiras demográficas ou geográficas: pessoas com deficiências auditiva, de visão ou movimento, ou portadoras de necessidades podem encontrar outras limitações que comprometem a sua habilidade em acessar e utilizar informação, contatos e oportunidades (MCCONNAUGHEY, 2001). Assim, parece-nos muito adequada a definição de exclusão digital que a vincula a várias possibilidades de processos de exclusão social: a exclusão digital implica a subutilização ou não-utilização de computadores e da internet por pessoas que apresentam quaisquer desvantagens em relação ao meio em que vivem e que, por uma variedade de razões, estão desconectadas dos recursos tecnológicos (SWALEHIN, 2010).

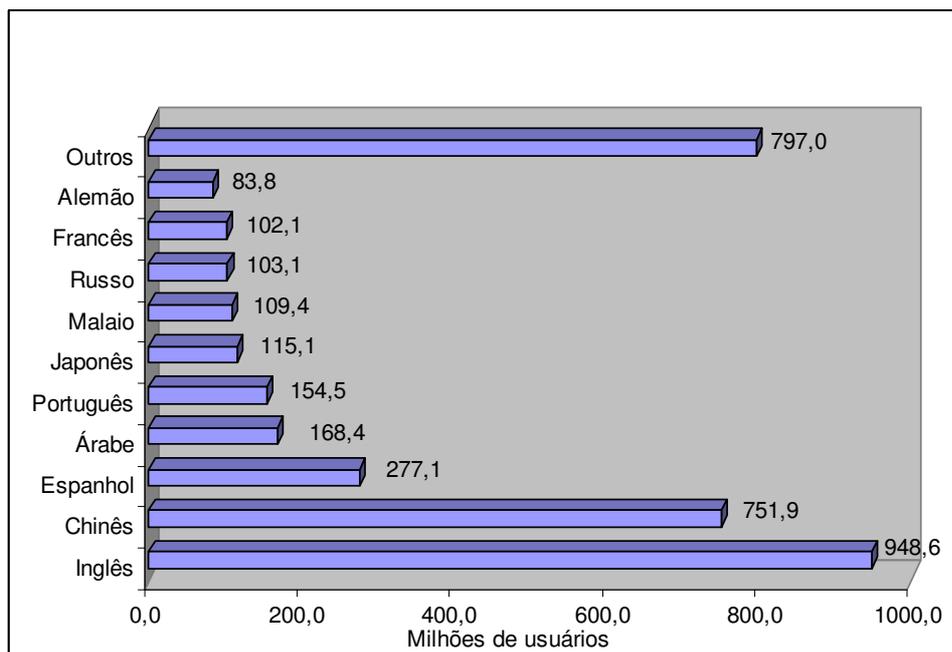
A relação entre exclusão digital e exclusão social não se dá, assim, de forma única e exclusiva. Silveira (2001) confirma esse pensamento, ao destacar que a exclusão digital não é necessariamente mera consequência da exclusão social, mas ela também não se apresenta independente da realidade social, econômica e política. Estas, sim, podem agravá-la ou atenuá-la. Assim, podemos dizer que a exclusão digital pode ser influenciada e influenciar a exclusão social. Quando elas se encontram inseridas na mesma realidade, o tratamento de uma pode causar impacto sobre a outra. Por exemplo, o aperfeiçoamento profissional pode ser facilitado por meio da tecnologia, o que poderia, em condições econômicas ou políticas favoráveis, trazer um impacto sobre a redução da exclusão social em razão da correção da formação deficiente do excluído e suas limitações consequentes. Outro exemplo é o chamado analfabetismo digital, entendido como a limitação do conhecimento do indivíduo para utilizar os recursos tecnológicos que eventualmente

lhes estão disponíveis, que reflete diretamente na exclusão digital e pouco ou nada afeta o quadro de exclusão social.

Os discursos, análises e estudos relativos à exclusão digital quase na sua totalidade recaem na falta de renda e nas condições precárias de vida. Estas condições estão frequentemente ligadas, mas não em sua totalidade. Em razão desta relação de proximidade, procura-se, em geral, estudar e tratar a exclusão digital pelo mesmo caminho da exclusão social. Isso pode levar a erros grosseiros de avaliação. Avalia-se, por exemplo, o número de domicílios conectados, mas não necessariamente o número de pessoas que efetivamente estão incluídas. Da mesma forma, conta-se o número de alunos incluídos a partir da presença de computadores nas escolas.

Muitas vezes, indivíduos e grupos podem ser excluídos socialmente em razão de questões étnicas, culturais, religiosas, de gênero, de desemprego, de deficiência, dentre outras. E estes não são necessariamente excluídos digitais. Mesmo exclusões comuns podem se comportar de forma diferenciada, como ocorre no caso da questão geracional. Há estudos e estatísticas que comprovam a maior capacidade e rapidez dos jovens em absorver novas tecnologias em comparação com a população com mais idade. A exclusão social pelo fator da idade, por sua vez, se mostra com contornos bem diferentes da exclusão digital – que eventualmente também sofrem. O domínio de outro idioma - aqui tratamos principalmente do inglês –, impede o uso de boa parte das informações acessíveis pela internet (OCDE, 2001) nas quais o inglês é o idioma majoritário (Gráfico 5). Além disso, a exclusão digital está diretamente ligada à indisponibilidade de infraestrutura de comunicação, se pública, ou ao seu alto custo, se privada. Em nível global, na medida em que o custo do acesso à internet é mais caro nos países mais pobres, dificulta-se o uso das novas tecnologias pela maior parte da população destes países, pois, neles, em geral, ganha-se salários mais baixos se comparados com os países mais ricos.

Gráfico 5 - 10 idiomas mais usados na Internet – Junho de 2016



Fonte: IWS

A partir dos pontos destacados podemos afirmar que a exclusão digital possui estreita relação com a exclusão social, mas não se confunde com ela, ou seja, o excluído social pode ou não ser um excluído digital e vice-versa. Reforçamos, aqui, esta convicção com o suporte de Macadar e Reinhard (2002), que afirmam de forma categórica que “não há dúvida que a exclusão digital aprofunda a exclusão socioeconômica”, e Silveira (2001, p. 18), que considera que “[...] a exclusão digital impede que se reduza a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e boa parte da produção cultural da sociedade vão migrando para a rede”. Da mesma forma, a inclusão digital tem o potencial de inserir o indivíduo na realidade contemporânea.

Resta acertado, portanto, que, considerando um paralelo com o mecanismo da inclusão social, ao se identificar a questão da exclusão digital como problema, ela deve ser revertida por meio da promoção da inclusão digital, levando-se em conta o quadro de exclusão social eventualmente associado ao problema. Em outras palavras, quando identificado um quadro de exclusão digital associado à exclusão social, as iniciativas de incentivo à inclusão digital devem visar, em conjunto, a inclusão social do indivíduo que for objeto da intervenção, ou seja, deve propiciar um ganho associado naquele fator que lhe coloca em condição de exclusão.

CAPÍTULO 3

UMA BÚSSOLA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL

Apesar de existirem vários fatores que levam à exclusão digital, não há um consenso entre as instituições e organizações que estabelecem estudos estatísticos sobre ela quanto às variáveis que a influenciam, tampouco quanto à relevância de cada uma delas. A maioria delas restringe-se à renda e ao nível educacional. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2001) admite que as outras variáveis, como a idade, o gênero, raça e línguas devem ser consideradas, mas de forma complementar às duas variáveis consideradas como mais relevantes.

No que se refere à renda, a abordagem permeia o tratamento da exclusão social que, como já foi citado, pode ser facilitado a partir da inclusão digital. No panorama atual, a internet se apresenta como um espaço livre dos poderes hegemônicos do sistema capitalista, onde a regra visível do jogo é a de que todos podem ascender às classes mais altas se tiverem qualificação e oportunidade para tanto. No entanto, o fator da renda é preponderante quando nos referimos ao acesso à internet, ao tratarmos do alto custo para estabelecer a conexão, que, em uma população de baixa renda, torna-se um impeditivo para a sua inserção digital.

Já o nível educacional citado pela OCDE (2001) cruza o conceito convencional de educação. Ser alfabetizado, saber ler, escrever e as quatro operações matemáticas, é requisito básico para a inserção do cidadão na sociedade. Mas, na Sociedade da Informação, outra alfabetização além desta é necessária: a alfabetização digital.

Castells (2015) faz uma exposição, a nosso ver, excessivamente otimista, mas que endossa nossa posição quanto às possibilidades abertas a partir do processo de inclusão digital, ao afirmar que noventa e sete por cento da informação do planeta está digitalizada e que a maior parte dela é produzida pelos próprios usuários, que transformam parte de suas vidas em material catalogável. A posição de Castells nos indica o quão importante se tornou a internet quando pensamos sob a perspectiva da informação que pode ser compartilhada por meio dela. Mas, para isso, faz-se necessário desenvolver habilidades específicas.

Nesta seara, Sampaio (2001) propõe a identificação de duas formas de inclusão digital: a restrita, que priorizaria o treinamento dos cidadãos para a utilização dos computadores e de aplicativos de usos comum, e a ampliada, que permitiria que as pessoas sejam interlocutoras e não só receptoras. Seguindo a mesma linha, Mori (2011) aponta três vertentes de compreensão do conceito de inclusão digital: como “acesso”, como “alfabetização digital” e como “apropriação de tecnologias”.

Na primeira, a autora aborda a distribuição de bens e serviços que garantam o acesso à infraestrutura e às TIC. Na segunda vertente, o foco é dirigido ao desenvolvimento das habilidades básicas em TIC que permitam ao indivíduo saber fazer uso delas - para isto, o acesso aos meios físicos e a alfabetização escolar são considerados requisitos necessários. Na terceira vertente, defende um passo posterior à chamada alfabetização digital: além de ter acesso à infraestrutura, os indivíduos devem desenvolver uma compreensão dos novos meios que lhes permita apropriar-se desses recursos, “compreender o significado dos meios técnicos e digitais, reinventar seus usos e não se constituir como meros consumidores” (MORI, 2011, p. 40). Neste último campo, Warschauer (2006) também discute a dificuldade de abarcar em “inclusão-exclusão digital” a ideia de um desenvolvimento social que supere o mero acesso físico aos computadores e à conectividade. Outro conceito por ele utilizado, o letramento digital, engloba a capacidade de aplicar o conhecimento em um contexto:

Embora o senso comum defina o letramento como a habilidade individual de ser capaz de ler e escrever, os teóricos do “novo letramento” preferem uma definição mais abrangente, que leva em consideração os contextos sociais da prática associada ao letramento [...] aquilo que se considera leitura ou escrita hábil varia amplamente de acordo com os contextos histórico, político e sociocultural. (WARSCHAUER, 2006, p. 65-66).

A alfabetização digital é o desenvolvimento de capacidades que permitem que o indivíduo viva, aprenda e trabalhe em uma sociedade digital. Reforça nossa posição o relatório da UNESCO, “*Understanding Information Literacy: A Primer*”:

Na era digital, letramento informacional significa que saber usar as tecnologias não é suficiente. O que todos precisam aprender é como utilizar as diversas e poderosas tecnologias com eficácia e eficiência para pesquisar, recuperar, organizar, analisar, avaliar a informação e usá-la para a tomada de decisões específicas e resolução de problemas⁶. (UNESCO, 2007, p. i)

⁶ Tradução do autor.

Já Takahashi (2000) define “alfabetização digital” ora como “processo de aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores, redes e serviços de Internet” (glossário), ora como

a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas também que capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania. (TAKAHASHI, 2000, p. 31).

Ao visar o exercício da cidadania, a internet se mostra um ambiente apto a receber as discussões políticas, a organizar ações e a permitir o exercício do controle sobre a gestão pública, bem como ferramenta de vigilância dos atos dos governantes. Sob esse aspecto, além de ser necessário o acesso e desenvolver as habilidades que permitam ao cidadão exercer esse controle, a própria gestão deve ser transparente, ou seja, deve munir o cidadão de instrumentos suficientes para que sua participação se efetive.

Portanto, as políticas públicas de inclusão digital não podem atacar o problema da exclusão somente por um caminho. A inclusão se faz quando o indivíduo realiza o seu direito de acesso à informação, a transforma em conhecimento e se torna ator da mudança de sua condição de excluído. Para isso, ainda que possam ser fragmentadas em etapas, as políticas públicas devem estar voltadas para as três vertentes indicadas por Mori (2011): “acesso”, “alfabetização digital” e “apropriação das tecnologias”.

3.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Até este ponto do trabalho, o caminho que percorremos nos permite entender como o fenômeno da exclusão digital se formou e como foi identificado. Percebemos, também, que alguns indicadores sociais podem estar diretamente ligados à exclusão digital e que a reversão desta pode afetar e ser afetada pela inclusão social. Para compreender como ocorreu a inserção da questão da exclusão digital na agenda governamental brasileira e os vieses pelos quais ela tem sido tratada até hoje, faz-se útil compreender o contexto socioeconômico e político no qual surgiram as políticas públicas dessa natureza.

Entendemos ser necessário, também, lembrar que a exclusão digital é agravada pela carência de infraestrutura adequada. Por este motivo, apesar da aparente inadequação ao tema de políticas públicas, as mudanças na infraestrutura de telecomunicações no Brasil serão seguidamente abordadas neste tópico, pois que foi essencial para que pudéssemos, neste trabalho, compreender, qualificar e classificar as frentes de trabalho adotadas pelo governo federal para tratar do tema da exclusão digital.

3.1.1 Os primeiros sinais da exclusão digital e as reações da sociedade civil

As políticas públicas brasileiras de inclusão digital tiveram início dentro de um cenário de ascensão da globalização capitalista, no final do séc. XX. Neste momento, no Brasil ocorria uma crescente disseminação das TICs em todas as esferas da vida social. A desigualdade em termos de acesso e uso delas reproduzia as persistentes desigualdades socioeconômicas. Especificamente quanto ao aspecto da infraestrutura, Afonso (2000), observou que, dos mais de cinco mil municípios brasileiros, menos de 300 (ou menos de 6%) contavam com infraestrutura mínima necessária para que possam ser instalados serviços locais de acesso à internet. O número de usuários de internet alcançava tímidos 3,3 milhões de usuários ou 2,01% da população brasileira. O Censo 2000 indicava que 10,97% dos domicílios brasileiros possuíam pelo menos um computador e 40,47% contavam com linha telefônica fixa instalada. Desde então, a PNAD passou a apontar um crescimento nesses indicadores recém-criados. O avanço seguinte se deu na PNAD 2005, para a qual o CGI.br contratou um módulo específico de perguntas relacionadas ao acesso e uso das TICs no Brasil. Foi possível, então, traçar um perfil dos usuários da internet que foi divulgado pelo CGI.br, em 2006, conforme já relatamos neste trabalho. Em 2008 e 2009, o módulo de perguntas foi retomado e incluiu a população rural. Desde então, o CGI.br passou a realizar uma pesquisa anual, de amostragem menor, denominada TIC, abrangendo diferentes grupos de amostras.

Além disso, de acordo com Mori (2011), as primeiras ações de democratização da informação por meio das TICs foram iniciadas pelas ONGs e pelos movimentos

sociais voltados para fins diversos que não necessariamente da popularização das TICs. Nesse aspecto, destacou-se o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), ONG criada em 1981 por militantes recém-egressos do exílio político, que propiciou a divulgação mundial da notícia do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, em 1988, no interior do Acre, antes mesmo de ser conhecida no restante do Brasil (MATTAR, 2006 apud MORI, 2011). É de se notar que, neste período, a internet ainda era bastante limitada em relação ao que dispõe hoje: era pouco conhecida e, obviamente, parcamente utilizada, havendo a disponibilidade somente da troca de mensagens ou de arquivos, mas não de forma instantânea. O Ibase evoluiu para um serviço de *Bulletin Board System*⁷ (BBS), algo que se pode entender como um fórum digital *off-line*, e, em 1992, criou a rede Alternex, com conexão internacional do Brasil em tempo real à internet. Deve-se destacar que, nesta época, a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) estava começando a implantar a rede de *backbones*⁸, necessária para ligar o país à internet. A experiência do Ibase foi essencial para a criação da ONG Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits), em 1997, como entidade independente no âmbito do programa Comunidade Solidária do governo federal, que foi instituído em 1995 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e que teve como presidente a então primeira-dama do país, Ruth Cardoso. O programa fazia parte da Rede de Proteção Social. A Rits, que se encontra em funcionamento até hoje, tinha como missão original ser uma rede virtual de informações e desenvolver atividades para que entidades da sociedade civil fizessem uso das TICs para compartilhar informações e realizar interação de atividades. Os portais da Rits foram utilizados na mobilização de políticas públicas para instalação de infocentros (telecentros) pelo governo federal em comunidades de baixa renda e outros direitos fundamentais não atendidos. Outras ações semelhantes ocorreram em vários locais do Brasil na década de 1990. A ligação entre ONGs foi favorecida pela introdução da oferta no

⁷ Um BBS é o nome dado a um computador (e a um aplicativo configurado nele) dedicado a compartilhar ou trocar mensagens ou arquivos em uma rede. Funcionava como um quadro de recados em um computador conectado a uma ou várias linhas telefônicas. O número de linhas ligadas a ele estabelecia o número de usuários que o sistema podia atender simultaneamente. O usuário remoto se conectava a ele por meio de linha telefônica e, então, lia e enviava as mensagens. Os BBS foram a principal forma de comunicação eletrônica nos anos 1980s e início dos anos 1990, antes que a internet fosse popularizada.

⁸ Um *backbone* é uma parte de uma rede de computadores que liga várias redes e estabelece o caminho (rota) para a troca de informações entre elas. A internet é formada por várias redes de *backbones*. A eles são conectados os provedores de acesso que, enfim, levam a internet aos usuários finais.

mercado dos microcomputadores pessoais (PC), inicialmente com preço médio de cerca de 1,5 mil dólares, um valor ainda muito alto na época para a população em geral, mas que passou a integrar boa parte dos escritórios das organizações. Em 1994, o Ibase e a ONG carioca Fase realizaram a campanha “Informática para Todos”, por meio da qual um grupo de voluntários promoveu a arrecadação de computadores (e programas) com o objetivo de formar laboratórios de informática em comunidades carentes do Rio de Janeiro, tendo início na favela Santa Marta.

A união de organizações locais e algumas empresas permitiu que a ONG Comitê para Democratização da Informática (CDI) organizasse e inaugurasse a primeira Escola de Informática e Cidadania (EIC). Outras EICs foram montadas segundo um modelo de “franquia social”, que balizou as instalações até o início dos anos 2000. O modelo do CDI foi disseminado no Brasil e no exterior, atraindo parcerias de empresas (e organismos internacionais, como BID, BIRD, Unicef, Unesco, etc) e o terceiro setor. É de se notar que a conexão à internet não era parte do modelo do CDI, nem a utilização dos equipamentos por outras pessoas além dos alunos. Em 1999, no Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, de São Paulo, foi idealizado o projeto Sampa.org, dirigido às comunidades carentes e que previa a participação de empresas, entidades da sociedade civil organizada, entidades sindicais e instituições de ensino e pesquisa. O projeto propunha a criação de telecentros conectados à internet, com o objetivo de democratizar o uso das TICs, a fim de integrar a política pública municipal. Diferentemente das EICs, que cobravam pelos cursos (ainda que valores baixos), o modelo do Sampa.org oferecia os mesmos serviços, além de acesso à internet, de forma gratuita. As instituições locais que adotassem o modelo receberiam os computadores em regime de comodato e um programa de formação de voluntários. Os seis primeiros telecentros iniciaram suas atividades em 2000. Em 2002, os dez telecentros implantados foram incorporados pela política pública municipal se tornaram telecentros do município de São Paulo. O modelo do CDI está implantado, segundo dados de 2014, em 842 espaços de inclusão digital, localizados no Brasil e em outros 14 países. Outros projetos similares a esses surgiram por todo o país, ainda que mais concentrados na região Sudeste.

Seguindo a mesma tendência do movimento da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa, bem como as de tecnologia, particulares e públicas, iniciaram a

implantação de unidades de acesso livre. Semelhante movimento ocorria nas empresas privadas, que atentaram para o potencial ganho institucional, em termos de imagem, que tais iniciativas traziam, levando várias delas a participar do processo de inclusão digital, seja na forma de parcerias, seja na forma de iniciativas próprias. Os Institutos de Pesquisa começaram a monitorar o acesso da população às TICs e o mesmo ocorria com o poder público, em tópico que trataremos adiante.

3.1.2 O início da atenção governamental ao problema da exclusão digital

A década de 1990, no Brasil, foi marcada por um cenário político turbulento e por uma grave crise econômica que atingiu todos os países em desenvolvimento, o que levou aos organismos financeiros internacionais (FMI, BIRD e BID) a recomendarem aos países endividados que fizessem um “ajuste estrutural”, com foco na estabilização monetária e fiscal, propondo a privatização dos serviços e sistemas de proteção social, reduzindo-os ao mínimo possível e necessário. Somava-se a esse quadro as demandas da sociedade nos campos social, econômico e político. Bresser Pereira (1997) apontou que o Brasil estava passando por um período que se desdobrava em três dimensões:

- a crise do modelo econômico, em razão do esgotamento do modelo protecionista de substituição de importação;
- a crise do modo de intervenção, que se expressava no fracasso do Brasil em criar um Estado do Bem Estar nos moldes social-democratas europeus; e
- a crise do aparelho do Estado, onde o modelo burocrático passou a apresentar problemas, como a dificuldade de atendimento das demandas dos cidadãos, a lentidão e a ineficiência, o excesso de papéis e de procedimentos, dentre outros.

Em resposta ao quadro instalado, foi criado, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), para o qual foi nomeado Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que ocupara o cargo de Ministro da Fazenda no Governo de José Sarney. Em 1995, foi elaborado, no âmbito

do MARE, o “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”. Em 1997, foi iniciado o Programa Nacional de Publicização (PNP), que previu a transferência de atividades no setor de prestação de serviços, baseado no pressuposto de que esses serviços ganhariam em qualidade. “Publicização” refere-se à produção não-estatal de bens públicos. Para tanto, foram criadas as Organizações Sociais (OS), que são entidades privadas com autonomia e flexibilidade de gestão que recebem subvenção do Estado para as quais foram transferidas atividades de entidades estatais mediante um contrato de gestão, visando a descentralização da prestação de serviços públicos e maior agilidade nessas operações. A criação das OS evidenciou o reconhecimento do Governo sobre as ONGs no sentido de que elas podem completar o papel do Estado⁹. Em 1999, o Ministério da Administração e Reforma de Estado teve sua área de competência transferida para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) por meio Decreto nº 2.923/1999.

No contexto da Reforma do Estado, o Governo FHC lançou, em 1995, o “Projeto Cidadão”, que propunha o desenvolvimento de medidas de caráter desburocratizante e de um sistema de recebimento de reclamações e sugestões pelos meios de comunicação então disponíveis e a criação de espaços físicos para instalar os Serviços de Atendimento ao Cidadão (SAC) nas esferas federal, estadual e municipal (CAPELLA, 2010). O “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” previu, também, a criação da “Rede Governo”, com objetivo de interligar as instituições governamentais por meio de infraestrutura física composta por equipamentos de informática e telecomunicações.

No mesmo ano, foi iniciado o processo de privatização do sistema de telecomunicações do país, denominado Telebras, cuja regulação se daria posteriormente com a “Lei Geral de Telecomunicações”, de 1997, e seu “Plano de

⁹ Apesar de ambas não terem fins lucrativos, deve-se distinguir as ONGs das OS pelo fato de essas últimas receberem recursos governamentais. As ONGs não são vinculadas ao Governo e nem têm sua atuação regulamentada em lei, sendo, em geral, identificadas nas formas jurídicas de associação ou fundação. Também não se deve confundir as OS com as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Apesar da finalidade das duas ser a de firmar parcerias com o Poder Público para a execução de políticas públicas e de ações que objetivem o desenvolvimento sócio-econômico, elas se distinguem pelos instrumentos de contratação que lhes são afetos (Contratos de Gestão, Termos de Parceria e Convênios) e por terem sido criadas pelas Leis 9.637/98 e 9.790/99, respectivamente. As OS usufruem da Declaração de Utilidade Pública Federal, enquanto que as OSCIP devem renunciar a essa declaração, o que importa sua exclusão do registro no Conselho Nacional de Assistência social (CNAS). O reconhecimento de uma OS ou de uma OSCIP pode ser solicitado ao Ministério da Justiça, uma vez atendidos os requisitos legais.

Metas de Universalização”, que trazia como obrigações: “possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição a serviço de telecomunicações, independentemente de sua localização e condição socioeconômica; e permitir a utilização das telecomunicações em serviços essenciais de interesse público” (BRASIL, 1997). A atenção ao tema da inclusão digital foi evidenciada pela importância dada ao acesso aos serviços de telecomunicações, uma vez que foram criadas obrigações para as empresas privadas que assumiram o lugar da Telebras. A partir de então, a infraestrutura desenvolvida no país permitiu a ampliação das redes de telefonia fixa e, posteriormente, da móvel. Esse processo, no entanto, não atingiu a sociedade de forma igualitária, ou seja, priorizou algumas condições geográficas e as áreas de maior renda *per capita*. Iniciada a superação da barreira da infraestrutura, foram executadas ações governamentais sobre a exclusão digital, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Ações do Governo FHC com impacto sobre a exclusão digital.

Ano	Programa / Ação
1997	Lançamento do programa ProInfo.
1998	Conclusão do processo de privatização do sistema de telecomunicações.
1999	Criação do Programa Sociedade da Informação (SocInfo).
2000	Constituição do Comitê Executivo de Governo Eletrônico (CEGE)
2001	Criação do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Programa Nacional de Informática nas Escolas (ProInfo), vinculado ao Ministério da Educação, nasceu com a missão inicial de instalar computadores em escolas públicas. Foi uma iniciativa pioneira no âmbito governamental de difusão de computadores e internet, que, apesar do relativo sucesso, enfrentou problemas com a falta de capacitação dos profissionais de ensino para seu uso. Após o processo de privatização das telecomunicações estar consolidado, o Governo federal voltou sua atenção para a modernização da máquina administrativa no sentido promover a comunicação bilateral interna e externa (com a sociedade). O Programa Sociedade da Informação no Brasil (SocInfo) foi criado no âmbito do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o objetivo de:

[...] integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global. A execução do Programa pressupõe o compartilhamento de

responsabilidades entre os três setores: governo, iniciativa privada e sociedade civil. (TAKAHASHI, 2000, p.34)

No ano 2000, foi lançado o livro “Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde” que, apesar de não fazer uso da expressão “inclusão digital”, ela é abordada no capítulo que trata da universalização dos serviços públicos, ao considerar a necessidade de “apoiar diretamente a montagem de 1.000 centros comunitários modelo para acesso à internet” (TAKAHASHI, 2000), que seriam posteriormente ampliados para 5.500, além de estabelecer o dever de adequar seu uso para pessoas portadoras de deficiência. O livro é uma consolidação de propostas feitas por especialistas do governo, da sociedade civil organizada e da iniciativa privada. A publicação trazia, ainda, o reconhecimento governamental sobre o sucesso das iniciativas de promoção de acesso comunitário à internet promovidas pelas ONGs com apoio dos setores privado e público:

Do ponto de vista do público atingido diretamente por iniciativas como as dos telecentros, parece ser inegável que eles têm tido um papel de destaque no processo de universalização do acesso à Internet. E, mais ainda, se forem analisados os perfis dos diferentes públicos que deles se utilizam, não parece haver dúvida de que suas experiências têm agregado segmentos sociais que dificilmente teriam acesso à rede sem telecentros. (TAKAHASHI, 2000, p. 60)

E acrescenta, admitindo a necessidade de desenvolver a qualificação necessária para fazer uso das TICs disponíveis com foco a promover a cidadania:

[...] trata-se, sobretudo, de permitir que as pessoas atuem como provedores ativos dos conteúdos que circulam na rede. Nesse sentido, é imprescindível promover a alfabetização digital, que proporcione a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas também que capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania. (TAKAHASHI, 2000, p. 26)

O programa Governo Eletrônico foi criado em 1999 e implantado em 2000 pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) como parte do Programa Sociedade da Informação (SocInfo). O Comitê Executivo de Governo Eletrônico (CEGE), por sua vez, foi instituído com o objetivo de formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação do Governo Eletrônico, voltado para a prestação de serviços e informações ao cidadão. Sua criação adveio da necessidade de modernização dos sistemas de comunicação interna da administração pública, mas, também, em resposta às demandas da sociedade no sentido de participar do controle da gestão pública. Em acréscimo, naquele

momento, foi publicada a Lei Complementar nº 101/2000, que viria a ser conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Neste ponto, rompemos brevemente com a ordem cronológica desta retrospectiva para afirmar que essas ações de governo seriam as primeiras iniciativas práticas no sentido de atender à demanda social da “promoção da transparência governamental” e que levariam ao advento, em 2011, da Lei de Acesso à Informação (LAI).

A estruturação das ações do Programa de Governo Eletrônico brasileiro foi bastante acelerada em função da urgência em enfrentar o “*bug do milênio*”, que já começava a causar estragos no sistema bancário internacional. O “*bug do milênio*” foi um defeito que chegou a atingir 90% dos computadores e sistemas de programas no mundo. O problema decorria do fato de que a maioria dos fabricantes de computadores, com o objetivo de economizar espaço em memória¹⁰, armazenavam a data reservando apenas dois dígitos para o ano. Assim, o ano “1980”, por exemplo, era armazenado na forma “80”. Com a chegada do ano 2000, os sistemas o interpretariam como se fosse o ano 1900, o que causaria diversos impactos, dentre eles o erro no cálculo de juros e prestações, e atingiria até os sistemas de monitoramento de navegação aérea e de equipamentos médicos. Desta forma, o “*bug do milênio*” fez evidenciar uma urgência em reorganizar a área tecnológica do governo, em todas as suas esferas. As ações para enfrentamento do *bug* foram consideradas um projeto estratégico do governo, geridas diretamente pela Casa Civil e coordenadas operacionalmente pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do MPOG. O principal papel da SLTI foi o mapeamento dos impactos e a articulação dos diversos atores de Tecnologia da Informação (TI) para operar os ajustes necessários nos sistemas de informação nas esferas federal, estadual e municipal, estendendo-se ao suporte à iniciativa privada e à comunidade internacional. Além disso, o fato também trouxe ao âmbito político a importância da área de Tecnologia da Informação (TI), já que, em 1999, sistemas críticos, como a malha de arrecadação federal, estavam totalmente informatizados. A TI deixava de ser operacional e o episódio do *bug* revelou que o assunto demandava maior supervisão. Como resultado das ações promovidas, parte do parque tecnológico foi

¹⁰ Nesse contexto, memória refere-se a uma parte dos computadores reservada para o armazenamento de informações permanentemente, ou seja, de forma que esses dados sejam mantidos mesmo após a interrupção do fornecimento de energia elétrica ao sistema.

atualizado, o que colaborou com algumas ações estruturantes a serem executadas posteriormente pelo CEGE.

Para garantir a segurança ao tráfego de informações governamentais por meio da internet, em 2001, foi criado o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), que é uma autarquia federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República com a missão de manter e executar as políticas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras¹¹ (ICP-Brasil) e tem a competência de ser a primeira autoridade da cadeia de certificação digital (AC Raiz).

Em 2002, foi publicado pelo MCT o chamado “Livro Branco”, que, finalmente destaca que a importância de acompanhar a evolução das TICs:

[...] entre os desafios dessa área, salienta-se o de direcionar os benefícios presentes e potenciais das TIC a todos os brasileiros, para evitar o aprofundamento das desigualdades sociais e do hiato digital. É imprescindível avançar na universalização do acesso, na alfabetização digital, no desenvolvimento e implantação da infraestrutura e dos sistemas de comunicações de mais altas velocidades, no comércio e serviços eletrônicos, no governo eletrônico e na indústria de equipamentos eletrônicos e de software. (MCT, 2002, p. 69)

Os últimos anos da gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso foram fortemente marcados pelo ajuste fiscal nas contas públicas, o que levou a diversas medidas de contingenciamento de recursos, interrompendo ou impedindo a execução de projetos.

3.1.3 A expansão das políticas públicas de inclusão digital

O início, em 2003, do Governo Lula marcou uma grande mudança na agenda governamental. O cenário internacional, apesar de temeroso com a eleição de Lula, era favorável à melhoria do papel do Brasil no sistema mundial, após as crises que assolaram o país nas décadas anteriores. A economia se encontrava mais estável e com tendência ao crescimento. Desde sua campanha eleitoral, o então candidato

¹¹ A certificação digital ainda é um tema pouco tratado na literatura que trata da Gestão Pública, tendo adquirido maior destaque a partir do estímulo ao seu uso (com os nomes de e-CPF e e-CNPJ) para acesso às instituições bancárias e a vários serviços governamentais ao cidadão e à empresa. A ICP-Brasil é um conjunto de técnicas e procedimentos que garante autenticidade e validade jurídica a documentos e transações eletrônicos, o que faz com que ele seja um sistema jurídico, econômico e tecnológico.

defendia a intensificação das políticas públicas voltadas à diminuição das diferenças sociais. No campo das políticas de telecomunicações, inclusão digital e governo eletrônico, apesar de reconhecer que a privatização do sistema Telebras havia provocado uma grande ampliação no setor, Lula alertava quanto à barreira da renda para continuar sua expansão. Assim, com o objetivo de cumprir com suas propostas eleitorais, uma vez empossado o novo governante, os programas relativos às TICs sofreu um refluxo nas atividades até então desenvolvidas. Receberam, então, novas configurações, a partir de 2004. O cidadão-usuário deixava de ser tratado como cliente dos serviços públicos e passaria a ser considerado agente ativo da gestão pública, por meio da promoção da participação e do controle social sobre o governo.

Para promover a mudança na abordagem das políticas públicas no campo das TICs, a Presidência da República instituiu que a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, assumiria a secretaria-executiva do Comitê Executivo de Governo Eletrônico (Cege), e criou oito Comitês Técnicos de Governo Eletrônico, com a finalidade de coordenar e articular o planejamento e implementação de projetos e ações nas áreas de:

- Implementação de software livre;
- Inclusão digital;
- Integração de sistemas;
- Sistemas legados e licenças de software;
- Gestão de sítios e serviços *on-line*;
- Infraestrutura de rede;
- Governo para Governo – G2G; e
- Gestão de conhecimento e informação estratégica.

Em 2003, foi criado o Programa Inclusão Digital (PID), por meio do MCT, que centralizou algumas ações governamentais. Como resultado do trabalho dos Comitês, o CEGE, em 2004, lançou um documento contendo as diretrizes das ações em cada área. Nele, o CEGE recomendava a criação de uma Política Nacional de Inclusão Digital, que viria posteriormente a se materializar no Programa Brasileiro de Inclusão Digital (PBID). A proposta para tratar a exclusão digital seguia a linha das instalações dos infocentros da década anterior, com algumas modificações. A ação envolvia a criação de uma infraestrutura de uso coletivo de acesso público em áreas

vulneráveis com uso de software livre e de código aberto¹². A ação deveria dar-se por meio da criação de telecentros voltados para os cidadãos, que foram expressamente tratados como sujeitos do processo e não como meros consumidores de serviços. Conforme Balboni (2007) apontou “com novas concepções no campo social e nos avanços tecnológicos, o governo [...] redefiniu a política de inclusão digital brasileira, que passou a ser vista como um importante vetor de inclusão social”. Os projetos deveriam ser apropriados pelas comunidades e por elas geridos. A execução dos projetos deveria ser descentralizada por meio de parcerias com os governos locais. Da gestão anterior, foram mantidos, ainda que reformulados, os programas Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), ProInfo, Serpro Cidadão e Telecentros de Informações e Negócios (TIN). As principais ações do Governo Lula que se materializaram em projetos e programas, durante o período de 2003 a 2009, e seus anos de criação podem ser observados no Quadro 3 (Algumas foram modificadas no Governo Dilma).

Quadro 3 - Primeira expansão das políticas públicas de inclusão digital.

Ano	Programa / Ação
2003	Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC)
2003	Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)
2003	Ampliação do Serpro Cidadão / Programa Serpro de Inclusão Digital
2003	Modificação e ampliação do Telecentros de Informações e Negócios
2003	Instalação dos Centros Vocacionais Tecnológicos
2003	Furnas Digital
2004	Ação de Cultura Digital nos Pontos de Cultura
2004	Criação do projeto Maré – Telecentros da Pesca
2004	Criação do projeto Computadores para Inclusão
2004	Início do projeto Estação Digital (encerrado em 2009)
2005	Criação do Programa Computador para Todos
2005	Criação do projeto Casa Brasil
2005	Apoio ao projeto Telecentros pela Inclusão Digital (encerrado em 2009)
2005	Criação do Programa Centros de Inclusão Digital
2006	Programa Kit Telecentros Comunitários
2008	Início do projeto Territórios Digitais
2009	Modificação e ampliação do Quiosque do Cidadão

Fonte: Elaborado pelo autor.

¹² Software de código aberto é aquele em que qualquer pessoa tem acesso ao código-fonte do programa, o que permite sua personalização e redistribuição, que podem ser limitadas pelas condições de uso do desenvolvedor. Software livre, por sua vez, segundo a General Public License (GPL), é aquele que pode ser lido, modificado e redistribuído sem qualquer limitação.

O Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), criado em 2002, no Governo FHC, foi reformulado e ampliado em 2003. No Governo Lula, deixou de ser ligado somente à política de governo eletrônico e se tornou um programa para fornecimento de conexão à internet por meio de satélite a comunidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que não tivessem a disponibilidade de acesso por meio de banda larga em sua região – como é comum em regiões muito carentes e em zonas rurais, por exemplo. A infraestrutura física deveria ser construída em parceria com prefeituras, governos estaduais e organizações não governamentais. Atualmente, o programa está vinculado ao Ministério das Comunicações e atende a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos. Em 2014, o Ministério das Comunicações contratou a conexão de 6.898 pontos e o Ministério da Saúde aderiu ao Programa, contratando 13 mil novas ligações.

O ProInfo, em 2003, foi dividido em ProInfo Urbano e ProInfo Rural. Em 2007, foi renomeado para Programa Nacional de Tecnologia Educacional, e foi definido como seu objetivo principal “promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica”. O Governo Federal fornece computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais e a gestão ocorre de forma descentralizada, respondendo por ela a Coordenação Estadual do ProInfo instalada em cada ente federativo.

O Serpro Cidadão foi criado dentro do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), que é a maior empresa pública de prestação de serviços em Tecnologia da Informação do Brasil. O programa, também criado durante o Governo FHC, em 2001, quando tinha como objetivo a instalação de telecentros dirigidos a toda a população, aumentou o seu alcance quando, no Governo Lula, em 2003, foi criado o Programa Serpro de Inclusão Digital, por meio do qual são doados computadores a ONGs e prefeituras interessadas em implantar telecentros.

O Programa Telecentros de Informações e Negócios (TIN) foi lançado em 2001, e sua coordenação se dá pela Secretaria de Tecnologia Industrial (STI), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e tem por principal objetivo “promover a inclusão digital do micro e pequeno empresário para aumentar a competitividade das empresas” (MDIC, 2016). O Programa oferece a montagem de telecentros com acesso à internet, cursos presenciais e à distância, informações

especializadas e serviços aos pequenos empresários e trabalhadores. Em 2006, o programa ampliou suas unidades e, em 2009, já contava com 981 unidades no país, estabelecidas em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com a Federação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da Universidade de Brasília (UnB).

Os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) foram criados em 2003 para aumentar o acesso a computadores em instituições de ensino de todos os níveis e institutos de pesquisa, contribuindo para o seu funcionamento e para o desenvolvimento de conteúdos, a partir das necessidades detectadas, visando, enfim, a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico. Instituídos pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Digital do MCT, os centros são implementados por meio de parcerias com prefeituras, governos e entidades civis e conta com a colaboração de universidades, Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IFs) e ONGs. Cada unidade tem uma área de atuação, de acordo com o potencial das oportunidades locais. Desde 2010, os CVTs estão vinculados aos IFs a fim de aproveitar a mão de obra local e impulsionar o desenvolvimento de tecnologias das instituições.

O projeto Furnas Digital foi instituído por meio da FURNAS – Centrais Elétricas S.A., que é uma empresa de economia mista, subsidiária da Eletrobras. O projeto foi criado alinhado ao Programa Luz Para Todos, do Ministério de Minas e Energia (MME) e tinha como objetivo promover a inclusão digital da população de baixa renda das áreas rurais e urbanas. FURNAS, em parceria com ONGs, era responsável por equipar os telecentros, prioritariamente em municípios beneficiados pelo Programa Luz para Todos do Governo Federal. Em 2011, o projeto passou por uma reavaliação e foi encerrado.

O Programa Cultura Digital está inserido no Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva – e foi criado em 2004, na estrutura do Ministério da Cultura (MinC), na gestão do Ministro Gilberto Gil. O objetivo do programa é “o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade” (MinC, 2004). Geridos por organizações locais

cadastradas por meio de edital, as instituições beneficiadas recebem uma verba anual para aquisição e manutenção de equipamentos. O processo seletivo, inicialmente, se dava no âmbito do Governo Federal. Hoje, a seleção é feita pelas prefeituras e governos estaduais, que recebem o repasse financeiro do MEC para manter as iniciativas.

O projeto Maré – Telecentros de Pesca, criado em 2004, foi estruturado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), do Ministério da Pesca e Agricultura (MPA). A parceria entre a SEAP, o Banco do Brasil, o MC e as comunidades locais visa “desencadear um processo educativo, voltado essencialmente ao fortalecimento da cidadania participativa [...] e no resgate da autoestima das pescadoras e pescadores artesanais” (SEAP, 2004, p.3). O projeto trata da instalação de telecentros em parceria com entidades locais, encarregadas de oferecer espaço físico para a instalação de computadores doados pelo Banco do Brasil e conectados à internet via antenas do Programa Gesac, do MC.

O projeto Computadores para Inclusão teve início em 2004, coordenado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e tem como público-alvo jovens de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social. Desde 2011, encontra-se subordinado ao Ministério das Comunicações (MC). Os Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs) são parte do projeto Computadores para Inclusão. A capacitação é feita por meio de oficinas, cursos e outras atividades oferecidas pelos CRCs. Os computadores recuperados são doados para laboratórios de escolas, bibliotecas, telecentros e outros programas de inclusão digital. O programa também promove a conscientização sobre o descarte adequado de resíduos eletroeletrônicos. O projeto funciona por meio de parcerias com instituições responsáveis por executar as ações de formação e recondicionamento de equipamentos. Atualmente, existem CRCs em funcionamento nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, João Pessoa e Recife. Em Minas Gerais, o projeto tem apoio da Justiça Estadual, que auxilia na indicação do público-alvo da ação.

A Fundação Banco do Brasil, com o apoio de parceiros locais, na maioria organizações não governamentais, iniciou a execução do Programa Estação Digital,

em 2004. Seu público-alvo era formado por estudantes, donas de casa, trabalhadores, populações tradicionais e cooperativas e seu objetivo era de lhes proporcionar economia de tempo e dinheiro, criando novas perspectivas e melhorando a qualidade de vida da população. Nesses espaços, havia aulas de informática e atividades relacionadas ao trabalho da entidade parceira, escolhida em função de seu envolvimento com a comunidade onde a estação era instalada. O banco possuía, ainda, um programa de doação de computadores a entidades selecionadas para que elas formassem telecentros. Sua atuação foi descontinuada em 2009.

O projeto Cidadão Conectado, do Programa Computador para Todos, foi criado em 2005 e tem por objetivo “promover a inclusão digital mediante a aquisição em condições facilitadas de soluções de informática constituídas de computadores, programas de computador (software) neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento” (Brasil, Decreto 5.542/2005). Por meio dele, as empresas situadas no Nordeste ou na Amazônia Legal têm isenções na cobrança do IPI na compra de computadores, ao investirem 5% de seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento.

O projeto Casa Brasil teve sua criação em 2005, a qual foi conduzida pela Casa Civil da Presidência da República dentro de um projeto unificado conhecido como Programa Brasileiro de Inclusão Digital (PBID), com o objetivo de promover o desenvolvimento e universalização das TICs, com foco na inclusão social e na inclusão digital, por meio de atividades de extensão inovadora, disseminação e transferência de tecnologia. Foi, então, constituído um Comitê Gestor para sua administração. O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), desde outubro de 2009, substituiu a Casa Civil na liderança do Comitê, que tem em sua composição representantes de vários Ministérios, além do Serpro, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Correios, Petrobras e Centrais Elétricas S/A. O projeto é executado em forma de parceria entre o MCT, ONGs, universidades, cooperativas, prefeituras e governos estaduais. O MCT oferece recursos para que a unidade possa adquirir equipamentos.

O projeto Telecentros pela Inclusão Digital teve por responsável a Petrobras. Criado em 2005, foi responsável pela instalação de telecentros em parceria com a Rede de

Informações do Terceiro Setor (Rits). O programa foi encerrado no final de 2009 com a justificativa de que seria reavaliado.

O Ministério das Comunicações (MC), tendo estabelecido a meta de levar um telecentro a cada cidade brasileira, iniciou, em 2006, a convocação de prefeituras de todo país para recebimento de kits de equipamento de informática destinados a montagem de telecentros comunitários, por meio do Programa Kit Telecentros. As prefeituras se responsabilizariam pela infraestrutura e treinamento de pessoal, enquanto ao MC caberia a distribuição dos equipamentos. O gerenciamento do programa é feito em paralelo ao do Gesac, que fornece o link de acesso à internet. No início de 2010, já no Governo Dilma, a coordenação do programa ficou a cargo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do MPOG, ainda que sua regulamentação tenha permanecido no MC.

Iniciado em 2008, O Programa Territórios Digitais é derivado do Territórios da Cidadania, programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de oferecer gratuitamente o acesso à informática e internet para populações rurais, por meio da implantação de Casas Digitais. As Casas Digitais, por sua vez, são espaços públicos localizados nos assentamentos rurais, comunidades tradicionais, escolas agrícolas e sindicatos rurais. Os espaços são escolhidos pela própria comunidade, levando em consideração a disponibilidade de energia elétrica e de segurança adequada para receber os equipamentos de informática (computadores, servidor, antena via satélite, roteador wireless, datashow e mobiliário), tornando-se, assim ponto de acesso comunitário gratuito de assentados, agricultores, comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas.

A implantação de Centros de Inclusão Digital (CID), desde 2005, é uma ação que compõe o Programa de Inclusão Digital do MCT sob a responsabilidade da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) e tem como objetivo proporcionar o acesso às tecnologias de informação e a capacitação em técnicas computacionais, voltadas tanto para o aperfeiçoamento da qualidade profissional quanto para a melhoria do ensino. Os CIDs são administrados por ONGs e prefeituras. Cada unidade possui dez estações de trabalho, um servidor, mobiliário, ar-condicionado, TV, DVD e projetor. No início do programa, o MCT limitava-se a repassar recursos e supervisionar a instalação da unidade, mas, desde 2010, o

ministério passou a acompanhar as atividades de implementação por um período mais longo. O Programa de Inclusão Digital foi revogado, no Governo Dilma, por meio da Medida Provisória nº 690/2015.

O Quiosque do Cidadão, criado no Governo FHC especificamente para atender a uma demanda da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), foi expandido, no Governo Lula, em 2009, no sentido do Nordeste e do Sudeste, além de ter passado a ser instalado em comunidades indígenas e quilombolas. É subordinado ao Ministério da Integração Nacional (MI). Sua atuação inclui a instalação de computadores e a contratação de monitores para bibliotecas.

O Governo Lula promoveu outras ações voltadas para a aquisição de computadores, ainda que mais concentradas no campo da educação, e que tiveram pouca adesão. Nesse sentido, o Programa PC Conectado, lançado em 2005, visava estimular a aquisição de equipamentos de TICs, por meio de incentivos fiscais. Além disso, a partir de algumas experiências bem-sucedidas de políticas públicas nas esferas estadual e municipal, em 2008, foi criado, sob a coordenação do MEC, o Programa Um Computador por Aluno (UCA), dirigido aos discentes de Ensino Médio e Fundamental do país, para que todos tivessem um computador portátil conectado à internet. No mesmo ano, foi lançado o projeto Computador Portátil para Professores, destinado aos professores em atividade nas redes pública e privada, de todos os níveis educacionais, coordenado pelo MCT e pelo MEC. As leis que regulamentaram essas ações foram revogadas em 2015, com exceção do UCA, que foi reorganizado no Governo Dilma e lançado, em 2012, com o mesmo nome, mas com outra sigla, PROUCA. Em sua nova configuração, os estados e municípios interessados podem adquirir os equipamentos por meio do Regime especial de incentivo a computadores para uso educacional (Reicomp) e distribuí-los aos alunos. No entanto, menos de 2% da meta traçada no MEC foi atingida.

3.1.4 A reestruturação das políticas públicas de inclusão digital

Para que a exclusão digital fosse tratada no país, era imprescindível que a infraestrutura de telecomunicações estivesse preparada para isso. No final dos anos 2000, com o aumento do uso da internet – em número de usuários e de transações

feitas por meio dela –, a velocidade da conexão despontava como mais um entrave para a expansão das medidas de inclusão já iniciadas. Ainda havia um severo quadro de exclusão digital a ser tratado no Brasil e os novos incluídos tendiam a voltar para a situação de exclusão em razão da defasagem na velocidade de tráfego da informação. Além disso, ainda existiam grandes espaços sem cobertura das redes de comunicação. Esses problemas já haviam sido superados nos países desenvolvidos. Iniciou-se, então, uma série de ações governamentais no sentido de atualizar e expandir as redes de telecomunicações estruturadas com as novas tecnologias que permitiriam um tráfego mais intenso de informações. As políticas públicas em andamento também necessitavam ser reconfiguradas para se adequarem ao novo quadro instalado nas comunidades atendidas e aos novos serviços disponíveis, muitas vezes, somente por meio da internet, o que demandava uma ampliação do alcance das intervenções (Quadro 4).

Quadro 4 - Reestruturação das políticas públicas de inclusão digital

Ano	Programa / Ação
2008	Programa Banda Larga nas Escolas
2009	Programa Nacional de Telecomunicações Rurais
2009	Telecentros minerais
2010	Plano Nacional de Banda Larga
2010	Reativação da Telebras
2011	Criação da Secretaria de Inclusão Digital
2011	Criação do programa Redes Digitais da Cidadania
2012	Lançamento do Projeto Cidades Digitais
2012	Criação do Telecentros.BR
2012	Redimensionamento dos Centros de Recondicionamento de Computadores
2012	Expansão do ProInfo
2014	Marco Civil da Internet

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 2008, foi criado o Programa Banda Larga nas Escolas, fruto de uma ação conjunta da Presidência da República, Casa Civil, Secretaria de Comunicação (SECOM), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), MEC, MC, MPOG e MCT, que previa a conexão gratuita à internet via banda larga em todas as escolas públicas, de Ensino Médio e Fundamental, localizadas em áreas urbanas, até 2010, além de acompanhamento de qualidade e melhoria do serviço.

O Programa Nacional de Telecomunicações Rurais foi instituído em 2009 pelo Ministério das Comunicações (MC), que delegou à Anatel a responsabilidade de sua

execução. Seu objetivo principal é o de permitir à população rural a possibilidade de acessar serviços de interesse coletivo, de telefonia e de dados por meio de conexão em banda larga. Para aumentar seu alcance, o Governo Federal autorizou as operadoras de telefonia a usarem uma nova faixa de frequência modular em troca do compromisso de estenderem a área de cobertura da rede para todo o país em até cinco anos, além de garantirem a conexão de escolas rurais. Até 2016, o acordo só foi cumprido parcialmente pelo lado das operadoras.

O Ministério de Minas e Energia coordena ações de extensionismo mineral, que visa oferecer suporte técnico e gerencial aos produtores minerais em seus locais de atuação, capacitando-os para o desenvolvimento sustentável. São instrumentos dentro das políticas para o extensionismo mineral:

- o Programa Nacional de Formalização da Produção Mineral (PRONAFOR);
- o Projeto Agenda 21 Mineral;
- o Portal de Apoio Técnico e Gerencial para os Pequenos Produtores Minerais (PORMIN); e
- os Telecentros Minerais.

O PORMIN é um portal de informações dirigido ao produtor mineral em pequena escala no sentido de provê-lo com informações técnicas, gerenciais, econômicas e legislação, que contribuam para a melhoria das suas atividades produtivas, sociais e ambientais. Em 2010, o PORMIN migrou para o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Os Telecentros Minerais, por sua vez, têm origem nos Programas Telecentros de Informações e Negócios (TIN) e Centros de Inclusão Digital (CID) e foram criados em 2009 para, em conjunto com o PORMIN, estimular o desenvolvimento sustentável. Em razão da especificidade das operações necessárias deste público-alvo, o programa prevê a instalação de computadores com maior capacidade de processamento e a seleção de monitores especializados em mineralogia.

Dados de organizações internacionais já mostrados neste estudo endossam a afirmação da ONU no sentido de que a penetração de conexões à internet em banda larga em um país está diretamente relacionada com o seu grau de desenvolvimento. Em 2010, a velocidade média das conexões de internet do Brasil

era de apenas 0,55 Mbps e as conexões só eram encontradas em 30,7% dos domicílios do país. Esse cenário era resultado direto da falta de infraestrutura nas regiões menos povoadas do país e do preço proibitivo cobrado pela assinatura de serviços de conexão por banda larga. A meta de acelerar o desenvolvimento brasileiro foi um dos principais motivadores para o lançamento do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) - Brasil Conectado, em 2010. O programa tem como objetivo superar essas limitações. Outro objetivo do PNBL é o de aprimorar a qualidade das conexões entre organizações governamentais do país e melhorar a oferta de serviços de governo digital. Como parte dessa iniciativa, conexões entre municípios e capitais de estados deveriam instaladas para estabelecer meios de comunicação eficientes entre organizações governamentais. Em seguida, o Ministério das Comunicações (MC) entregou à Presidência da República o estudo “Um plano nacional para banda larga: O Brasil em alta velocidade”, no qual previa investir recursos públicos (R\$ 75 bilhões) e privados (R\$ 26,5 bi) nas redes de telefonia com o objetivo de alcançar a meta de conectar 40 milhões de domicílios brasileiros até 2014 à velocidade de, no mínimo, 1 Mbps, a um preço reduzido. Em seu texto, a proposta propunha o uso das redes de fibra óptica já instaladas, porém ociosas, de empresas públicas, como Petrobras e Furnas, e estatais, como a desativada Eletronet, que totalizavam cerca de 16 mil quilômetros de extensão. Destas redes, partiriam conexões com redes móveis para atender zonas rurais e municípios afastados dos grandes centros. Aprovada a proposta, foi adotado um modelo de gestão segundo o qual a Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebras) - antiga empresa estatal que tinha como atribuição centralizar, padronizar e modernizar as diversas empresas de telecomunicações brasileiras e que tinha sido extinta no Governo FHC em razão da privatização do setor – seria reativada para gerir toda a rede, porém sem oferecer o serviço ao consumidor final. A empresa comercializaria o acesso a pequenos provedores locais, que, por sua vez, atenderiam os consumidores, formando concorrência múltipla, porém, apenas nos locais de interesse do mercado. Como resultado de sua implantação, ocorrida em 2011, um grande número de escolas públicas, principalmente de áreas urbanas, também receberam conexões de banda larga de qualidade. Outro plano incluso no PNBL, conhecido como Cidades Digitais, incluiu a previsão da instalação de conexões wi-fi gratuitas em diversas cidades do país. Desde o início do PNBL, mais de 600 municípios brasileiros passaram a receber serviços de conexão de banda

larga através do *backbone* da Telebras. Até 2013, as conexões de banda larga por fio aumentaram de 13 milhões para 20 milhões e as redes de banda larga móveis subiram de 15 milhões para 68 milhões, enquanto o número de municípios cobertos por esses serviços aumentou de 681 para 2.930. No entanto, a meta de 40 milhões de domicílios atendidos não foi alcançada. Dados da Anatel indicam que, até 2015, o país contava com apenas 25 milhões dessas conexões.

Quando assumiu a Presidência da República, Dilma Rousseff recebeu de herança o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) já bastante adiantado na sua implantação. No início de seu governo, foi criada a Secretaria de Inclusão Digital (SID), vinculada ao Ministério das Comunicações (MC), que tinha como atribuição primária o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e a coordenação de outros projetos de inclusão do MC, além de agregar alguns programas antes dispersos entre os Ministérios do Governo Federal. A SID tem por objetivo a promoção do uso das TICs com base em três eixos de atuação:

- a ampliação da disponibilidade de acesso às TIC (infraestrutura e disponibilização de sinal e internet);
- o incentivo ao desenvolvimento e à disponibilização de conteúdos que atendam aos requisitos de acessibilidade, usabilidade e inteligibilidade; e
- a capacitação da população interessada no uso das TIC e dos profissionais que atuam diretamente no atendimento aos cidadãos, de modo a gerar interesse por tais tecnologias e despertar a confiança nesses potenciais usuários.

Também gerenciado pela Secretaria de Inclusão Digital, o programa Redes Digitais da Cidadania foi criado em agosto de 2012, e tem como objetivo criar uma rede nacional de instituições públicas para promover formação no uso das TICs e qualificação no uso da internet em espaços públicos de acesso livre. Para isso, prevê a instalação de parcerias com uma rede nacional de instituições públicas de diversos estados. Desde seu início, o programa selecionou Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs), que dão suporte aos projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico em uma série de linhas temáticas como gestão pública, microempresas, trabalhadores e cultura.

Como citamos ao dissertar sobre o PNBL, o Cidades Digitais tem por objetivo modernizar a gestão, ampliar o acesso aos serviços públicos e promover o desenvolvimento dos municípios brasileiros por meio da tecnologia. Para isso, atua em quatro frentes: a construção de uma estrutura de rede de fibra óptica para interligar os órgãos públicos locais, a disponibilização de aplicativos de governo eletrônico para as prefeituras, a capacitação de servidores municipais para uso e gestão da rede e a oferta de pontos de acesso à internet para uso livre e gratuito em espaços públicos de grande circulação, como praças, parques e rodoviárias. Em 2013, o Cidades Digitais foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) do Governo Federal.

O programa Telecentros.BR é uma revisão do programa de instalação de telecentros e estabeleceu diretrizes para o funcionamento deles. Segundo o programa, o telecentro é um Ponto de Inclusão Digital (PID) sem fins lucrativos, de acesso público e gratuito, com computadores conectados à Internet, disponíveis para diversos usos. O acesso é livre, com assistência de monitores. Eles devem servir aos moradores das comunidades onde se encontram como um espaço de integração, cultura e lazer.

Originalmente instituído como parte do programa “Computadores para Inclusão”, os Programa Centros de Recondicionamento de Computadores passou por uma adaptação em 2012. Como os telecentros que se encontravam em operação estavam recebendo computadores novos em substituição às máquinas antigas, a atividade do CRC estava ficando obsoleta, até que os equipamentos ali recuperados passaram a ser utilizados na instalação de novos espaços ou doados para entidades sem disponibilidade daqueles equipamentos. Além disso, considerando que o programa tem por público os jovens em situação de vulnerabilidade, seu valor social impedia o encerramento. Foi, então, reestruturado para manter as oficinas.

O ProInfo, em 2012, também sofreu uma profunda reformulação, visando a ampliação da participação das escolas do campo no Proinfo e passou a contemplar o quarto eixo do Pronacampo, que objetiva “contribuir para a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, a conexão à rede mundial de computadores e a outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas do campo” (MEC, 2012).

Em 23 junho de 2014, entrou em vigor a Lei nº 12.965, que ficou conhecida como o Marco Civil da Internet que é a única lei ordinária brasileira que reconhece explicitamente a finalidade social da rede, o direito ao acesso, à informação, ao conhecimento e à informação como universais. Também declara que o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, a qual é um dos pilares fundamentais das políticas de inclusão social.

Assim, a partir dessa breve revisão histórica das políticas públicas brasileiras, podemos identificar a forma com que o governo se envolveu com a questão da exclusão digital e, o mais importante para a presente pesquisa, as diretrizes principais que o governo federal adotou ao longo das duas últimas décadas para o seu tratamento. Desse modo, ao desenvolver a análise sobre as políticas públicas de inclusão digital nos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, no capítulo 6, consideraremos as três principais visões do governo federal: a promoção de acesso à rede, a inclusão digital nas escolas e o governo eletrônico.

CAPÍTULO 4

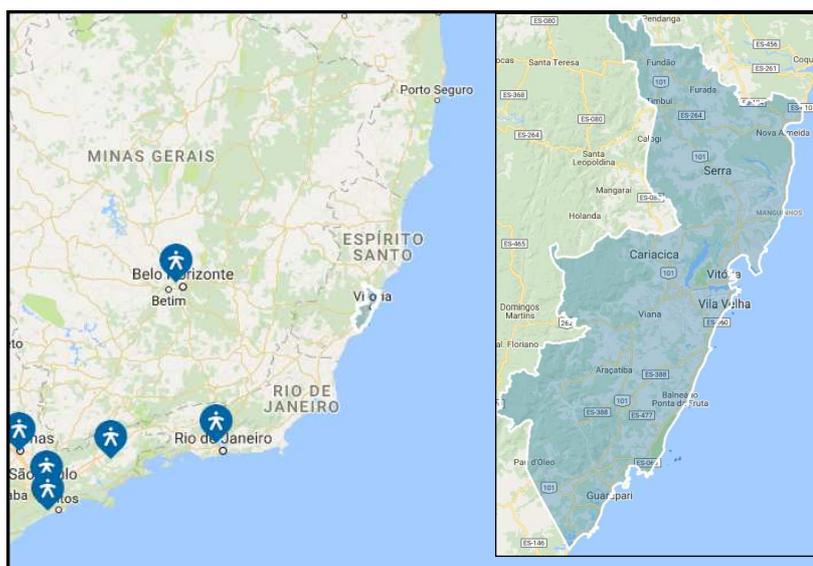
OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

Neste capítulo, apresentamos alguns indicadores socioeconômicos da Região Metropolitana da Grande Vitória e dos municípios que a compõem e fazemos algumas reflexões a respeito das diferenças entre eles. Por uma questão organizacional, optamos por agrupar os dados por município, ainda que algumas informações sejam mais utilizadas na última seção deste Capítulo, quando teceremos considerações sobre a configuração da RMGV.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA RMGV

Quando se estuda a história da colonização do estado do Espírito Santo, ela é quase tão antiga quanto à do Brasil colonizado. Seu desenvolvimento econômico, no entanto, ocorreu muito mais tarde. Enquanto o Brasil já estava em processo adiantado de industrialização, o Espírito Santo estava iniciando esse processo na década de 1970. Assim como ocorreu com a industrialização, a aglomeração de pessoas nos centros urbanos também aconteceu muito após os outros grandes centros do sudeste brasileiro (Figura 3). Assim, a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) se formou posteriormente às dos grandes centros dos estados limítrofes e foi instituída em 1995 pela composição dos municípios de Vitória, Cariacica, Serra, Viana e, Vila Velha (ES). Guarapari e Fundão foram incluídos posteriormente, em 1999 e 2001, respectivamente.

Figura 3 - Localização geográfica da RMGV



Fonte: AtlasBrasil.org.br (Regiões Metropolitanas)

A RMGV ocupa um território de 2.331,03 km² e tem uma população estimada de 1.926.750 habitantes (PNAD, 2016), o que permite projetar uma densidade populacional de 826,57 hab./km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Grande Vitória é 0,772, em 2010, o que situa essa Região Metropolitana (RM) na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (Tabela 3)

Tabela 3 - IDHM da RMGV e dos municípios estudados

<i>Posição no ES</i>	<i>Município</i>	<i>Faixa de desenvolvimento humano</i>	<i>IDHM</i>	<i>IDHM Renda</i>	<i>IDHM Longevidade</i>	<i>IDHM Educação</i>	<i>Ranking nacional</i>
-	RMGV	Alto (0,700-0,799)	0,772	0,726	0,779	0,552	-
1 ^o	Vitória (ES)	Muito alto (0,800-1,000)	0,845	0,876	0,855	0,805	4 ^o
2 ^o	Vila Velha (ES)	Muito alto (0,800-1,000)	0,800	0,807	0,864	0,734	40 ^o
7 ^o	Serra (ES)	Alto (0,700-0,799)	0,739	0,720	0,844	0,664	795 ^o
10 ^o	Guarapari (ES)	Alto (0,700-0,799)	0,731	0,746	0,837	0,626	993 ^o
19 ^o	Cariacica (ES)	Alto (0,700-0,799)	0,718	0,699	0,844	0,628	1362 ^o
19 ^o	Fundão (ES)	Alto (0,700-0,799)	0,718	0,708	0,839	0,623	1362 ^o
38 ^o	Viana (ES)	Médio (0,500-0,599)	0,686	0,672	0,816	0,589	2282 ^o

Fonte: IBGE (2010)

A dimensão do IDHM que mais contribuiu para o seu avanço na região metropolitana foi a longevidade, com índice de 0,848, seguida da renda, com índice de 0,782, e da educação, com índice de 0,695, conforme indica a Tabela 4.

Tabela 4 - IDHM e componentes – RMGV

IDHM e componentes	2000	2010
IDHM Educação	0,552	0,695
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	51,43	65,16
% de 5 a 6 anos na escola	70,18	89,57
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular, seriado ou com fundamental completo	73,78	87,16
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	51,95	62,28
% de 18 a 20 anos com médio completo	32,92	48,30
IDHM Longevidade	0,779	0,848
Esperança de vida ao nascer	71,75	75,85
IDHM Renda	0,726	0,782
Renda per capita (em R\$)	731,30	1.038,38

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Segundo dados do Censo 2010, 98,3% da população encontra-se em área urbana (Tabela 5). A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e, na RMGV, ela cresceu 4,1 anos entre 2000 e 2010, passando de 71,8 anos, em 2000, para 75,9 anos, em 2010 (Tabela 4). No Brasil, a esperança de vida ao nascer era de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000.

Tabela 5 - População Total Rural/Urbana – RMGV

População	2000	% do Total (2000)	2010	% do Total (2010)
População total	1.687.704	100,00	1.439.137	100,00
População urbana	1.412.517	98,15	1.659.007	98,30
População rural	26.620	1,85	28.697	1,70

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Tabela 6 - Expectativa de Anos de Estudo - RMGV

Anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos.	2000	2010
Brasil	8,76	9,54
ES	9,51	9,36
RMGV	10,02	9,89

Fonte: IBGE

Tabela 7 - Renda, Pobreza e Desigualdade - RMGV

	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	731,30	1.038,38
% de extremamente pobres	4,45	1,28
% de pobres	16,68	5,89
Índice de Gini	0,60	0,57
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	731,30	1.038,38

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

A renda *per capita* média da RMGV cresceu 41,99% entre 2000 e 2010, passando de R\$ 731,30, em 2000, para R\$ 1.038,38, em 2010 (Tabela 7). A taxa média anual de crescimento foi de 3,57%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 16,68%, em 2000, para 5,89%, em 2010 (Tabela 7). A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,60, em 2000, para 0,57, em 2010 (Tabela 7).

Tabela 8 - Rendimento mensal por condição do domicílio - RMGV

Condição de ocupação	Variável	
	Rendimento nominal médio mensal (Reais)	Rendimento nominal mediano mensal (Reais)
Total	3.170,95	1.700,00
Próprio	3.388,30	1.800,00
Alugado	2.807,82	1.600,00
Cedido	1.860,00	1.200,00
Outra condição	1.929,90	1.310,00

Fonte: IBGE (2010)

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

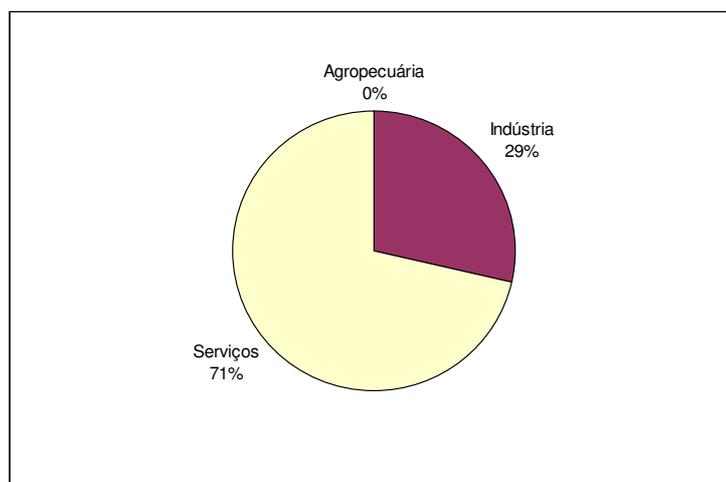
Figura 4 - Localização do Município de Vitória/ES



Fonte: AtlasBrasil.org.br

A história de Vitória tem início poucas décadas após o descobrimento do Brasil. A capitania hereditária do Espírito Santo foi destinada ao fidalgo Vasco Fernandes Coutinho, que tomou posse em 1535, instalando-se no local onde se situa atualmente o município de Vila Velha. Como a sede inicial da capitania era frequentemente atacada pelos índios, holandeses e franceses, os portugueses exploraram a região em busca de um local mais seguro. Seguiram, então, pela baía de Vitória e aportaram na região atual de Santo Antônio. Em 1545, o povoado foi elevado à categoria de vila e a capital foi transferida para a chamada Vila Nova. Em 1551, após uma batalha contra os índios Goitacazes, os portugueses passaram a chamar o local de Ilha de Vitória. Sua emancipação política aconteceu em 1823, quando foi concedido o fórum de Cidade a Vitória. Atualmente, a economia da capital é voltada para as atividades portuárias, a indústria, o comércio e a prestação de serviços (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Economia de Vitória/ES



Fonte: IBGE

O município de Vitória ocupa um território de 98.194 km² e tem uma população estimada em 2016 de 359.555 habitantes (IBGE) e 108.465 domicílios. Apresenta uma densidade populacional de 3661,68 hab./km². Sua população está totalmente localizada em zona urbana (Tabela 9).

Tabela 9 - População Total Rural/Urbana - Vitória/ES

População	1991	% do Total (1991)	2000	% do Total (2000)	2010	% do Total (2010)
População total	258.977	100,00	292.944	100,00	327.801	100,00
População urbana	258.977	100,00	292.944	100,00	327.801	100,00
População rural	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

O município possui PIB de 28 milhões de reais e PIB per capita de 85 mil reais. Esse aspecto, somado do índice de 71,2% da população permanente residir em imóvel próprio, contribuiu para que Vitória apresentasse um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal do Brasil.

Tabela 10 - IDHM e componentes - Vitória/ES

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,495	0,700	0,805
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	56,71	66,96	78,94
% de 5 a 6 anos na escola	51,34	90,15	97,91
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental Regular, seriado ou com fundamental completo	60,91	84,47	88,94
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	42,08	64,41	74,56
% de 18 a 20 anos com médio completo	30,92	47,05	63,81
IDHM Longevidade	0,715	0,762	0,855
Esperança de vida ao nascer	67,87	70,74	76,28
IDHM Renda	0,754	0,820	0,876
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	871,44	1.315,63	1.866,58

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Vitória, em 2010, foi de 0,845, o que situou esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1). Conforme apresentado na Tabela 10, a dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município foi a renda, com índice de 0,876, seguida da longevidade, com índice de 0,855, e da educação, com índice de 0,805 (IBGE, 2010).

Tabela 11 - Expectativa de Anos de Estudo - Vitória/ES

Anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos.	1991	2000	2010
ES	9,30	9,51	9,36
Vitória	9,90	10,59	10,04

Fonte: IBGE

A renda per capita média de Vitória cresceu 114,19% entre 1991 e 2010, passando de R\$ 871,44, em 1991, para R\$ 1.315,63, em 2000, e para R\$ 1.866,58, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,09%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,68%, entre 1991 e 2000, e 3,56%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per

capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 15,45%, em 1991, para 10,30%, em 2000, e para 3,51%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,58, em 1991, para 0,60, em 2000, e para 0,60, em 2010. Em levantamentos mais recentes combinados do IPEA, do IBGE e da FGV, em termos de indicadores sociais (Tabela 12), Vitória apresentou uma particularidade entre as capitais brasileiras quanto ao índice de Gini, segundo o qual houve um crescimento da desigualdade social, estando, atualmente, no 12º lugar entre as capitais do país (IBGE, 2010). A desigualdade também pode ser identificada por meio da observação das diferenças entre rendimento nominal médio e mediano dos domicílios, em 2010 (Tabela 13).

Tabela 12 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Vitória/ES

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	871,44	1.315,63	1.866,58
% de extremamente pobres	4,40	2,90	0,64
% de pobres	15,45	10,30	3,51
Índice de Gini	0,58	0,60	0,60
Renda per capita (em R\$)	871,44	1.315,63	1.866,58

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Tabela 13 - Rendimento mensal por condição do domicílio - Vitória/ES

Condição de ocupação	Variável	
	Rendimento nominal médio mensal (Reais)	Rendimento nominal mediano mensal (Reais)
Total	5.462,97	2.750,00
Próprio	6.057,71	3.020,00
Alugado	4.278,31	2.410,00
Cedido	2.850,12	1.575,00
Outra condição	2.530,39	2.252,00

Fonte: IBGE

Segundo a estimativa populacional divulgada pelo IBGE para 2016 e utilizando a classificação da FGV, a distribuição por classe salariais em Vitória aponta para um grande contingente da população nas classes E (49%) e C (23%).

Tabela 14 - Estabelecimentos de ensino em Vitória/ES

Ensino fundamental - 2015	90	Escolas
Ensino fundamental - escola privada - 2015	32	Escolas
Ensino fundamental - escola pública estadual - 2015	6	Escolas
Ensino fundamental - escola pública federal - 2015	0	Escolas
Ensino fundamental - escola pública municipal - 2015	52	Escolas
Ensino médio - 2015	35	Escolas
Ensino médio - escola privada - 2015	21	Escolas
Ensino médio - escola pública estadual - 2015	13	Escolas
Ensino médio - escola pública federal - 2015	1	Escolas
Ensino médio - escola pública municipal - 2015	0	Escolas
Ensino pré-escolar - 2015	91	Escolas
Ensino pré-escolar - escola privada - 2015	42	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2015	0	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2015	1	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2015	48	Escolas

Fonte: MEC/INEP - Censo Educacional 2015.

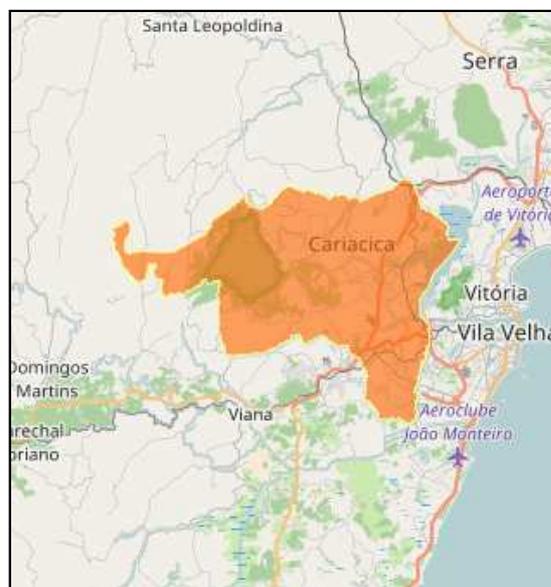
Tabela 15 - Recursos tecnológicos instalados - Vitória/ES

Total de Escolas	Internet	Banda Larga	Computadores dos alunos
178	177 (99%)	167 (94%)	2.837

Fonte: SEDU/ES - Censo Educacional 2015.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

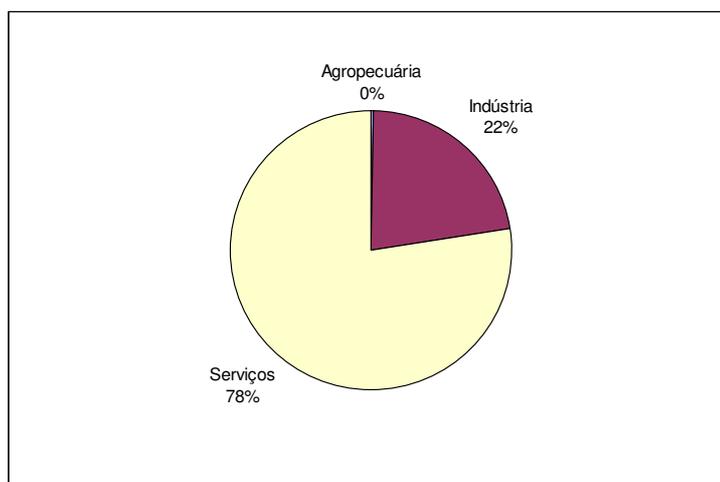
Figura 5 - Localização do Município de Cariacica/ES



Fonte: AtlasBrasil.org.br

No século XVI, na região situada a oeste da Vila Velha, pelo Rio Jucu, começaram a chegar os primeiros colonos portugueses, que implantaram os primeiros engenhos de açúcar utilizando o trabalho escravo de índios e negros, dando origem ao que chamaram Povoado de Cariacica. Em virtude do crescimento provocado pela construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, no século XIX, o povoado foi elevado à condição de Freguesia, denominada de Distrito de São João Batista de Cariacica. No mesmo período, chegaram na região os imigrantes alemães e pomeranos. Com o crescimento populacional, a freguesia foi elevada a Vila de Cariacica, quando se desligou da capital, Vitória, em 1890. No mesmo ano, por meio do Decreto nº 57, de 25 de novembro de 1890, foi criado o município de Cariacica. Sua sede situa-se a 15,8 km da capital e sua economia é voltada principalmente para o setor terciário, comércio exterior e indústrias (Gráfico 8). Cariacica possui o maior porto seco da América Latina, além de várias empresas de logística. O setor primário contribui com 0,17% do PIB, enquanto que o secundário com 22,38% e o terciário com 77,45%

Gráfico 7 - Economia de Cariacica/ES



Fonte: IBGE (2013)

Ocupa uma área de 284,76 km² e, conforme o censo de 2010, tinha população de 348.738 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 1225,36 hab/km². Possuía, então, 107.826 domicílios e 79% deles eram particulares. 96,82% de sua população reside na zona urbana (Tabela 16).

Tabela 16 - População Total Rural/Urbana - Cariacica/ES

População	1991	% do Total (1991)	2000	% do Total (2000)	2010	% do Total (2010)
População total	274.357	100	324.285	100	348.738	100
População urbana	261.084	95,16	312.980	96,51	337.643	96,82
População rural	13.273	4,84	11.305	3,49	11.095	3,18

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Tabela 17 - IDHM e componentes - Cariacica/ES

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,305	0,471	0,628
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	29,7	40,12	54,33
% de 5 a 6 anos na escola	36,67	66,52	86,31
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular, seriado ou com fundamental completo	49,28	69,45	86,14
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	22,95	44,36	57,92
% de 18 a 20 anos com médio completo	14,55	23,96	39,94
IDHM Longevidade	0,687	0,762	0,844
Esperança de vida ao nascer	66,19	70,72	75,64
IDHM Renda	0,586	0,641	0,699
Renda per capita (em R\$)	306,87	432,25	620,89

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

De 1991 a 2010, o IDHM do município foi de 0,497, em 1991, para 0,718, em 2010, o que implica em uma taxa de crescimento de 44,47%. A dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi a da educação (Tabela 17), seguida pela longevidade e pela renda. O IDHM do município em 2010 teve, em sua composição especial destaque para a dimensão da longevidade (0,844) (IBGE, 2010).

Tabela 18 - Expectativa de Anos de Estudo - Cariacica/ES

Anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos.	1991	2000	2010
ES	9,30	9,51	9,36
Cariacica	9,26	9,69	9,38

Fonte: IBGE

Tabela 19 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Cariacica/ES

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	306,87	432,25	620,89
% de extremamente pobres	10,94	6,18	1,64
% de pobres	32,99	21,76	7,87
Índice de Gini	0,48	0,5	0,45

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

A renda *per capita* média de Cariacica cresceu 102,33% entre 1991 e 2010 e a taxa média anual de crescimento nesse período foi de 3,78% (Tabela 19). A taxa média anual de crescimento foi de 3,88%, entre 1991 e 2000, e 3,69%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (a valores de agosto de 2010), passou de 32,99%, em 1991, para 21,76%, em 2000, e para 7,87%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda, utilizando o Índice de Gini, passou de 0,48, em 1991, para 0,50, em 2000, e para 0,45, em 2010 (IBGE, 2010). A desigualdade também pode ser identificada por meio da observação das diferenças entre rendimento nominal médio e mediano dos domicílios, em 2010 (Tabela 20).

Tabela 20 - Rendimento mensal por condição do domicílio - Cariacica/ES

Condição de ocupação	Variável	
	Rendimento nominal médio mensal (Reais)	Rendimento nominal <u>mediano</u> mensal (Reais)
Total	1.913,26	1.370,00
Próprio	1.951,42	1.400,00
Alugado	1.887,56	1.300,00
Cedido	1.459,34	1.115,00
Outra condição	1.517,64	800,00

Fonte: IBGE (2010)

Tabela 21 - Estabelecimentos de ensino em Cariacica/ES

Ensino fundamental - 2015	136	Escolas
Ensino fundamental - escola privada - 2015	19	Escolas
Ensino fundamental - escola pública estadual - 2015	51	Escolas
Ensino fundamental - escola pública federal - 2015	0	Escolas
Ensino fundamental - escola pública municipal - 2015	66	Escolas
Ensino médio - 2015	37	Escolas
Ensino médio - escola privada - 2015	13	Escolas
Ensino médio - escola pública estadual - 2015	23	Escolas
Ensino médio - escola pública federal - 2015	1	Escolas
Ensino médio - escola pública municipal - 2015	0	Escolas
Ensino pré-escolar - 2015	81	Escolas
Ensino pré-escolar - escola privada - 2015	39	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2015	0	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2015	0	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2015	42	Escolas

Fonte: MEC/INEP - Censo Educacional 2015.

Tabela 22 - Recursos tecnológicos instalados - Cariacica/ES

Total de Escolas	Internet	Banda Larga	Computadores dos alunos
199	187 (94%)	174 (87%)	2.499

Fonte: SEDU/ES - Censo Educacional 2015.

4.4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FUNDÃO

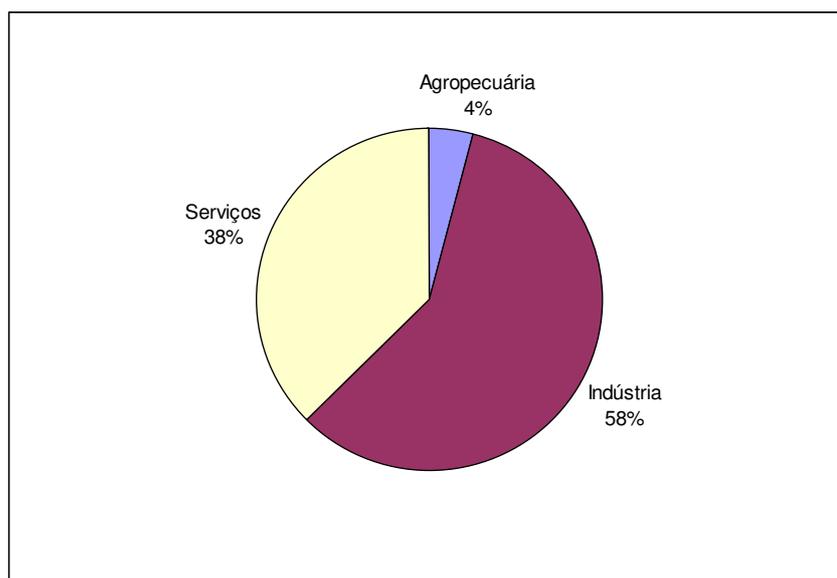
Figura 6 - Localização do Município de Fundão/ES



Fonte: AtlasBrasil.org.br

A história do município está ligada à da antiga Nova Almeida, fundada em 1556, chamada de Aldeia dos Reis Magos e que se tornou Distrito, em 1757, e Vila, em 1759. A construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, no século XIX, deu origem a um núcleo populacional que se formou às margens do Rio Fundão. Até então, a sede do distrito que continha o povoado ficava em Nova Almeida. Em 1903, a sede foi transferida para o vilarejo do qual o distrito adotou o nome, Fundão, que veio a ser emancipado em 1933, tornando-se município. O distrito de Nova Almeida lhe pertencia, até que, em 1948, foi integrado ao município da Serra. Posteriormente, recebeu o distrito de Praia Grande em sua composição. A economia do município se baseia no turismo, no comércio local, em algumas indústrias e na agricultura (Gráfico 10). Das 800 propriedades rurais do município, cerca de 500 famílias estão inseridas no sistema de agricultura familiar. Sua sede está localizada a 53 km da capital.

Gráfico 8 - Economia de Fundão/ES



Fonte: IBGE (2013)

Tabela 23 - População Total Rural/Urba - Fundão/ES

População	1991	% do Total (1991)	2000	% do Total (2000)	2010	% do Total (2010)
População total	10.684	100,00	13.009	100,00	17.025	100,00
População urbana	7.890	73,85	10.801	83,03	14.378	84,45
População rural	2.794	26,15	2.208	16,97	2.647	15,55

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Ocupa área territorial de 278,92 km² e sua população, em 2010, era de 17.025 habitantes (estimada em 20.376 para 2016), com uma densidade demográfica de 61,05 hab/km². Segundo o censo de 2010, 71% da população reside em domicílio próprio. 15,6% da população reside em zona rural (Tabela 23).

Tabela 24 - IDHM e componentes - Fundão/ES

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,301	0,448	0,623
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	23,06	32,93	46,99
% de 5 a 6 anos na escola	46,05	85,21	98,11
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular, seriado ou com fundamental completo	54,13	66,15	80,16
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	25,27	36,22	60,82
% de 18 a 20 anos com médio completo	12,16	21,13	47,94
IDHM Longevidade	0,668	0,734	0,839
Esperança de vida ao nascer	65,05	69,03	75,34
IDHM Renda	0,603	0,649	0,708
Renda per capita (em R\$)	340,33	453,81	657,18

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Fundão foi de 0,718, em 2010, o que situou esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município foi a longevidade (Tabela 24), com índice de 0,839, seguida da renda, com índice de 0,708, e da educação, com índice de 0,623 (IBGE, 2010).

Tabela 25 - Expectativa de Anos de Estudo - Fundão/ES

Anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos.	1991	2000	2010
ES	9,30	9,51	9,36
Fundão	9,26	9,24	8,83

Fonte: IBGE

Tabela 26 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Fundão/ES

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	340,33	453,81	657,18
% de extremamente pobres	12,50	5,73	1,64
% de pobres	40,27	21,46	10,94
Índice de Gini	0,58	0,54	0,49

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

A renda *per capita* média de Fundão cresceu 93,10% nas entre 1991 e 2010, passando de R\$ 340,33, em 1991, para R\$ 453,81, em 2000, e para R\$ 657,18, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,52%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,25%, entre 1991 e 2000, e 3,77%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 40,27%, em 1991, para 21,46%, em 2000, e para 10,94%, em 2010 (Tabela 26). A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,58, em 1991, para 0,54, em 2000, e para 0,49, em 2010 (IBGE, 2010). A desigualdade também pode ser identificada por meio da observação das diferenças entre rendimento nominal médio e mediano dos domicílios, em 2010 (Tabela 27).

Tabela 27 - Rendimento mensal por condição do domicílio - Fundão/ES

Condição de ocupação	Variável	
	Rendimento nominal médio mensal (Reais)	Rendimento nominal mediano mensal (Reais)
Total	2.036,49	1.300,00
Próprio	2.162,26	1.370,00
Alugado	2.156,43	1.350,00
Cedido	1.182,26	910,00
Outra condição	1.626,02	1.720,00

Fonte: IBGE (2010)

Tabela 28 - Estabelecimentos de ensino em Fundação/ES

Ensino fundamental - 2015	8	Escolas
Ensino fundamental - escola pública estadual - 2015	1	Escolas
Ensino fundamental - escola pública federal - 2015	0	Escolas
Ensino fundamental - escola pública municipal - 2015	7	Escolas
Ensino fundamental - escola privada - 2015	0	Escolas
Ensino médio - 2015	1	Escolas
Ensino médio - escola pública estadual - 2015	1	Escolas
Ensino médio - escola pública federal - 2015	0	Escolas
Ensino médio - escola pública municipal - 2015	0	Escolas
Ensino médio - escola privada - 2015	0	Escolas
Ensino pré-escolar - 2015	6	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2015	0	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2015	0	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2015	6	Escolas
Ensino pré-escolar - escola privada - 2015	0	Escolas

Fonte: MEC/INEP - Censo Educacional 2015.

Tabela 29 - Recursos tecnológicos instalados - Fundação/ES

Total de Escolas	Internet	Banda Larga	Computadores dos alunos
15	11 (73%)	2 (13%)	132

Fonte: SEDU/ES - Censo Educacional 2015.

4.5 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI

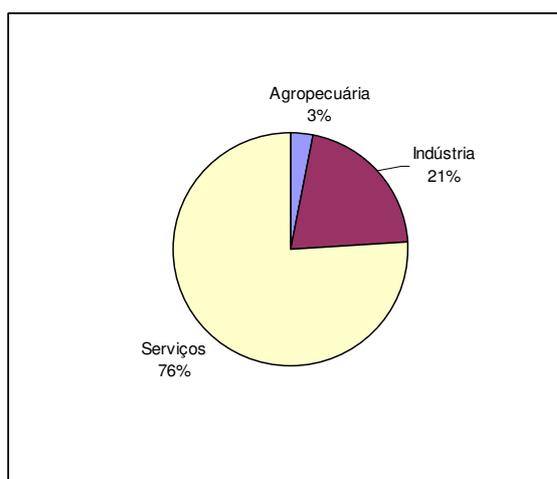
Figura 7 - Localização do Município de Guarapari/ES



Fonte: AtlasBrasil.org.br

A Aldeia de Santa Maria de Guaraparim foi construída em 1569 por influência do jesuíta Padre José de Anchieta, que tinha a missão de estabelecer novas aldeias para a catequese dos índios. Em 1679, a aldeia de Guaraparim foi elevada à categoria de Vila até que, em razão de seu crescimento, em 1835, foi criada a Comarca de Guarapari. Em 1878, passou a Município, apesar de, por ainda alguns anos, continuar pertencendo à cidade de Anchieta. Atualmente, a economia de Guarapari está baseada nas atividades terciárias, devido, principalmente, ao volume de atividades turísticas, o que impulsiona o avanço em infraestrutura necessária para desenvolver as demais atividades econômicas (Gráfico 12). Outra atividade de destaque é a pesca, que atende à demanda local e exporta o excedente de sua produção. A atividade agrícola também é importante., apesar de seu pequeno porte. O município é constituído por três distritos, sendo eles: Guarapari (sede), Rio Calçado e Todos os Santos. O distrito Sede é composto basicamente pelas áreas urbanas e de expansão urbana. Já o Rio Calçado e Todos os Santos são distritos formados por áreas rurais do município. A sede está a 58 km de Vitória.

Gráfico 9 - Economia de Guarapari/ES



Fonte: IBGE

O município de Guarapari compreende uma área de 593,29 km², com uma população estimada para 2016 de 121.506 habitantes (IBGE). Tem densidade demográfica de 177,10 hab./km² e 73% de sua população possui domicílio próprio. 95,48% da população reside na zona urbana (Tabela 30).

Tabela 30 - População Total Rural/Urbana - Guarapari/ES

População	1991	% do Total (1991)	2000	% do Total (2000)	2010	% do Total (2010)
População total	62.116	100,00	88.400	100,00	105.286	100,00
População urbana	55.839	89,89	82.589	93,43	100.528	95,48
População rural	6.277	10,11	5.811	6,57	4.758	4,52

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Tabela 31 - IDHM e componentes - Guarapari/ES

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,299	0,484	0,626
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	28,63	40,11	56,36
% de 5 a 6 anos na escola	42,84	78,39	88,14
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular, seriado ou com fundamental completo	48,63	63,11	83,67
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	18,54	44,96	51,44
% de 18 a 20 anos com médio completo	12,56	26,39	40,64
IDHM Longevidade	0,689	0,784	0,837
Esperança de vida ao nascer	66,33	72,02	75,21
IDHM Renda	0,607	0,680	0,746
Renda per capita (em R\$)	350,12	550,19	830,51

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,500, em 1991, para 0,731, em 2010. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi a educação (com crescimento de 0,327), seguida por longevidade e renda. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município foi a longevidade (Tabela 31), com índice de 0,837, seguida da renda, com índice de 0,746, e da educação, com índice de 0,626 (IBGE, 2010).

Tabela 32 - Expectativa de Anos de Estudo - Guarapari/ES

Anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos.	1991	2000	2010
ES	9,30	9,51	9,36
Guarapari	8,97	9,23	8,91

Fonte: IBGE

Tabela 33 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Guarapari/ES

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	350,12	550,19	830,51
% de extremamente pobres	12,86	5,70	2,05
% de pobres	35,61	21,65	8,94
Índice de Gini	0,56	0,58	0,58

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

A renda per capita média de Guarapari cresceu 137,21% entre 1991 e 2010, passando de R\$ 350,12, em 1991, para R\$ 550,19, em 2000, e para R\$ 830,51, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,65%. A taxa média anual de crescimento foi de 5,15%, entre 1991 e 2000, e 4,20%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres passou de 35,61%, em 1991, para 21,65%, em 2000, e para 8,94%, em 2010 (Tabela 33). A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,56, em 1991, para 0,58, em 2000, e para 0,58, em 2010 (IBGE, 2010). A desigualdade também pode ser identificada por meio da observação das diferenças entre rendimento nominal médio e mediano dos domicílios, em 2010 (Tabela 34).

Tabela 34 - Rendimento mensal por condição do domicílio - Guarapari/ES

Condição de ocupação	Variável	
	Rendimento nominal médio mensal (Reais)	Rendimento nominal mediano mensal (Reais)
Total	2.504,93	1.396,00
Próprio	2.591,50	1.434,00
Alugado	2.594,82	1.500,00
Cedido	1.623,53	1.020,00
Outra condição	2.177,99	1.260,00

Fonte: IBGE (2010)

Tabela 35 - Estabelecimentos de ensino em Guarapari/ES

Ensino fundamental - 2015	62	Escolas
Ensino fundamental - escola pública estadual - 2015	10	Escolas
Ensino fundamental - escola pública federal - 2015	0	Escolas
Ensino fundamental - escola pública municipal - 2015	45	Escolas
Ensino fundamental - escola privada - 2015	7	Escolas
Ensino médio - 2015	11	Escolas
Ensino médio - escola pública estadual - 2015	7	Escolas
Ensino médio - escola pública federal - 2015	1	Escolas
Ensino médio - escola pública municipal - 2015	0	Escolas
Ensino médio - escola privada - 2015	3	Escolas
Ensino pré-escolar - 2015	40	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2015	0	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2015	0	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2015	30	Escolas
Ensino pré-escolar - escola privada - 2015	10	Escolas

Fonte: MEC/INEP - Censo Educacional 2015.

Tabela 36 - Recursos tecnológicos instalados - Guarapari/ES

Total de Escolas	Internet	Banda Larga	Computadores dos alunos
85	60 (71%)	50 (59%)	1.031

Fonte: SEDU/ES - Censo Educacional 2015.

4.6 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERRA

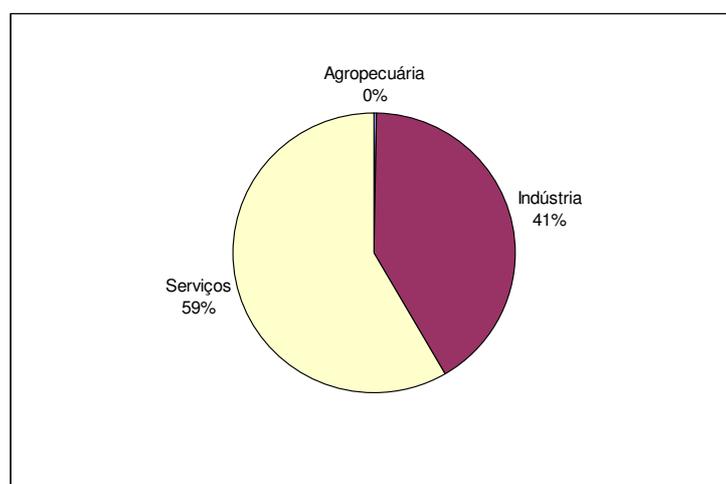
Figura 8 - Localização do Município de Serra/ES



Fonte: AtlasBrasil.org.br

A maior parte dos municípios do Espírito Santo foram fundados a partir do desbravamento territorial feito pelos jesuítas. O mesmo ocorreu com Serra. Os primeiros habitantes do município foram os índios temiminós do grupo Tupi, que foram trazidos do Rio de Janeiro, no ano de 1555, e que construíram, a pedido do padre Brás Lourenço, a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição da Serra, em 1556, no sopé do monte Mestre Álvaro. Em 1752, foi criada a Freguesia com a denominação de Serra, depois elevada à categoria de Vila de Serra, em 1833, desmembrada de Vitória. No mesmo ano, a Vila passou a Distrito Sede para, depois, alcançar a condição de Cidade, em 1875, com a denominação de Serra. O setor terciário é o mais importante para a economia local, seguido do setor secundário, que se encontra em constante crescimento (Gráfico 14). A agricultura responde por somente 0,18% do PIB municipal (IBGE, 2013). A sede do município está localizada a 24 km da capital.

Gráfico 10 - Economia de Serra/ES



Fonte: IBGE

Serra ocupa uma área de 547,637 km², com uma população estimada para 2016 de 494.109 habitantes (IBGE). Tem densidade demográfica de 741,85 hab./km² e 72% de sua população possui domicílio próprio e 99,31% reside em zona urbana (Tabela 37).

Tabela 37 - População Total Rural/Urbana - Serra/ES

População	1991	% do Total (1991)	2000	% do Total (2000)	2010	% do Total (2010)
População total	222.934	100,00	321.452	100,00	409.267	100,00
População urbana	220.615	98,96	319.621	99,43	406.450	99,31
População rural	2.319	1,04	1.831	0,57	2.817	0,69

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Tabela 38 - IDHM e componentes - Serra/ES

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,322	0,482	0,664
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	33,09	44,65	61,44
% de 5 a 6 anos na escola	38,08	60,50	89,04
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	51,53	70,09	87,29
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	23,51	45,02	56,97
% de 18 a 20 anos com médio completo	13,52	24,84	42,80
IDHM Longevidade	0,711	0,808	0,844
Esperança de vida ao nascer	67,63	73,50	75,66
IDHM Renda	0,597	0,655	0,720
Renda per capita (em R\$)	329,47	472,25	705,89

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,515, em 1991, para 0,739, em 2010. Isso implica em uma taxa de crescimento de 43,50% para o município. A dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,342), seguida por longevidade e por renda (Tabela 38). O IDHM de Serra foi 0,739, em 2010, o que situou esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município foi a longevidade, com índice de 0,844, seguida da renda, com índice de 0,720, e da educação, com índice de 0,664. (IBGE, 2010).

Tabela 39 - Expectativa de Anos de Estudo - Serra/ES

Anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos.	1991	2000	2010
ES	9,30	9,51	9,36
Serra	9,17	9,75	9,40

Fonte: IBGE

Tabela 40 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Serra/ES

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	329,47	472,25	705,89
% de extremamente pobres	10,99	5,52	1,57
% de pobres	32,49	20,53	6,10
Índice de Gini	0,50	0,52	0,47

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

A renda per capita média de Serra cresceu 114,25% entre 1991 e 2010, passando de R\$ 329,47, em 1991, para R\$ 472,25, em 2000, e para R\$ 705,89, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,09%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,08%, entre 1991 e 2000, e 4,10%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a valores de agosto de 2010), passou de 32,49%, em 1991, para 20,53%, em 2000, e para 6,10%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos, pelo Índice de Gini, passou de 0,50, em 1991, para 0,52, em 2000, e para 0,47, em 2010 (IBGE, 2010).). A desigualdade também pode ser identificada por meio da observação das diferenças entre rendimento nominal médio e mediano dos domicílios, em 2010 (Tabela 41).

Tabela 41 - Rendimento mensal por condição do domicílio - Serra/ES

Condição de ocupação	Variável	
	Rendimento nominal <u>médio</u> mensal (Reais)	Rendimento nominal <u>mediano</u> mensal (Reais)
Total	2.217,63	1.510,00
Próprio	2.388,39	1.600,00
Alugado	1.910,17	1.322,00
Cedido	1.365,12	1.080,00
Outra condição	1.451,41	1.190,00

Fonte: IBGE (2010)

Tabela 42 - Estabelecimentos de ensino em Serra/ES

Ensino fundamental - 2015	137	Escolas
Ensino fundamental - escola pública estadual - 2015	40	Escolas
Ensino fundamental - escola pública federal - 2015	0	Escolas
Ensino fundamental - escola pública municipal - 2015	71	Escolas
Ensino fundamental - escola privada - 2015	26	Escolas
Ensino médio - 2015	35	Escolas
Ensino médio - escola pública estadual - 2015	23	Escolas
Ensino médio - escola pública federal - 2015	0	Escolas
Ensino médio - escola pública municipal - 2015	0	Escolas
Ensino médio - escola privada - 2015	12	Escolas
Ensino pré-escolar - 2015	86	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2015	0	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2015	0	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2015	64	Escolas
Ensino pré-escolar - escola privada - 2015	22	Escolas

Fonte: MEC/INEP - Censo Educacional 2015.

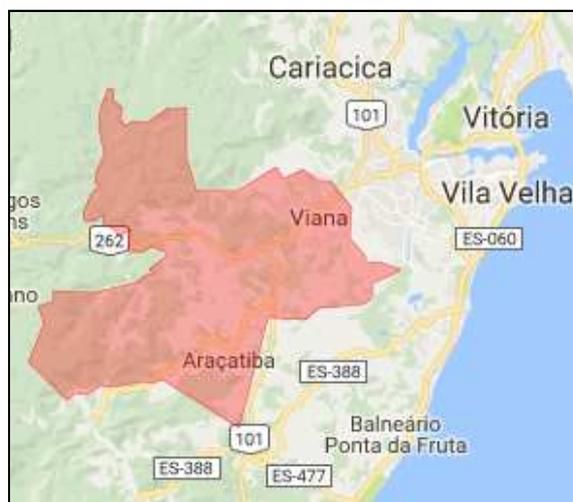
Tabela 43 - Recursos tecnológicos instalados - Serra/ES

Total de Escolas	Internet	Banda Larga	Computadores dos alunos
206	193 (94%)	177 (86%)	1.892

Fonte: SEDU/ES - Censo Educacional 2015.

4.7 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIANA

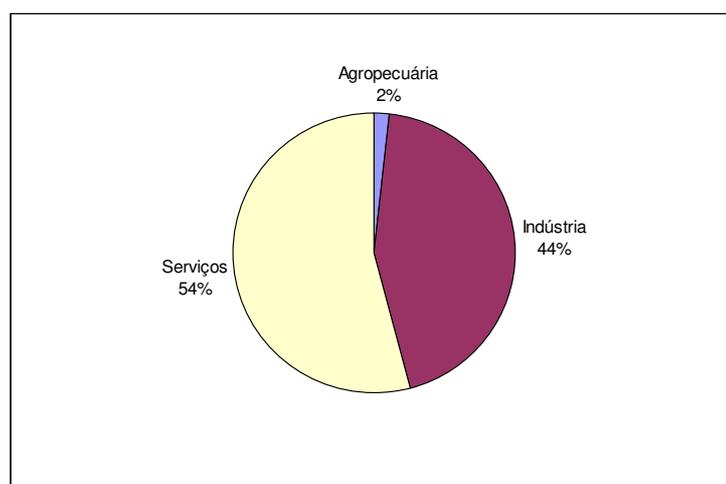
Figura 9 - Localização do Município de Viana/ES



Fonte: AtlasBrasil.org.br

Viana foi fundada pelos portugueses que seguiram pelo Rio Jucu e pelo Rio Santo Agostinho, saídos de Vila Velha, em busca de ouro, no final do séc. XVI. O povoamento da região foi impulsionado pela chegada de imigrantes, que receberam terrenos, casas, ferramentas, maquinário e gado para se estabelecer ali. Na região foi construído também um porto, por onde chegaram materiais para a construção da Igreja Matriz. O capelão Frei Francisco Nascimento fundou, então, um núcleo populacional ao qual foi dado o nome de Viana, em homenagem ao pioneiro da região, Paulo Fernandes Viana. Antes, o local era chamado de Jabaeté. O município foi criado oficialmente em 1862, ao ser desmembrado de Vitória. Com 60% de área rural, a sua produção agropecuária é bastante intensa e abastece parte do mercado consumidor da Grande Vitória. A economia do município tem como principais bases de sustentação a indústria, o comércio e os serviços (Gráfico 16). O setor industrial representa cerca de 44% do PIB do município.

Gráfico 11 - Economia de Viana/ES



Fonte: IBGE

Com área de 312,75 km² e população estimada para 2016 de 75.652 habitantes, Viana tem a densidade demográfica de 207,84 hab./km². 80% de sua população reside em domicílio próprio e 8,26% dela está na zona rural (Tabela 44). A seguir, apontamos alguns dados e indicadores que serão necessários para este estudo. A sede situa-se a 20 km de Vitória.

Tabela 44 - População Total Rural/Urbana - Viana/ES

População	1991	% do Total (1991)	2000	% do Total (2000)	2010	% do Total (2010)
População total	44.607	100,00	53.452	100,00	65.001	100,00
População urbana	39.888	89,42	49.597	92,79	59.632	91,74
População rural	4.719	10,58	3.855	7,21	5.369	8,26

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Tabela 45 - IDHM e componentes - Viana/ES

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,234	0,468	0,589
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	22,28	35,66	46,66
% de 5 a 6 anos na escola	26,21	70,43	88,40
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular, seriado ou com fundamental completo	46,69	74,33	83,47
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	16,98	46,12	58,51
% de 18 a 20 anos com médio completo	6,27	23,58	34,52
IDHM Longevidade	0,657	0,730	0,816
Esperança de vida ao nascer	64,43	68,79	73,94
IDHM Renda	0,548	0,608	0,672
Renda per capita (em R\$)	241,55	351,80	523,61

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,438, em 1991, para 0,686, em 2010. Isso implica em uma taxa de crescimento de 56,62% para o município e a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi a educação (com crescimento de 0,355), seguida pela longevidade e pela renda (Tabela 45). O IDHM de Viana foi 0,686, em 2010, o que situou esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município foi a longevidade, com índice de 0,816, seguida da renda, com índice de 0,672, e da educação, com índice de 0,589.

Tabela 46 - Expectativa de Anos de Estudo - Viana/ES

Anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos.	1991	2000	2010
ES	9,30	9,51	9,36
Serra	8,83	9,73	8,48

Fonte: IBGE

Tabela 47 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Viana/ES

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	241,55	351,80	523,61
% de extremamente pobres	11,55	5,97	2,27
% de pobres	38,91	23,78	10,17
Índice de Gini	0,44	0,46	0,42

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

A renda *per capita* média de Viana cresceu 116,77% entre 1991 e 2010, passando de R\$ 241,55, em 1991, para R\$ 351,80, em 2000, e para R\$ 523,61, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,16%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,27%, entre 1991 e 2000, e 4,06%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres passou de 38,91%, em 1991, para 23,78%, em 2000, e para 10,17%, em 2010 (Tabela 47). A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos, pelo Índice de Gini, passou de 0,44, em 1991, para 0,46, em 2000, e para 0,42, em 2010 (IBGE, 2010).). A desigualdade também pode ser identificada por meio da observação das diferenças entre rendimento nominal médio e mediano dos domicílios, em 2010 (Tabela 48).

Tabela 48 - Rendimento mensal por condição do domicílio - Viana/ES

Condição de ocupação	Variável	
	Rendimento nominal <u>médio</u> mensal (Reais)	Rendimento nominal <u>mediano</u> mensal (Reais)
Total	1.621,10	1.220,00
Próprio	1.685,07	1.292,00
Alugado	1.518,03	1.200,00
Cedido	1.131,55	1.010,00
Outra condição	787,51	550,00

Fonte: IBGE (2010)

Tabela 49 - Estabelecimentos de ensino em Viana/ES

Ensino fundamental - 2015	36	Escolas
Ensino fundamental - escola pública estadual - 2015	3	Escolas
Ensino fundamental - escola pública federal - 2015	0	Escolas
Ensino fundamental - escola pública municipal - 2015	31	Escolas
Ensino fundamental - escola privada - 2015	2	Escolas
Ensino médio - 2015	6	Escolas
Ensino médio - escola pública estadual - 2015	6	Escolas
Ensino médio - escola pública federal - 2015	0	Escolas
Ensino médio - escola pública municipal - 2015	0	Escolas
Ensino médio - escola privada - 2015	0	Escolas
Ensino pré-escolar - 2015	20	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2015	0	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2015	0	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2015	18	Escolas
Ensino pré-escolar - escola privada - 2015	2	Escolas

Fonte: MEC/INEP - Censo Educacional 2015.

Tabela 50 - Recursos tecnológicos instalados - Viana/ES

Total de Escolas	Internet	Banda Larga	Computadores dos alunos
52	45 (87%)	36 (69%)	431

Fonte: SEDU/ES - Censo Educacional 2015.

4.8 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

Figura 10 - Localização do Município de Vila Velha/ES

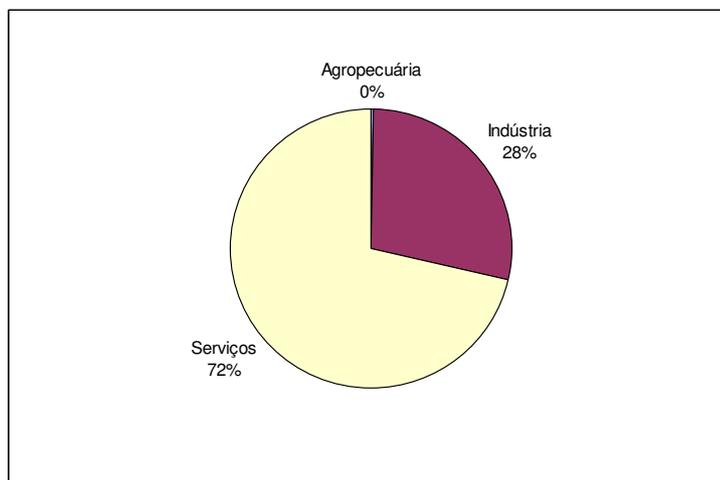


Fonte: AtlasBrasil.org.br

Quando os primeiros colonizadores portugueses chegaram à região da atual Vila Velha, a região era disputada por três grupos indígenas diferentes: os goitacás, os aimorés e os tupiniquins. Vasco Fernandes Coutinho era o donatário da capitania do Espírito Santo, e quando chegou à atual Prainha, fundou a Vila do Espírito Santo, que se tornou a capital da capitania. Em razão dos constantes ataques indígenas, franceses e holandeses, decidiu-se transferir a capital para a Ilha de Santo Antônio, atual Vitória. Apesar de poucos registros existirem a ponto de traçar amiúde a história do município, a não ser por relatos de ataques indígenas e holandeses e destruição de parte da vila, diz-se que a nova capital começou a ser chamada de Vila Nova e a Vila do Espírito Santo, de Vila Velha. Em 1750, foi criada a Freguesia de Vila Velha, elevada à categoria de Vila, em 1896. Entre 1931 e 1934, Vila Velha pertenceu a Vitória. Em 1934, foi restabelecido como município com a denominação de Espírito Santo. Em 1943, o município foi extinto e tornou-se o distrito Espírito Santo de Vitória. Em 1947, o município de Espírito Santo foi restabelecido novamente. Atualmente, tem um grande porte industrial, e é o segundo maior centro comercial do estado. De acordo com o IBGE, a cidade possuía, no ano de 2010, 13.621 unidades locais e 13.198 empresas e estabelecimentos comerciais. A agropecuária, apesar de presente, é o setor menos relevante na economia do município, diferentemente do setor secundário, que é o segundo mais importante (Gráfico 18). A presença da Chocolates Garoto e do Terminal Portuário de Vila Velha

são exemplos do potencial do município. O setor de serviços é a maior fonte geradora de recursos para a cidade, representando cerca de 72% do lucro anual médio (IBGE, 2010). Vila Velha está a 7,2 km da capital.

Gráfico 12 - Economia de Vila Velha/ES



Fonte: IBGE

O município de Vila Velha compreende uma área de 209,97 km², com uma população estimada para 2016 de 479.664 habitantes (IBGE). Tem densidade demográfica de 1.973,59 hab./km² e 70% de sua população possui domicílio próprio. 99,51% da população reside em zona urbana (Tabela 51).

Tabela 51 - População Total Rural/Urbana - Vila Velha/ES

População	1991	% do Total (1991)	2000	% do Total (2000)	2010	% do Total (2010)
População total	264.417	100,00	345.326	100,00	414.586	100,00
População urbana	263.394	99,61	343.986	99,61	412.575	99,51
População rural	1.024	0,39	1.340	0,39	2.011	0,49

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Tabela 52 - IDHM e componentes - Vila Velha/ES

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,477	0,603	0,734
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	49,68	59,48	71,67
% de 5 a 6 anos na escola	52,70	65,88	87,91
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	65,83	76,64	88,72
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	42,47	59,64	66,62
% de 18 a 20 anos com médio completo	25,66	40,80	53,66
IDHM Longevidade	0,689	0,784	0,864
Esperança de vida ao nascer	66,33	72,02	76,84
IDHM Renda	0,693	0,755	0,807
Renda per capita (em R\$)	597,41	877,60	1.211,79

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,611, em 1991, para 0,800, em 2010. Isso implica em uma taxa de crescimento de 30,93% para o município e a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi a educação (com crescimento de 0,257), seguida pela longevidade e pela renda (Tabela 52). O IDHM de Vila Velha foi de 0,800, em 2010, o que situou esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município foi a longevidade, com índice de 0,864, seguida da renda, com índice de 0,807, e da educação, com índice de 0,734 (IBGE,2010).

Tabela 53 - Expectativa de Anos de Estudo - Vila Velha/ES

Anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos.	1991	2000	2010
ES	9,30	9,51	9,36
Vila Velha	10,27	10,44	9,83

Fonte: IBGE

Tabela 54 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Vila Velha/ES

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	597,41	877,60	1.211,79
% de extremamente pobres	4,01	2,51	0,83
% de pobres	15,63	11,13	4,27
Índice de Gini	0,52	0,57	0,56

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

A renda per capita média de Vila Velha cresceu 102,84% entre 1991 e 2010, passando de R\$ 597,41, em 1991, para R\$ 877,60, em 2000, e para R\$ 1.211,79, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,79%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,37%, entre 1991 e 2000, e 3,28%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres passou de 15,63%, em 1991, para 11,13%, em 2000, e para 4,27%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos, pelo Índice de Gini, passou de 0,52, em 1991, para 0,57, em 2000, e para 0,56, em 2010. A desigualdade também pode ser identificada por meio da observação das diferenças entre rendimento nominal médio e mediano dos domicílios, em 2010 (Tabela 55).

Tabela 55 - Rendimento mensal por condição do domicílio - Vila Velha/ES

Condição de ocupação	Variável	
	Rendimento nominal médio mensal (Reais)	Rendimento nominal mediano mensal (Reais)
Total	3.644,98	2.000,00
Próprio	3.961,34	2.100,00
Alugado	3.095,14	1.820,00
Cedido	2.126,75	1.400,00
Outra condição	2.432,60	1.530,00

Fonte: IBGE (2010)

Tabela 56 - Estabelecimentos de ensino em Vila Velha/ES

Ensino fundamental - 2015	128	Escolas
Ensino fundamental - escola pública estadual - 2015	19	Escolas
Ensino fundamental - escola pública federal - 2015	0	Escolas
Ensino fundamental - escola pública municipal - 2015	61	Escolas
Ensino fundamental - escola privada - 2015	48	Escolas
Ensino médio - 2015	45	Escolas
Ensino médio - escola pública estadual - 2015	19	Escolas
Ensino médio - escola pública federal - 2015	0	Escolas
Ensino médio - escola pública municipal - 2015	0	Escolas
Ensino médio - escola privada - 2015	26	Escolas
Ensino pré-escolar - 2015	84	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2015	0	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2015	0	Escolas
Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2015	34	Escolas
Ensino pré-escolar - escola privada - 2015	50	Escolas

Fonte: MEC/INEP - Censo Educacional 2015.

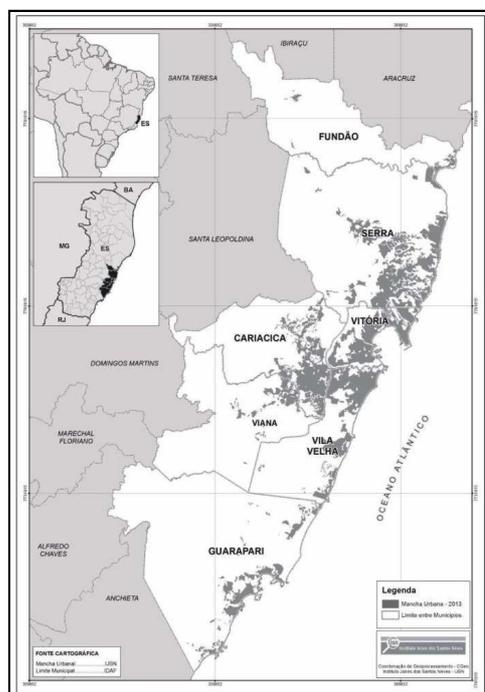
Tabela 57 - Recursos tecnológicos instalados - Vila Velha/ES

Total de Escolas	Internet	Banda Larga	Computadores dos alunos
183	178 (97%)	164 (90%)	2.943

Fonte: SEDU/ES - Censo Educacional 2015.

4.9 UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA RMGV

Figura 11 - Mapa de localização e Mancha Urbana da RMGV



Fonte: IJSN (2013)

Em primeiro plano, identificamos que os municípios que compõem a RMGV são antigos. Assim, entendemos que eles não foram construídos segundo modelos urbanísticos modernos, ainda que na última década tenham sido lançados empreendimentos setoriais que visam estabelecer uma dinâmica mais ágil de transporte e de integração urbana. No entanto, essa não é a regra da formação dos municípios da RMGV. Muitos de seus problemas são fruto de uma dinâmica social de séculos, acelerada nos últimos 50 anos. As áreas urbanas dos municípios se expandiram até se tocarem, no caso de Serra, Vitória, Vila Velha e Cariacica. Viana também possui bairros estruturados que se confundem com Cariacica, como, por exemplo, Soteco e Areinha. Também são fronteiriços Nova Almeida (Serra) e Praia Grande (Fundão), mas por razões distintas, conforme citamos neste capítulo, ao nos referirmos à origem do município de Fundão.

Apesar de ter sido elaborado um sistema de planejamento da expansão da RMGV na década de 1970, o plano não foi implementado, “permanecendo como uma agenda em aberto, com visíveis impactos do inchaço populacional, ocupação de espaços irregulares, degradação urbano-ambiental ocasionado tanto pela massiva migração campo-cidade, quanto pela lógica da organização social da produção da

RMGV” (LIRA, OLIVEIRA JÚNIOR e MONTEIRO, 2014). Em 2005, foi regulamentado o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Comdevit) e o Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Fumdevit), com a finalidade apoiar o desenvolvimento, a integração e ações, estudos e projetos de interesse comum da Região Metropolitana. Já foram pactuados, entre os municípios, projetos nas áreas de uso e ocupação do solo, educação, segurança, educação ambiental, turismo, esgotamento sanitário, transporte e manejo de resíduos sólidos.

Conforme aponta o Observatório das Metrôpoles, os espaços metropolitanos atualmente, apresentam crescimento populacional reduzido, o que se confirma ao cruzar os dados dos municípios da RMGV. Com exceção de Serra, os municípios mais populosos foram os que apresentaram as menores taxas de crescimento populacional nas duas últimas décadas.

O IDHM da RMGV apresentou uma crescente evolução, assim como o dos municípios. No entanto, as dimensões que mais favoreceram o crescimento do índice da região metropolitana foram diferentes nos municípios que a compõem. Em termos de longevidade, observou-se que, no período apurado (1991-2010), houve uma elevação da expectativa de vida ao nascer em todas as instâncias. É possível que esse aumento tenha ocorrido em razão de, em geral, os espaços metropolitanos oferecerem melhores condições de acesso a saúde, saneamento, etc., ainda que de forma desigual internamente (LIRA, OLIVEIRA JÚNIOR e MONTEIRO, 2014). Pela mesma razão, provavelmente, os municípios mais integrados à capital (Vila Velha, Serra e Cariacica) são os que possuem os mais elevados níveis de esperança de vida da região. A longevidade foi a que mais contribuiu, nesse período, para o IDHM na RMGV, Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha.

No início do ano 2000, as taxas de desemprego do Brasil e do Espírito Santo estavam altíssimas, conforme se apurou no Censo 2000 (IBGE). Entre 2000 e 2010, o desemprego no estado baixou de 13,40% para 7,28% da população. Na RMGV, a taxa de desemprego passou de 17,96%, em 2000, para 8,35%, em 2010. O índice de gini aponta para uma desconcentração de renda em todos os municípios. A redução do desemprego foi acompanhada por um aumento nos rendimentos, o que refletiu no aumento das rendas médias *per capita* e domiciliar aferidas. Por outro

lado, encontramos um grande aumento na diferença entre as rendas domiciliares média e mediana. Nesse aspecto, houve maior disparidade no município de Vitória, seguido de Vila Velha, a RMGV, Guarapari, Fundão, Serra, Cariacica e Viana. Destacamos, ainda, a diferença entre os extremos em termos de renda domiciliar média, considerando os residentes em domicílio próprio, ficando em uma ponta Vitória, com R\$ 5.462,97 e na outra Viana, com R\$ 1.621,10. Vitória foi o único município da RMGV em que a renda foi a dimensão que mais contribuiu para o crescimento do IDHM, em 2010. Houve, também, na RMGV, uma retração do contingente de pessoas em condição de pobreza e de extrema pobreza.

No campo da educação, os avanços identificados em 2010 destacaram a recuperação do quadro identificado no ano 2000. Apesar disso, o incremento em educação não acompanhou os avanços em renda e longevidade, o que fez com que a dimensão da educação não contribuísse como as duas primeiras para a elevação do IDH da RMGV. Ainda que a inserção no ensino fundamental tenha atingido um alcance quase universal, o ensino médio apresentou uma cobertura aquém do desejado, o que causou o reflexo no IDHM Educação. Em relação ao número de escolas, encontramos uma substancial desproporcionalidade na distribuição de escolas em relação à população e na distribuição de recursos tecnológicos.

Vemos, assim, que, mesmo limitando a análise aos campos da renda, educação e longevidade, os municípios são bastante diferentes em sua constituição e possuem recursos disponíveis em níveis diversos. De um modo geral, Vitória está em uma posição privilegiada em relação aos municípios vizinhos, em termos de indicadores socioeconômicos. Uma compreensão mais profunda da dinâmica social da RGMV demanda uma abordagem multidimensional que extrapolaria em muito o objetivo desta pesquisa. Assim, nos detivemos prioritariamente aos componentes do IDHM em razão da limitação arbitrada quanto à extensão da análise das políticas públicas prevista para este trabalho. Além disso, para aprofundar a análise, far-se-ia útil estabelecer um estudo mais detalhado mapeando o IDH nos bairros de cada município, já que não os encontramos em nenhuma base de dados de pesquisa e, desde já, sugerimos sua abordagem aos pesquisadores das áreas que tratam da ocupação urbana, a fim de fundamentar a localização da aplicação de políticas públicas nas regiões mais necessitadas da intervenção estatal.

CAPÍTULO 5

AÇÕES DE INCLUSÃO DIGITAL NA RMGV

Neste ponto do estudo, apresentamos as iniciativas promovidas pelos poderes públicos municipais, da RMGV, sobre os quais nos propusemos a estudar. Não trataremos das ações promovidas por organizações da sociedade civil e empresas e nem daquelas inseridas em serviços disponibilizados diretamente pelo Governo Federal, ainda que as tenhamos encontrado durante a pesquisa, em razão de entendermos que estaríamos escapando ao tema proposto. Iniciaremos o capítulo a partir de um breve relato do tratamento dado pelo Governo Estadual do Espírito Santo ao tema da exclusão digital, em razão de o ente federativo poder firmar parcerias com as prefeituras no sentido de dar um tratamento conjunto às muitas faces da exclusão. Em seguida, apresentamos as medidas implantadas pelas municipalidades com foco na inclusão digital.

5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO ÂMBITO DO GOVERNO ESTADUAL

Como os demais Governos Estaduais, o Governo do Espírito Santo atua sobre as políticas públicas municipais eventualmente como intermediário na transferência de recursos ou como parceiro. Essa sistemática de repasse de verba se justifica pelo fato de o Governo Estadual ter a obrigação legal de exercer uma espécie de controle interno sobre a aplicação desses recursos. Apesar de não termos identificado nenhum ato legal estadual que apontasse o controle pretendido nos programas, identificamos uma ação estadual que tem reflexo direto na exclusão digital na RMGV, particularmente dirigida ao idoso. Assim, citamos aqui esse programa e mais alguns indícios da preocupação do governo estadual sobre a exclusão digital em seu território (não somente na RMGV).

O programa “Navegando na Internet na Melhor Idade”, uma ação social de iniciativa do governo estadual por meio do Instituto de Tecnologia, Informação e Comunicação do Espírito Santo (Prodest), em parceria com a Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger), visa a inclusão digital das pessoas na terceira idade. O programa

teve início em 2001 e, até 2011, já havia atingido 4 mil usuários e engloba tanto o uso, quanto a promoção de cursos na área de tecnologia. O programa está instalado somente no município de Vitória e as aulas são realizadas na sede da Seger, no Centro da capital.

A inclusão digital também foi referida como promotora da cidadania no Projeto de Lei Complementar que o Governo Estadual elaborou e enviou para a Assembléia Legislativa do Espírito Santo com o objetivo de implantar o modelo de ensino público de nível médio em turno único, chamado de “Escola Viva”. O projeto indicou entre seus objetivos específicos a intenção de estender o currículo escolar às “atividades nos campos da cidadania, ética, cultura e artes, esporte e lazer, direitos humanos, educação ambiental, inclusão digital, [...], promovendo a formação do jovem autônomo, solidário e competente” (ESPIRITO SANTO, 2015).

Em 2012, foi lançado o Programa ES Digital, cujo modelo foi estabelecido conjuntamente com a Telebras, seguindo o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), que estabelece parceria entre o Governo e provedores, fortalecendo a economia no interior. Um decreto do governador previu a inclusão de dutos para instalação de fibra óptica em todas as obras do Governo do Estado. A gestão do ES Digital é feita pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES). No mesmo ano, foi divulgada a 2ª Agenda Capixaba de Inclusão Digital, promovida pelo governo estadual, que aprovou a criação de uma política para o setor que prevê infovias de banda larga, rede de telecentros e inclusão rural. No entanto, até hoje, não há cronograma nem dotação orçamentária para todas as ações propostas.

5.2 INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES

Desde 2006, a Prefeitura de Vitória tem trabalhado na ligação por fibra óptica dos prédios públicos e instalação de telecentros comunitários. A capital capixaba está incluída no programa Cidades Digitais, do Ministério das Comunicações, e, desde 2007, foi instalada e tem sido expandida a Rede Metropolitana de Alta Velocidade de Vitória (Metrovix), de coordenação geral do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) – redenominação dada ao antigo MCT –, por meio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Essa rede visa a ligação das

unidades de ensino e de saúde, com foco na unificação dos cadastros e no processo de qualificação e de inclusão digital de jovens e adultos. Seu objetivo é o de interligar à rede da Prefeitura todos os sistemas de saúde, educacional e administrativo do município, facilitando a ampliação do processo de democratização das informações por meio do acesso livre à internet.

Originalmente, as políticas públicas de inclusão digital da Prefeitura de Vitória estavam a cargo da Secretaria de Trabalho e Geração de Renda. Atualmente, na Secretaria de Turismo, Trabalho e Renda, duas iniciativas são tratadas com ênfase: a Rede Telecentro e o programa Vitória Online.

O programa Vitória Online é ligado ao programa Cidades Digitais, inserido no PNBL, do MCTI. O programa é uma ampliação de outro já existente – programa Vitória Digital, iniciado em 2009 – e envolve a disponibilização de acesso a uma rede sem fio com acesso à internet, com velocidade nominal de 1 Mbps. O programa possuía mais de 20 mil usuários cadastrados, contabilizados até 2012. Em janeiro de 2015, havia 45 pontos de acesso disponíveis. Desde então, até junho de 2016, o número de pontos foi ampliado para 105 e apontam picos de 46 mil conexões por dia. A lista de pontos de acesso atualizada consta do ANEXO H do presente estudo. O objetivo oficial do programa é o de promover a inclusão digital, o apoio ao turista e o desenvolvimento econômico por meio de uma malha pública de acesso à rede mundial de computadores. O Programa Vitória Online também previu o desenvolvimento de um aplicativo para *smartphones* com o objetivo de promover a gestão compartilhada e o acesso a serviços municipais. O aplicativo Vitória Online foi disponibilizado para acesso em 2016.

Diferentemente da expansão dos serviços de acesso à internet sem fio, a Rede Telecentro (ANEXO G), iniciada em 2007, passou por grandes percalços. Apesar de ter contabilizado 10 mil acessos somente em 2014, quando a Rede Telecentro contava com 21 unidades, 3 foram fechadas definitivamente. Ao verificar as transferências de recursos federais deste período, identificamos que os valores estabelecidos nas parcerias não foram repassados total ou parcialmente ao governo estadual, que teria a função de distribuí-los entre os municípios capixabas que se inscreveram nos programas federais que mantinham os telecentros. Essa irregularidade ocorreu tanto em Vitória, quanto em outros municípios, como

trataremos em futuros pontos deste estudo. Alguns dos problemas decorrentes do atraso ou da redução da transferência federal foi a interrupção do funcionamento de 20 telecentros entre 2014 e 2015, em razão do encerramento do contrato com empresas terceirizadas que provinham os funcionários que operacionalizavam as unidades. A prefeitura, então, iniciou um processo de realocação de seus servidores para os telecentros e iniciou processos seletivos de contratação temporária de monitores, cuja efetivação seria viabilizada por meio de recursos específicos de origem federal.

Cada telecentro foi equipado com 10 a 20 computadores onde foram instalados *softwares* livres. Dezoito telecentros possuem estrutura capaz de viabilizar o uso de computadores por pessoas com deficiência visual, além de contemplar facilidades de acesso aos deficientes motores. O Telecentro de Itararé está instalado em um espaço comunitário para geração de emprego e renda por meio da cultura e arte, a Casa Brasil Vitória, que está inserida no Programa Casa Brasil e recebe recursos oriundos dos dois programas. Em 2014, foram atendidos 140 mil usuários, apresentando uma média mensal de 10 mil acessos, considerando todas as unidades. Os telecentros são utilizados, também, para realização de atividades das secretarias de Ação Social e de Saúde. O projeto de informatização e disponibilização de informações e serviços aos cidadãos, a cargo principalmente da Subsecretaria Municipal de Tecnologia da Informação, em muito contribuiu para que Vitória fosse considerada uma referência na construção de uma cidade digital. Essa participação trouxe benefícios como no caso da Rede Bem Estar, da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), e do Sistema de Gerenciamento da Atenção à Família (Sigafweb), da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas). Até 2014, os telecentros proporcionaram formação em informática para aproximadamente 1300 pessoas por ano e sua frequência, em geral, é de moradores e estudantes da região onde estão instalados.

No âmbito da Secretaria de Educação, desde 2011, foi instalada, nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (Emefs) de Vitória, uma iniciativa que integra o Programa Banda Larga na Escola, do Governo Federal, em convênio com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o município e a operadora de telefonia Oi. O programa contempla cerca de 29.750 alunos matriculados no Ensino Fundamental diurno e 2.800 do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA, noturno). Em

2015, as escolas que compõem a rede municipal de ensino de Vitória receberam 81 novos computadores, adquiridos pela Secretaria Municipal de Educação (Seme), a partir de recursos do ProInfo e 27 seminovos oriundos dos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs). Segundo dados obtidos por meio do Censo Educacional de 2015, das 178 escolas de Vitória (incluídos os centros de capacitação tecnológica), 177 já possuíam laboratório com acesso à internet, das quais 167 utilizam conexão por banda larga.

Segundo o “Mapa de Inclusão Digital no Brasil”, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em 2006, Vitória ocupava a 14ª posição nacional em relação ao número de pontos de inclusão digital implantados. Em 2012, foi considerada líder em número de telecentros por habitante. No mesmo ano, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicação (CPqD) destacou o município em acessibilidade nos locais de inclusão digital e classificou Vitória como a quarta cidade com maior nível de digitalização do país em serviços eletrônicos, incluindo, para esta avaliação positiva, o aparelhamento instalado e a formação da transparência governamental. Do estado do Espírito Santo, foram classificadas, também, Cachoeiro do Itapemirim (31ª) e Nova Venécia (35ª), ambas com ênfase no quesito de telecentros instalados.

5.3 INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO MUNICÍPIO DE CARIACICA/ES

A instalação de telecentros em Cariacica é coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Semdetur), do município. O programa recebe recursos do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR e tem instaladas 10 unidades pelo município. A lista dos telecentros e sua localização estão no ANEXO I deste estudo. Uma das premissas da política pública de instalação dos telecentros no município é que eles sejam implantados nas comunidades localizadas em regiões da cidade que apresentam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo. Alguns dos telecentros estão instalados dentro de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), onde são promovidos cursos de iniciação à informática. Um deles, também, foi alocado na Casa Sol, que abriga a Associação Costumes Artes, no bairro de Vista Dourada,

onde também estão alocados o Banco Sol de Desenvolvimento Local e o Fundo Rotativo Solidário, que exercem iniciativas de inclusão social na região.

Com vista à implantação de pontos de acesso sem fio à internet, a prefeitura lançou o projeto “Internet para Todos”, desenvolvido no âmbito Subsecretaria de Tecnologia de Informação (Sub-TI), da Secretaria Municipal de Finanças e está em fase de implantação, já tendo sido disponibilizado em alguns prédios públicos. O projeto prevê a instalação em unidades de saúde, centros de referência, escolas e praças. Na primeira etapa, o Palácio Municipal, em Alto Lage, recebeu o ponto de acesso e o sinal de rede *Wi-Fi* pode ser utilizado dentro das dependências do prédio. Na segunda etapa, algumas unidades de saúde e centros de especialidades e de referência do município foram contemplados, além do Terminal de Campo Grande. A terceira fase, conclusiva, está em andamento.

Assim como em Vitória, a Prefeitura disponibilizou, desde 2014, o aplicativo Portal Cariacica para dispositivos móveis (smartphones e tablets), que permite, entre outras funcionalidades, acompanhar algumas das câmeras de videomonitoramento da cidade, verificar o andamento das obras públicas municipais e entrar em contato com a Ouvidoria Municipal, para registro de reclamações. Para ter acesso à internet gratuita provida pelo projeto Internet para Todos, o usuário deve ter o programa instalado em seu dispositivo. Em dados de 2015, ocorreram mais de 1.800 downloads do aplicativo, mais de 50 mil acessos e cerca de 800 demandas enviadas à Administração por meio dele.

A população conta, também, com o Projeto Cidadania Digital, lançado em 2014, que é desenvolvido na forma de uma parceria entre a prefeitura e a Fundação ArcelorMittal Cariacica. O projeto tem como ação promover cursos dirigidos a crianças e jovens. Os cursos, eventualmente, são estendidos à população. A Fundação está envolvida, também, em outro projeto, desta vez em parceria com o Instituto de Previdência de Cariacica, no qual oferece cursos de informática básica para aposentados e pensionistas – neste caso, somente para os associados do Instituto.

No campo da educação, em 2015, segundo dados obtidos do Censo Educacional, das 199 escolas do município (incluindo os centros de formação tecnológica), 187

possuíam acesso à internet em seus laboratórios (94%) e 174 estabeleciam a conexão por meio de banda larga.

5.4 INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO MUNICÍPIO DE FUNDÃO/ES

Poucas iniciativas foram realizadas pelo Poder Municipal de Fundão no sentido de promover a inclusão digital no município. Foi feita a instalação de um telecentro na sede do município, mas ele encontra-se desativado há anos. Não foi possível obter dados adicionais na prefeitura, nem nos portais de transparência governamental e de transferência de recursos e nem no Sistema de Monitoramento do Ministério das Comunicações. Identificamos, dentre as várias investigações que efetuamos com o intuito de identificar o repasse de recursos dos programas federais para Viana, que parte dos dados federais estão cruzados: Viana aparece como atendida com um telecentro (Telecentro Chibly Calil Abraham) que, na verdade, está situado em Itacoatiara, na Região Metropolitana de Manaus, AM, conforme se pode observar no ANEXO K deste estudo. Apesar dessa inconsistência identificada nas informações federais, os demais meios de acesso e consulta nos permitiram superar essa dificuldade. Em acréscimo, o Sistema de Monitoramento, do Ministério das Comunicações, não apontou nenhuma inscrição da Prefeitura de Viana nos programas de inclusão digital, a não ser daqueles específicos para o campo educacional.

Na área da educação, a Prefeitura ingressou no ProInfo, para prover as escolas da rede municipal de ensino com redes de computadores. O município também está inscrito no Programa de Informática Educacional, que prevê a capacitação dos professores e gestores das Unidades de Ensino. Em acréscimo, segundo informações extraídas do Censo Educacional 2015, das 15 escolas do município, 11 já possuíam acesso à internet (73%) e 2 (13%) por meio de banda larga.

5.5 INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI/ES

A municipalidade de Guarapari somente implantou um telecentro, no bairro de Itapebussu. Foi inaugurado em 2008 e conta com 10 computadores e o suporte de

um monitor. Seus usuários mais frequentes são estudantes e moradores da região na qual foi instalado, mas não há registro de dados referentes ao número de pessoas atendidas e nem à finalidade de uso mais comum. O Telecentro Comunitário de Guarapari, como é divulgado, utiliza conexão cadastrada no Gesac como telecentro da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), a qual está em processo de transferência para o bairro de Itapebussu.

A inclusão digital no município é tema sob coordenação da Secretaria de Trabalho, Assistência e Cidadania. Sob essa gestão, foi iniciada, em 2013, a instalação do Centro de Artes e Esportes Unificado (CEU), no Bairro Santa Mônica, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), no Eixo Comunidade Cidadã, que engloba o PNBL. Neste CEU, há a previsão da implantação de outro telecentro comunitário. As obras não estão concluídas.

Por meio da Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), está sendo implantada a ligação entre os prédios públicos por meio de cabos de fibra óptica, que permitem conexões com maior velocidade, bem como um maior número de usuários simultâneos. Na sede do município, a infraestrutura já está concluída e o projeto, nesta fase, prevê levar o acesso à internet até a zona rural e a todas as escolas, além da instalação de pontos de acesso sem fio em lugares públicos. Em agosto de 2016, uma empresa de telefonia celular já havia apresentado o projeto de instalação para a prefeitura.

Nas escolas do município, segundo dados do Censo Educacional 2015, das 85 unidades, 60 possuíam acesso à internet (71%) e, dessas, 50 realizavam a conexão por meio de banda larga (59%).

5.6 INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO MUNICÍPIO DE SERRA/ES

Apesar do seu porte, o município da Serra tem poucas iniciativas públicas no campo da inclusão digital. Em termos de telecentros, o único que está instalado e é administrado pelo poder público municipal está instalado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), onde também está localizado um Centro de Atendimento Integrado (CAI), em Jardim Carapina. Nesse prédio, além do telecentro, também é

disponibilizado acesso à internet por meio de rede sem fio. No local, ocorrem cursos de iniciação à informática. Uma outra iniciativa implantada e que também está no âmbito da Secretaria de Assistência Social é a do telecentro montado em convênio com a Associação PCNET para inclusão digital, que opera sob o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por meio do Projeto Semeando Conhecimento, que é dirigido a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O projeto é realizado, também, com apoio da ArcelorMittal Tubarão, da Associação de Moradores de Manguinhos e da Escola Estadual de Ensino Fundamental Prefeito José Maria Feu Rosa.

O município de Serra recebe recursos federais específicos para criação de telecentros desde 2014, que são aplicados no Centro Integrado de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (CIAMPE), da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em Portal de Jacaraípe. Esse telecentro, no entanto, não está aberto para uso público além dos empresários que são atendidos no Centro.

Segundo o sítio TransparênciaWeb, da Prefeitura Municipal da Serra, em 2014, o município iniciou o Projeto Cidade Digital, ligado ao PNBL, que pretende disponibilizar acesso gratuito à internet nos bairros e também a ligação dos sistemas operacionais da Prefeitura. No entanto, o município ainda não conseguiu ser incluído no Programa Cidades Digitais do Governo Federal e, conseqüentemente, esse projeto ainda não foi implantado. O projeto consta em andamento sob a Secretaria de Planejamento Estratégico.

Das 206 escolas do município, incluindo as que proveem formação tecnológica, 193 possuem acesso à internet (94%) e 177 estão conectadas por meio de banda larga (86%), segundo dados do Censo Educacional 2015. As iniciativas das ações nas escolas são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

5.7 INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO MUNICÍPIO DE VIANA/ES

A Prefeitura de Viana teve muita dificuldade em instalar seu primeiro telecentro. Apesar de ter sido inscrito nos programas federais desde 2006 e de ter recebido os equipamentos em 2011, o município não dispunha de recursos para preparar a sala

onde seria instalado o telecentro e nem para contratar o circuito de conexão à rede . Apesar dos recursos serem de responsabilidade do governo federal, somado de uma pequena contrapartida municipal, não foi iniciado o repasse. A comunidade, então, juntou recursos próprios e doações e preparou o ambiente, mas, ainda assim, o telecentro só foi instalado em 2015, quando finalmente o governo federal iniciou a transferência de verba referente à contratação do circuito, por meio do Gesac. Atualmente, o telecentro está instalado na Biblioteca Municipal Julia Colnago Miranda, no Centro da Cidade. Há, ainda, outro telecentro cadastrado no Gesac, instalado no CRAS Nova Betânia, que está inativo desde agosto de 2016, segundo o sistema de monitoramento de telecentros do MC.

Outros telecentros foram instalados, a partir de parcerias ou doações que o Município estabeleceu por meio da Secretaria de Defesa Social. O telecentro do Ateliê Costurart ocupa um espaço adquirido por Furnas e doado ao Fórum Comunitário de Araçatiba. O espaço abriga uma cooperativa de costureiras da região, inaugurada em 2006. Em Areinha, foi montado outro telecentro, em 2016, próximo à Unidade de Saúde do bairro, por meio de uma parceria do Ministério da Justiça com a Prefeitura e que, posteriormente, recebeu também recursos do programa Telecentros.BR.

Como ocorreu em Guarapari, foi iniciada, em 2014, a construção de um Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU), com recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), em Marcílio de Noronha, que também prevê a instalação de um telecentro. Em 2016, a obra não foi, ainda, concluída.

Quanto à instalação de pontos de acesso à internet públicos, a Prefeitura não tem estudos detalhados, apesar de já ter, em alguns eventos, disponibilizado o acesso gratuito sem fio durante sua realização.

O município está inscrito nos programas federais de inclusão digital escolar. Segundo o Censo Educacional 2015, das 52 escolas do município, 45 estão conectadas à internet (87%) e 36 fazem uso da conexão por banda larga (69%).

5.8 INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES

O município de Vila Velha segue uma forma incomum na RMGV de políticas públicas de inclusão digital. Na verdade, até o momento, somente uma iniciativa seguiu os mesmos caminhos dos demais municípios da região metropolitana, que foi a instalação de um telecentro na Biblioteca Municipal, no Centro da Cidade, em 2009, a qual foi restaurada, em 2014, em razão de um incêndio que a atingiu. O espaço foi criado a partir da inscrição do município no Programa Kit Telecentros.

Os demais telecentros foram formados a partir de convênio celebrado entre o município e a empresa pública Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), que doou os computadores e orientou a configuração das unidades, segundo as diretrizes do Programa Serpro Cidadão. Em 2012, foi inaugurado o telecentro de Jardim Guaranhuss, na casa do projeto Primeiros Passos, cuja manutenção é feita pela Cáritas Diocesana. No mesmo ano, foi criado o telecentro da Cidade da Barra, no Centro Educacional Comunitário Mundo Melhor, onde ocorrem outros cursos e, também, apoio escolar. Em junho de 2016, foi inaugurado o primeiro Centro de Inclusão Digital (CID) de Vila Velha, em Jardim Asteca e, segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, duas novas unidades estão em fase final de implantação, uma no Centro e outra no bairro do Xuri.

Outra iniciativa municipal de inclusão digital foi a disponibilização de acesso à rede sem fio no prédio da prefeitura exclusivamente para os servidores, prestadores de serviço e visitantes a trabalho naquele recinto. Nesse caso, entendemos ser necessário elaborar algumas considerações que serão retomadas no próximo capítulo, quando faremos uma análise sobre as ações municipais implantadas. Apesar da divulgação da Prefeitura no sentido desta iniciativa ser uma medida de inclusão digital, não podemos tratá-la assim, pois não é uma intervenção dirigida ao excluído digitalmente. O que encontramos, neste caso, é mera utilização regular de uma rede privada, ainda que esteja instalada em uma repartição pública.

Cadastrado no Gesac, há, ainda, um telecentro localizado na Igreja Batista da Praia da Costa, que se encontra em atividade, mas, na Prefeitura, não há registro de sua

instalação, o que implica que sua administração é feita por organização sem fins lucrativos.

No campo da educação, segundo o Censo Educacional 2015, das 183 escolas do município, 178 possuem acesso à internet (97%) e 164 realizam a conexão por meio de banda larga (90%).

CAPÍTULO 6

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA RMGV

Considerando o cenário em que as políticas públicas de inclusão digital chegaram aos municípios capixabas, faremos uma avaliação sobre as ações identificadas, considerando as três visões principais do governo federal apresentadas no Capítulo 3: a promoção de acesso à rede, a inclusão digital nas escolas e o governo eletrônico. Antes, porém, é necessário esclarecer que outras políticas públicas de inclusão digital, com outras perspectivas – como a inclusão de comunidades indígenas e quilombolas ou por meio de cooperação com associações diversas –, estão instaladas no estado do Espírito Santo, em alguns municípios, mas, por eles não comporem a RMGV ou pelas ações não contarem com a participação do poder público municipal, não estenderemos a análise sobre elas.

O quadro da inclusão digital encontrado em Vitória é bastante avançado, principalmente em termos de infraestrutura. Entendemos que, nesse caso, o envolvimento do governo estadual foi essencial para que esse suporte se estabelecesse. No sentido da promoção da inclusão digital, a instalação dos telecentros mostraram no mundo todo sua capacidade de permitir àqueles que, por diversas razões, estão vetados ao acesso físico à internet e suas possibilidades. Para isso, a política pública de origem federal estabelece claramente que os telecentros devem ser instalados em locais de baixo desenvolvimento humano, pois que sua função primeira é de corrigir as distorções sociais por meio da inclusão digital. Assim, em princípio, nada há que justifique a instalação de telecentros em locais como Jardim Camburi, que, apesar de ser um local onde ocorrem várias intervenções fundadas em políticas públicas da Prefeitura de Vitória, está longe de ser um espaço onde o IDH se apresente reduzido. Utilizamos Jardim Camburi meramente como exemplo de uma ocorrência que se repete, pelo menos, em outras dez localidades onde os telecentros foram instalados em Vitória. Em uma tentativa de explicar essa ocorrência, resgatamos a informação de que o espaço dos telecentros também foi elaborado para propiciar outras ações sociais governamentais e entendemos que essa seria uma razão suficiente. Em acréscimo, ao considerar a ênfase dada pelo governo estadual e pelas municipalidades na promoção do governo eletrônico, a disseminação de telecentros por vários bairros,

independentemente de sua caracterização como regiões carentes, recebe o amparo da justificativa de promover a participação cidadã na gestão pública. Podemos julgar, portanto, que a instalação dos telecentros de forma abrangente entre as regiões da cidade reflete a forma com que os governos abraçaram a causa da inclusão digital, impulsionados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, cujos comandos foram potencializados a partir da publicação da Lei de Acesso à Informação. Sobre essa abordagem do tema da inclusão digital e sobre a interrupção no funcionamento dos telecentros na capital capixaba, retomaremos a discussão mais adiante.

Mantendo nosso olhar sobre as iniciativas públicas de inclusão digital identificadas no município de Vitória, reconhecemos a grande capacidade que a promoção do acesso por meio redes sem fio em espaços públicos tem de democratizar o acesso à internet. O município iniciou essa empreitada por meio do programa Vitória Digital, que hoje é chamado de Vitória Online. Apesar de disseminado por 105 pontos da cidade, sua utilização é bloqueada a partir de uma série de condições que têm que ser superadas. Para que o acesso seja possível, por exemplo, o usuário deve dispor de um equipamento que possua a capacidade de se conectar a uma rede sem fio – em geral um *smartphone* ou um *tablet*, mas que também pode ser um *notebook* ou um *desktop* – e deve-se considerar a distância máxima que essa conexão alcança (em geral, em torno de 500 metros). Assim, não se pode dizer que as pessoas de um determinado bairro têm disponível o canal de conexão a partir de um ponto instalado, se seu uso demanda a posse de um equipamento que possui alto custo e se a conexão abrange um raio limitado de alcance. Nesse último aspecto, dentro do PNBL, está sendo negociada, no âmbito da Prefeitura de Vitória, com as empresas de telecomunicações, a instalação de um dispositivo que aumenta o alcance desses pontos de acesso, os chamados repetidores. Essa negociação, no entanto, não está concluída, ainda.

Diferentemente de Vitória, Cariacica apresentou, no início deste século, um quadro de completa ignorância da segregação digital. O município tinha outros problemas urgentes a serem tratados, como, por exemplo, o fato de seus indicadores no campo da educação estarem bastante defasados em relação aos demais municípios que circundam a capital. A atenção do poder público com a educação, seguida pela crescente implementação de políticas públicas de inclusão digital nas escolas, fez com que a situação ali instalada se revertesse, colocando-a na média dos

municípios em questão. Merece destaque a constatação de que, desde 2007, Cariacica vem conseguindo atingir as metas postas pelo IDEB. Tratando especificamente da promoção do acesso à internet, desde 2010, a municipalidade iniciou o projeto de instalação de telecentros e tem, hoje, 10 unidades instaladas em comunidades que efetivamente necessitam de sua intervenção e que servem de apoio também para outras ações de inclusão social, em total alinhamento com as diretrizes nacionais e internacionais. O projeto Internet para Todos, apesar de ainda não ter sido instalado em espaços abertos além do Terminal de Campo Grande, já aponta ser bastante utilizado nos locais onde estão disponíveis. As críticas que poderíamos tecer ao projeto referem-se justamente a esse tipo de iniciativa, como tratamos no caso do programa Vitória Online, demandar um investimento em equipamento por parte do atingido pela política pública e ter limitação de alcance do sinal do ponto de acesso.

Ao apontarmos nosso estudo para o município de Fundão, encontramos o primeiro obstáculo para a consecução do levantamento proposto nesta pesquisa. A ausência de dados sobre as iniciativas de promoção de acesso à internet nos registros públicos nos levou a entrar em contato com a prefeitura, a fim de levantar eventuais ações implementadas sem apoio dos governos estadual e federal. Foi quando fomos informados extraoficialmente da instalação de um telecentro que está atualmente desativado. No entanto, não encontramos nenhum registro documental que comprovasse que essa atividade foi realmente implementada. Nos ativemos, assim, à análise sobre as políticas públicas de inclusão digital nas escolas, e as medidas instaladas no campo de governo eletrônico, sobre as quais trataremos adiante no desenvolvimento deste capítulo. Restou, assim, evidenciado o descaso ou o desconhecimento com que alguns gestores municipais ainda tratam o tema da inclusão digital no sentido de promover o desenvolvimento regional. Essa ausência de iniciativas revelou, também, a necessidade de estabelecer uma outra forma de abordar o problema da exclusão de comunidades onde o poder público ignora os programas governamentais à disposição de sua população.

Além das iniciativas existentes de inclusão digital nas escolas e da implantação de medidas básicas de governo eletrônico, em Guarapari, encontramos um único telecentro implantado por iniciativa da Prefeitura Municipal, segundo as diretrizes e programas do governo federal. Apesar de bem equipado e de sua instalação ter sido

feita em uma área onde há frequentes intervenções de inclusão social, entendemos que, considerando o porte do município, restou exposta a letargia do poder público municipal ao tratar o tema da inclusão digital como promotora da inclusão social. Não há previsão de instalação de outros telecentros e os estudos para instalação de pontos de acesso sem fio se restringem a áreas nobres da cidade, como a Praia do Morro, visando claramente o atendimento ao setor turístico da economia local. Além disso, o município goza das facilidades de estar inserido na região metropolitana ao já ter os prédios públicos conectados por meio de cabos de fibra óptica.

Em Serra, encontramos reproduzido o cenário da inclusão digital encontrado em Guarapari, agravado pelo fato do município ser o mais populoso da RMGV e objeto de estudo de amplas pesquisas em razão das muitas faces que a segregação social expõe na região. Um telecentro instalado em um Centro de Referência de Assistência Social, em Jardim Carapina, é a única iniciativa encontrada como ação do poder público municipal. O outro telecentro identificado, que conta com a participação da prefeitura e de outras entidades e empresas, é administrado por uma organização da sociedade civil e atende a um público específico de pequenos empreendedores. O único local onde foi encontrada a disponibilização de acesso sem fio à internet restringe-se ao prédio onde funciona o telecentro de Jardim Carapina. Ao pesquisar os programas nos quais o município se inscreveu, identificamos que sua inclusão não foi aprovada, ainda, no Programa Cidades Digitais do Governo Federal, o que impossibilita a implementação do seu projeto Cidade Digital. Não há, até o momento, outras iniciativas em estudo com financiamento federal.

No município de Viana, encontramos a evidência da força do envolvimento da população no sentido de respaldar a implementação de políticas públicas, por meio do empenho direto dos cidadãos na preparação do espaço que receberia a instalação do primeiro telecentro. Por outro lado, o mesmo episódio revelou a irregularidade no repasse de recursos que também atingiu o funcionamento dos telecentros de Vitória. A diferença entre os reflexos dessa descontinuação nos dois municípios também destaca a dificuldade dos municípios menores e mais afastados dos grandes centros em implementar políticas públicas que dependam do suporte direto das esferas governamentais superiores. De qualquer forma, foi identificado que os telecentros instalados em Viana estão localizados em regiões de menor IDH

no município e suas unidades ocupam espaços onde são promovidas outras atividades de inclusão social, conforme ditam as orientações nacionais e internacionais.

Em Vila Velha, a não ser pelo telecentro instalado na Biblioteca Municipal, que foi implantado por meio do Programa Kit Telecentros, os demais foram estabelecidos por meio do programa Serpro Cidadão, a partir da parceria firmada entre a Prefeitura Municipal e o Serpro. Também, com exceção do primeiro, os demais estão instalados em espaços localizados em regiões de baixo IDH e contam com outras atividades de inclusão social. Quanto à divulgação feita pela prefeitura de que o acesso à rede sem fio no prédio da administração municipal é uma política pública de inclusão digital, discordamos veementemente. Seu uso é limitado aos servidores e funcionários terceirizados que ali trabalham e que, para ter acesso à rede, têm que ser cadastrados pelo setor de tecnologia da prefeitura. O acesso disponibilizado aos visitantes também é restrito àqueles que ingressam no edifício a trabalho. Como o acesso não está disponível para os usuários dos serviços públicos ali instalados, sequer se pode dizer que é uma medida de compartilhamento de acesso à internet. Essa forma de utilização é meramente um uso regular da rede interna da prefeitura, que permite o acesso àqueles que ali estão a serviço, ou seja, trata-se de trivial política interna de liberação de uso da rede. De qualquer forma, essa divulgação aponta para uma grave ocorrência, que é o desconhecimento dos gestores da Prefeitura Municipal no que se refere ao conceito de inclusão digital, o que compromete negativamente a formulação e implantação de medidas corretivas da exclusão digital.

No campo da educação, na maior parte dos municípios do ES, a participação das Secretarias Municipais de Educação foi preponderante no sentido de atingir um elevado grau de inclusão das escolas situadas em seu território. Apesar de terem sido impelidos a agir inicialmente pelo governo federal, em seguida, tanto o governo estadual como a maioria das prefeituras se adequaram aos requisitos dos programas que suportam essa iniciativa e a viabilizaram. Nesse sentido, também é importante destacar o intenso trabalho de disseminação e apoio exercido pelos NTEs instalados no estado. Em relação ao estado, que tem 70% das escolas com computador conectado à internet e 53% delas já têm banda larga instalada, dos municípios da RMGV, apenas Fundão está abaixo da proporção estadual (Quadro

32) e Guarapari (Quadro 39) está próximo dela. Os demais municípios apresentam uma proporção muito acima da distribuição estadual (Quadros 18, 25, 46, 53 e 60). Destacamos que os municípios que menos implantaram medidas inclusivas nas escolas também são aqueles que menos se preocuparam com a disponibilização de pontos de acesso para a população, o que reforça o descompasso entre essas municipalidades no que se refere às políticas públicas de inclusão digital implantadas. Poder-se-ia imaginar que esses municípios apresentam um IDH ou aspectos socioeconômicos superior aos demais, mas não é o caso, como observamos no Capítulo 4. Pela lógica da exclusão digital diante da exclusão social, a primeira pode estar reforçando a segunda. Seguindo o caminho contrário, Viana, que possui, segundo o Censo de 2010, um IDH muito inferior a Fundão e Guarapari, está envidando intensos esforços no sentido de promover o desenvolvimento econômico e a inclusão social por meio da inclusão digital, haja vista as iniciativas de implementação de telecentros junto a espaços ocupados por cooperativas de trabalhadores e de formar uma nova geração incluída digitalmente em suas escolas. Apesar dessas críticas, devemos admitir que as iniciativas identificadas em todos os municípios capixabas superam a proporção nacional de escolas conectadas à internet (65%). Com relação à conexão por banda larga nas escolas, essa análise fica bastante comprometida em razão da sua distribuição no território nacional ainda ser muito heterogênea por questões de infraestrutura. O descumprimento de parte das metas do PNBL foi, inclusive, objeto de acordo com as operadoras no governo Dilma, em 2015.

Quando o governo federal iniciou o programa de governo eletrônico, seu objetivo era o de interligar as bases de informações dos diversos órgãos das esferas governamentais a fim de estabelecer uma fundação sólida para a modernização do aparelho estatal. Posteriormente, foi agregada ao programa a promoção da participação popular e da transparência governamental. Como citamos no Capítulo 3, esse processo foi potencializado com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, posteriormente, foi ampliado a partir da promulgação da lei de Acesso à Informação (LAI). Atualmente, a política de Governo Eletrônico do Estado Brasileiro segue um conjunto de diretrizes fundeadas em três eixos: a participação cidadã, a melhoria do gerenciamento interno do Estado e a integração com parceiros e fornecedores. Em 2015, todas as prefeituras do ES foram reprovadas no teste da

transparência realizado pelo Ministério Público Federal (MPF). Desde então, os sítios foram adequados e todos os municípios passaram a cumprir as determinações legais e a ter suas contas publicadas detalhadamente em seus sítios de transparência governamental. Os orçamentos estão devidamente divididos em planilhas e tabelas onde podem ser consultadas as receitas e despesas, a aquisição de serviços e materiais, gastos com a folha de pagamento, diárias e passagens, contratos e convênios, enfim, todas as prestações de contas previstas na LRF e na LAI. Quanto aos serviços prestados por meio de requisição *online*, eles também presentes, em maior ou menor grau, em todos os sítios municipais. Lembramos que não pretendemos neste capítulo estabelecer uma avaliação sobre a efetividade do governo eletrônico implantado nos municípios, pois isso extrapolaria o escopo originalmente definido para essa pesquisa. Deve-se, no entanto, destacar as ações das prefeituras de Vitória e de Cariacica ao investirem no desenvolvimento de aplicativos que propiciem mais um canal de comunicação entre o poder público e o cidadão. Fazemos, porém, uma crítica breve aos modelos implementados que visam a promoção da participação cidadã por meio da gestão participativa. Talvez pelos sítios terem sido traçados segundo um modelo inicial pré-definido pelo governo federal, apesar de alguns já apresentarem identidades visual e funcional distintas de sua versão original, eles ainda não apresentam informações efetivas sobre as formas com que o cidadão pode participar da gestão pública. Há, em todos, um canal de comunicação com a Ouvidoria do Município e estão disponíveis os endereços dos órgãos de controle externo, mas não há sequer uma cartilha que permita ao cidadão identificar seu papel nessa estrutura. O cidadão ainda é tratado como cliente dos serviços e não como ator das ações governamentais. Em todos os sítios municipais pesquisados, observamos que as atividades de publicidade e prestação de contas estão mais focadas no aspecto de ser propaganda da gestão. Os sítios, assim, apresentam ser muito mais instrumentos publicitários que propriamente de comunicação institucional.

Voltando nossa atenção à forma com que as políticas públicas de inclusão digital são tratadas nas municipalidades, constatamos a multiplicidade de compreensão de seu sentido. As gestões municipais as alocam em diferentes secretarias, conforme o entendimento do gestor. Desse modo, em Vitória, a inclusão digital, que já foi tratada pela Secretaria de Trabalho e Geração de Renda, hoje é objeto da Secretaria de

Turismo, Trabalho e Renda, que em muito explica a propagação de pontos de acesso sem fio, com a divulgação no sentido de, entre outros objetivos, oferecer apoio ao turista que visitar o município. Em Cariacica, é tema da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo; em Guarapari, da Secretaria de Trabalho, Assistência e Cidadania; em Serra, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; em Viana, da Secretaria de Defesa Social, em Vila Velha, da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável; e, em Fundão, não há definição de uma secretaria com essa incumbência. Essas constatações apontam para outros problemas além da falta de esclarecimento quanto ao que vem a ser a inclusão digital e a que ela se dedica. A alocação de telecentros em locais de IDH alto, como ocorre em Vitória, Viana e Vila Velha – nestas duas, considerando os telecentros localizados nas bibliotecas municipais – já foi razoavelmente explicada quando tratamos das instalações na capital capixaba, que podem estar focadas na participação cidadã na gestão pública. No entanto, o fato das abordagens ao tema da inclusão digital encontradas serem tão divergentes pode levar ao não atingimento da inclusão social pretendida e divulgada. O desconhecimento do gestor e de sua equipe ficou ainda mais evidenciado quando, ao levantarmos as iniciativas de Vila Velha, encontramos a divulgação da liberação de acesso à internet no prédio da Prefeitura somente àqueles que ali se encontram a trabalhar como medida de inclusão digital. Outro aspecto que nos chamou a atenção foi que, apesar dos espaços ocupados pelos telecentros serem utilizados para outras ações sociais – alguns, inclusive, estão alocados em Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) –, as Secretarias de Assistência Social, em geral, não estão envolvidas no desenvolvimento das políticas públicas de inclusão digital. É comum encontrar nas políticas públicas a fragmentação típica da administração burocrática. Dessa forma, nem sempre elas são integradas na forma de uma ação conjunta. Na prática, as ações tendem a se encontrar nas pontas dos serviços e, aí, sim, se completam pela atuação dos agentes finais, sem que essa interação fosse prevista pelos escalões superiores. Poucas foram as iniciativas planejadas em conjunto com outras secretarias, como ocorreu com as instalações na Casa Sol, em Cariacica, e no Ateliê Costurart, em Viana.

As políticas aplicadas no campo da educação estão alocadas nas Secretarias de Educação de cada município, diferentemente das de Governo Eletrônico e

Transparência, que estão dispersas entre secretarias de Administração ou nos Gabinetes ou em Secretarias de Transparência e Controle. Nesse caso, reafirmamos nossa compreensão de que o tema do governo eletrônico é tratado internamente pelas administrações como ações de governo no sentido de cumprir as determinações legais, e não propriamente de inclusão digital.

Uma característica recorrente das políticas públicas brasileiras e que encontramos em nossa pesquisa foi a descontinuidade e aqui nos referimos a duas vertentes. Primeiro, em função do seu abandono ou substituição de estratégias em razão da mudança na ocupação dos cargos de direção que se ocupam do andamento dessas políticas. Como Ruas (2009) afirma, “as políticas públicas são forte e diretamente afetadas pelas preferências, convicções, pelos compromissos políticos e pelas idiossincrasias pessoais diversas aos seus escalões mais elevados”. Apesar de a autora se referir principalmente aos formuladores de políticas em nível nacional, identificamos a mesma ocorrência na esfera municipal. A outra vertente da descontinuidade que identificamos refere-se à alta dependência que as políticas públicas de inclusão digital apresentaram quanto aos recursos de origem federal. O impacto da interrupção na transferência financeira comprometeu as iniciativas em Vitória, principalmente no que se refere à manutenção dos telecentros, mas foi muito mais danoso em Viana, o que revela a fragilidade da manutenção de políticas públicas em municípios menores e com menos recursos.

Outro aspecto comum das políticas públicas que encontramos, principalmente na área da inclusão digital nas escolas, é o de que as decisões e ações dos governos municipais foram pensadas e tomadas a partir da oferta dos programas e não propriamente a partir das necessidades. Assim, tendo em vista a disponibilidade dos programas e das redes de acesso privadas, buscou-se atender primeiramente as escolas situadas em zona urbana, e não aquelas localizadas em zona rural ou em regiões vulneráveis, que são muito mais carentes em termos de inclusão tecnológica. De qualquer forma, a origem desse distanciamento das diretrizes federais repousa no próprio Governo Federal que, em 2008, ao lançar o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE) acordou com as operadoras de telefonia fixa o compromisso de conectar todas as escolas públicas urbanas à internet, incluindo a manutenção dos serviços sem ônus até 2025.

A disparidade do número de iniciativas encontrados nos municípios também se mostrou patente em nosso estudo. Ao considerar a região metropolitana, Vitória apresenta um número muito superior de iniciativas em relação aos seus vizinhos, apesar de possuir um IDH muito superior a eles. Devemos considerar, obviamente, que esse resultado é oriundo da proximidade física entre o governos municipal e a sede do governo estadual e, conseqüentemente, dos seus aparelhos administrativos. Assim, Vitória usufrui diretamente das facilidades da infraestrutura implantada pelo governo estadual. No entanto, a partir dos dados apresentados no Capítulo 4, identificamos que a capital não se destaca dos demais municípios em termos territoriais ou populacionais, o que expõe a polinucleação da região metropolitana. Desta forma, a formulação e execução de políticas e ações públicas merecem uma reflexão adicional. Ao longo do tempo, as evoluções populacional e de indicadores de cada município manteve uma proporção na RMGV, o que pode significar que ela se comporta como uma única cidade em que os municípios formam regiões com maior ou menor grau de desenvolvimento socioeconômico. Retomamos essa discussão porque a infraestrutura de comunicações não pode ser considerada uma justificativa para a proeminência de iniciativas em Vitória, uma vez que o governo estadual promoveu sua expansão para toda a região metropolitana. Além disso, como também já apresentamos no Capítulo 4, os espaços metropolitanos oferecerem, em linhas gerais, melhores condições de acesso a saúde, saneamento, etc, o que se poderia estender às políticas públicas de inclusão digital e social. Assim, entendemos que a desproporção entre as iniciativas encontradas nos municípios se funda em duas causas principais: a insciência dos gestores municipais sobre a exclusão digital e a falta de formação de um pacto voltado às políticas públicas de inclusão aplicadas em nível de região metropolitana, assim como já ocorre com aquelas voltadas à mobilidade urbana e ao manejo de resíduos sólidos.

Durante o desenvolvimento deste estudo, tivemos acesso ao Acórdão 2.151/2015, do TCU, referente ao levantamento das políticas públicas e programas de inclusão digital do Governo Federal e ao estabelecimento de diretrizes para o controle externo sobre elas. O relatório que sustenta o acórdão corrobora uma grande parte das considerações que aqui tecemos e reforça a não existência de “uma política pública única e integrada, pois os diversos programas de inclusão identificados coexistem de forma independente e desarticulada”. Apesar do controle interno

pretendido sobre as políticas públicas ser compartilhado entre estados e municípios, inclusive em termos de avaliação de sua efetividade, na verdade, o único controle efetivo que encontramos refere-se à aplicação de recursos orçamentários e ao preenchimento de relatórios estatísticos sobre as intervenções. Sobre esses últimos, somos levados a questionar a fidelidade de seus conteúdos, haja vista a ausência ou insuficiência de registro de tipologia de usuários e de usos dos telecentros e dos pontos de acesso sem fio, conforme relatamos em alguns municípios. Além disso, essa insuficiência de informações compromete a avaliação das políticas públicas, que possibilitaria a necessária readequação das práticas e da própria política, conforme tratamos anteriormente neste trabalho. Em consonância com essa constatação, Medeiros Neto (2012) já apontava sinais de que os relatórios costumeiros de acompanhamento de gestão estavam defasados, correndo o risco de comprometerem os resultados das políticas públicas. O cenário não mudou desde então. Quanto à desarticulação apontada no acórdão do TCU, devemos lembrar que a adesão das instituições locais a um programa federal deveria partir do cálculo que realizam quanto aos custos e benefícios prováveis, bem como à capacidade própria com a qual contam para desempenhar a mesma tarefa isoladamente. Da mesma forma, para obter a adesão dos entes federados, o governo federal deveria planejar políticas capazes de induzir a transferência de atribuições desejada. Em um contexto de grandes diferenças regionais e de uma grande quantidade de municípios frágeis, isso significa trabalhar com capacidades administrativas e fiscais distintas. Os custos operacionais da adesão deveriam ser levados em consideração, bem como as articulações locais, que variam de acordo com a política pública em questão. As estratégias de indução são bem-sucedidas quando os custos são reduzidos ou quando trazem benefícios ao nível de governo ou instituição que assumirá a gestão local do programa (Mori, 2011). Isso significa que municípios em condições propícias para a gestão de políticas de inclusão digital, por exemplo, podem não demandar incentivos para assumi-las, como ocorreu em Vitória. Mesmo assim, a desarticulação entre esferas governamentais refletiu na instalação de telecentros em áreas de concentração de maior renda da capital capixaba, embora as determinações federais definam que a implantação das políticas públicas de inclusão digital devem priorizar locais com maior concentração de excluídos. O próprio processo de inscrição nas políticas públicas favorece o isolamento municipal dessas políticas, uma vez que demanda que a prefeitura se cadastre nos programas. Assim, se não houver o

interesse do gestor, as políticas públicas elaboradas pelo governo federal se tornam inócuas. Além disso, como a realidade da maior parte dos municípios brasileiros é a de ter baixa capacidade econômica, dependência em relação a transferências fiscais da União e dos fundos de participação e fraca tradição administrativa, para o sucesso da descentralização, são fundamentais as estratégias continuadas de indução que compensem esses obstáculos, como ocorreu em 1997, com a determinação federal da criação do Projeto Estadual de Informatização das escolas públicas. Entendemos ser essa uma necessidade para o caso dos demais municípios da RMGV.

O último aspecto sobre o qual repousa nossa análise refere-se, também, não somente às políticas públicas de inclusão digital na RMGV, mas no Brasil, e trata dos indicadores utilizados para aferir a exclusão digital. Vimos, nos Capítulos 2 e 3 que o IDH é utilizado para estabelecer o quadro de exclusão social e, também, como diretriz para a instalação de ações de inclusão digital pelo governo federal brasileiro, como nos casos dos programas Telecentros.BR, Casa Brasil e Gesac. Vimos, também, que os relatórios da FGV e da CETIC.BR utilizam as porcentagens de domicílios que possuem computador e daqueles que possuem acesso à internet para avaliar o grau de inclusão digital dos municípios. Nesse sentido, a FGV lançou, em 2013, o Mapa da Inclusão Digital, onde apresentou o *ranking* dos municípios brasileiros, dos quais destacamos o estado do Espírito Santo no ANEXO E. Vitória foi considerada a segunda cidade mais incluída digitalmente do país, posicionada atrás, somente, de São Caetano do Sul (SP). Vila Velha, Serra, Cariacica, Guarapari, Viana e Fundão ficaram, respectivamente, nas 20^a, 222^a, 350^a, 754^a, 1197^a e 1311^a posições nacionais. No estado, estão na 2^a, 3^a, 6^a, 11^a, 18^a e 23^a posições. Dutt-Ross, Fernandes e Pires (2006), em um estudo sobre a política de inclusão digital, admitem que existe uma alta correlação - mais de 70% - entre índice de desenvolvimento humano (IDH) e a porcentagem de pessoas que vivem em domicílios com computador (%CPU) considerando a escala nacional. Porém, ao observarem essas duas mesmas variáveis nas regiões Norte e Sudeste do país, essa correlação entre IDH e %CPU caiu substancialmente. Os autores apontaram, também, que a aproximação a grandes metrópoles pode ser um fator mais influente para o uso do %CPU e que o IDH não é uma solução adequada para a comparação e monitoramento de outras dimensões do desenvolvimento, como no caso do

desenvolvimento tecnológico. O relatório da FGV reproduziu o entendimento da comunidade científica até 2012 e, talvez, até hoje, em algumas de suas áreas do conhecimento. Em nível nacional, os institutos de pesquisa ainda entendem que a avaliação da PNAD, que aponta o uso do computador com internet e, atualmente, a posse de *tablet* e de *smartphone* associada a cobertura de rede sem fio é suficiente para a determinação do grau de inclusão digital. Constatamos, ao realizar esta pesquisa, que esse não é o entendimento global. O Plano de Ação da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), em 2003 e 2005, condensou o entendimento mundial de que a inclusão digital - compreendida como o processo de inserção do indivíduo na Sociedade da Informação - se dá por meio do tripé TICs, renda e educação. Dessa forma, qualquer programa ou ação de inclusão digital que não esteja alinhado com uma adequada distribuição de renda e acesso à educação fracassará ou acontecerá de forma incompleta. Se levamos essa informação à análise específica do município de Vitória, cujo IDHM foi divulgado recentemente como o melhor do Brasil, encontramos uma contradição no sentido de considerar tão exitosas suas iniciativas no campo da inclusão digital a ponto de ter recebido tantos destaques em nível nacional (ANEXO F). Apesar da evolução do IDHM que a colocou em posição privilegiada no ranking nacional ter-se dado principalmente em função do aumento da dimensão da renda, a dimensão da educação foi a que menos contribuiu. Agrava essa condição o fato do índice de Gini ter apontado um crescimento da desigualdade social, da mesma forma que aumentou a amplitude da diferença entre os rendimentos nominais médio e mediano dos domicílios, conforme apresentamos no capítulo 4. Além disso, as barreiras ao acesso à internet apontadas em estudos internacionais - a disponibilidade, a acessibilidade, a relevância e a preparação, conforme vimos no capítulo 2 - não podem ser medidas completamente pelo IDH, nem pela porcentagem de domicílios conectados à internet. Da mesma forma, esse indicadores não permitem estabelecer o atingimento das três instâncias que as políticas públicas devem alcançar: o acesso, a alfabetização digital e a apropriação das tecnologias, conforme expusemos no capítulo 3.

Enfim, com base na delimitação estabelecida no Capítulo 2, quanto ao excluído digitalmente ser tratado como o indivíduo que não tem acesso à internet, e, mesmo o tendo, não faz uso dela por não ter capacidade ou conhecimento para tanto, encerramos a análise sobre as políticas públicas implantadas nos municípios que

compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória, admitindo que não se sabe, ainda, em que medida o investimento praticado nos municípios contribuiu para a elevação dos níveis de escolaridade, de alfabetização funcional e informacional, de práticas de cidadania e de geração de renda das comunidades atendidas. Esse é um aspecto que deveria permear as discussões dos modelos de políticas públicas a serem implantadas. Em nível nacional, pouco tem sido discutido a respeito do estabelecimento de políticas públicas de inclusão digital que fortaleçam parcerias público-privadas, como propõem os organismos internacionais. Da mesma forma, poucas são as produções científicas, no país, no sentido de avaliar o vínculo entre a inclusão digital e a inclusão social, a partir de resultados efetivamente medidos. Estudiosos de muitos países já concluíram que, à medida que as limitações de infraestrutura de acesso vão sendo superadas, novos desafios, mais humanos, vão se tornando a maior causa da exclusão digital. São eles, por exemplo, a possibilidade de acesso e a falta de habilidades para utilizar esse meio de comunicação (Economist Intelligence Unit, 2013). Com foco nos resultados da pesquisa, percebemos que, até hoje, os dados utilizados para avaliar a inclusão digital fazem referência meramente a aspectos de infraestrutura disponível aos excluídos – sem aferir e qualificar efetivamente o acesso – e ignoram a necessidade de eles serem alfabetizados digitalmente e de se apropriarem das tecnologias.

Foram identificados também, na pesquisa, estudos que visam compreender e avaliar o impacto das TICs no desenvolvimento econômico e social das comunidades. No entanto, pouco há publicado sobre as metodologias que podem avaliar esse impacto e definir o quanto se pode alcançar de inclusão social por meio da inclusão digital. Há uma carência de modelos que possam embasar um real diagnóstico da exclusão digital e, mais ainda, da definição de indicadores eficazes para avaliar o resultado das medidas de inclusão social alcançadas. É de comum acordo entre os estudiosos que a inclusão digital não se resume a enfrentar o apartamento tecnológico dos excluídos. Isso tem que ser tratado, mas não é suficiente. A alfabetização digital caminha junto com o aparelhamento tecnológico, pois ela proporciona a habilidade imprescindível para ler a realidade e dela dar minimamente conta. Não há uma solução única para tratar a exclusão digital, mas o que se observou é que, há muito tempo, o foco foi dirigido a corrigir o problema da infraestrutura do acesso à

informação. Em muitos lugares, como Vitória, esse problema já está superado. A atenção deve, então, ser voltada para o fator humano.

Talvez, a maior falha identificada nas políticas públicas implantadas aponta para a não observância do objetivo a ser tratado, que não deve ser somente de eliminar a exclusão digital, mas, também, de promover a inclusão social. Assim, torna-se importante proporcionar a alfabetização e a educação digitais com foco no resgate da cidadania. Nesse sentido, a implantação de telecentros e a disponibilização do acesso por banda larga sem fio em comunidades carentes podem ser instrumentos poderosos para o desenvolvimento social, desde que sejam seguidos de medidas de capacitação dos usuários em cultura cidadã. Conforme afirma BAGGIO (2005), sem essas medidas, não é possível afirmar que as pessoas atingidas por essas políticas públicas de inclusão digital foram efetivamente incluídas. Percebe-se, nos municípios da RMGV, que as iniciativas públicas ou privadas têm características próprias e independentes, refletindo um entendimento não consensual de inclusão digital pelos gestores municipais. Entendemos que esse aspecto decorre das múltiplas abordagens das políticas públicas a tratarem da exclusão digital no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta dissertação argumentando que o grande avanço tecnológico ocorrido do final do século XX até hoje, em especial a internet, provocaram profundas mudanças estruturais na sociedade e ensejaram debates e estudos. As tecnologias mostraram ser um meio de aproximação entre povos e pessoas, de modo que barreiras geográficas e sociais foram rompidas. Esse novo arranjo estimulou os indivíduos a desenvolverem um modo de pensar global, dada a fluidez e a falta de limites com que a informação passou a correr. Nesse novo formato de sociedade, o capitalismo também se reconfigurou além do fenômeno da globalização e a informação tornou-se um capital essencial para a movimentação social. Desse movimento emergiu um conceito que tentava explicar e justificar os fenômenos sociais que começaram a surgir a partir do acesso irrestrito, universal, global e total à informação: a Sociedade da Informação. A própria Sociedade da Informação foi levada a uma evolução a partir das interações e colaborações entre os países, as organizações e os indivíduos, que passaram a discutir questões, refletir sobre elas, ensinando e aprendendo, uns com os outros, em todas as áreas de conhecimento. Aflorava, então, a Sociedade da Informação e do Conhecimento. Para participar dessa sociedade, já não basta ter acesso ao dicionário gigante de informações. É preciso que ele faça sentido.

Assim, embora a sociedade esteja em constante processo de adaptação à velocidade e diversidade dos conteúdos transmitidos, só participam desse processo os indivíduos que podem pagar o preço por todo este serviço. Em um mundo, em que a igualdade fosse a regra, isso não seria um grande problema, pois seria uma questão que envolveria somente escolhas sobre prioridades. No entanto, não vivemos em Shangri-La. A pobreza, a desigualdade e a exclusão social são condições com as quais convivemos diariamente e, nesse contexto da Sociedade da Informação e do Conhecimento, apenas uma minoria privilegiada pode usufruir dessa globalização, acentuando um abismo social já existente. Identificado o fenômeno da exclusão digital, alguns países e organismos internacionais começaram a buscar formas de tratá-lo, por meio de intervenções de inclusão digital.

É nesse cenário que estabelecemos este trabalho. A partir da identificação das iniciativas municipais de inclusão digital implantadas nos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, nos propusemos a realizar uma análise sobre as próprias políticas públicas de inclusão digital, considerando a bibliografia correlata ao tema e as motivações governamentais a partir das quais elas se formaram e que, em última instância, utilizaram como justificativa a busca da inclusão social. Para isso, necessitávamos firmar conceitos e estabelecer semelhanças e diferenças entre as exclusões social e digital, a fim de assentar critérios e limites para o exame proposto. Também se fez importante conhecer o cenário em que a exclusão digital se formou e quais foram as medidas adotadas para corrigi-la, global e nacionalmente. No que se refere à revisão de literatura, procuramos pontos de vista e estudos sobre os conceitos que fundamentariam nossa pesquisa, a partir de parâmetros como: sociedade da informação; sociedade da informação e do conhecimento; políticas públicas; inclusão digital; exclusão digital; ciberespaço; cibercultura; inclusão digital no Brasil; e exclusão social e exclusão digital no contexto da sociedade atual.

Nem sempre encadeadas, apesar de comumente combinadas nos discursos, as concepções de inclusão digital e inclusão social implicam um debate conceitual cujo fundo está diretamente relacionado ao projeto de sociedade que se forma em um jogo político que governos de diversos países, em distintas regiões, se dispõem a empreender nas áreas de formulação, visibilidade e sustentabilidade de políticas públicas. No campo social, as ações necessárias para a inclusão envolvem diversas áreas, como saúde, educação, habitação, saneamento básico, etc. Oferecer saúde à população não se resume a oferecer determinados tipos de medicamentos ou médicos, pautados numa única concepção de saúde ou corpo, mas, sim, requer possibilitar o acesso ao sistema de saúde oferecido pelo Estado. O mesmo pode ser dito da escola em relação ao processo educacional e das moradias em relação ao sistema habitacional. Incluir, da perspectiva tecnológica, envolve assimilar o discurso da tecnologia e não apenas os comandos de determinados programas para a execução de determinados fins. Tampouco se resume a ensinar a utilizar um editor de textos ou um *software* de navegação na internet e nem mesmo poderia ser tratado meramente como qualificação das pessoas para o mundo do trabalho. Incluir digitalmente é garantir o acesso às tecnologias, mas também desenvolver a capacidade de identificar a importância e as finalidades da tecnologia digital, o que

traz em si uma perspectiva de alfabetização digital, de conhecimento de políticas públicas e de construção de cidadania.

Em nosso estudo, identificamos que, apesar dos avanços obtidos nas duas últimas décadas, persiste a ignorância dos gestores públicos quanto ao conceito de inclusão digital em seu sentido mais amplo, que proporcione uma dimensão social e política para o papel que a tecnologia representa para a sociedade. Este processo implicaria uma reorientação estratégica de posicionamento em relação ao que costumeiramente constitui o propósito dos projetos de inclusão digital, pois, em vez de ser apresentada a um conhecimento já acabado sobre o que a tecnologia digital possibilita, a sociedade – e os recém-incluídos digitalmente – por si só deveria manifestar suas demandas em relação aos benefícios que as tecnologias podem proporcionar, tornando todos, assim, sujeitos do processo de inclusão digital, afirmando sua cultura e, por conseguinte, sua cidadania. O desconhecimento não se restringe aos chefes dos poderes públicos municipais, mas também atinge os agentes das ações. Durante a pesquisa, tivemos que nos mantermos atentos ao fato de estamos tratando estritamente das iniciativas do poder público municipal. Fazemos essa observação em razão de termos sido informados, por exemplo, no próprio telecentro de Guarapari, que a cidade dispõe de outras iniciativas com fim semelhante, como a do Sine-Guarapari, do Ministério do Trabalho, que disponibiliza, inclusive, cursos de qualificação em informática. Não se tratam, no entanto, de iniciativas que tenham suporte das políticas públicas de inclusão digital delineadas como tal nas esferas governamentais superiores e não poderíamos incluí-las em nosso estudo. Outra fragilidade com a qual nos deparamos é que, quando os programas não são bem planejados, eles não se tornam sustentáveis, os problemas aparecem e demoram a ser solucionados, como ocorreu na interrupção do funcionamento dos telecentros de Vitória e na sua primeira implantação em Viana, quando os recursos demoraram a ser enviados e repassados. Acreditamos que muito desses equívocos se funda na própria dispersão do tema entre diversos órgãos do Governo Federal, com diferentes visões e ações sobre a inclusão digital. A Secretaria de Inclusão Digital, implantada no Governo Dilma Rousseff, pretendia agregar os programas dispersos, mas não mostrou a que veio. Enquanto o presente trabalho estava sendo elaborado, ela foi extinta pelo então Ministro das Comunicações, André Figueiredo, e, antes que encerrasse o prazo para sua

extinção, ocorreu o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e a posse do governo de Michel Temer. Assim, a Secretaria continua existindo, embora não apareça no organograma do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). E além disso, o então Ministro do MCTIC, Gilberto Kassab, demonstrou interesse em recriar a Secretaria de Inclusão Digital, uma vez que foi nomeado, no dia 13 de julho de 2016, Vladimir Detlinger Ilkiw para o cargo de assessor técnico da “Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações”, apesar deste Ministério ter sido extinto e incorporado ao MCTIC. A reorganização da estrutura administrativa promovida por Michel Temer levou os programas de telecentros para a Secretaria de Telecomunicações do (MCTIC). Seu Diretor de Inclusão Digital, Américo Bernardes, foi chefe do Departamento de Infraestrutura da Secretaria no Governo Dilma e responde, ainda, pela coordenação do Programa Cidades Digitais. Assim, apesar do momento altamente instável política e economicamente que vivemos atualmente no Brasil, acreditamos que o processo de integração das políticas públicas de inclusão digital está em andamento.

O estudo das iniciativas aqui realizado demonstrou a necessidade de aperfeiçoar a capacidade do Estado brasileiro para lidar com a desigualdade brasileira entre seus entes federativos e entre os municípios que os compõem, para os quais a lógica burocrática tende a se fechar e reflete nas políticas públicas implantadas. A reforçar esse raciocínio, retomamos a informação obtida por meio da PNAD/IBGE de que, no Brasil, o acesso em 2013 das pessoas residentes em domicílios com renda inferior a um quarto do salário-mínimo apresentam um nível de acesso à internet comparável à média nacional em 2008. Esse atraso de cinco anos em termos de acesso às tecnologias tem muita expressividade, pois aumenta ainda mais o desafio do Estado em lidar com a cultura da internet, que é não apenas informal e participativa, como afirma Castells (2009), mas também fluida, acelerada e reticular. Alertamos, assim, que a defasagem identificada, internacionalmente chamada de *digital gap*, aponta para uma exclusão digital que os instrumentos atualmente utilizados no Brasil não detectam.

Com o objetivo de propiciar o controle externo das ações de inclusão digital, o Governo Federal lançou duas iniciativas para permitir o monitoramento e a avaliação dos programas, o "Observatório Nacional de Inclusão Digital" e o portal "Inclusão Digital" que, por dependerem da atualização espontânea pelos gestores locais, não

alcançaram sucesso na avaliação qualitativa ou quantitativa por parte do Estado. A primeira foi descontinuada ao final de 2015 e a segunda, apesar de ativa, expõe resultados muito defasados. A falta de informação é um dos reflexos da ausência de coordenação entre os programas que, apesar de terem diretrizes bem claras, não estabelecem, em sua maioria, um comando central efetivo e, quando o tem, está diluído entre diversos órgãos. Nessa mesma direção apontou o Tribunal de Contas da União ao proferir que, quando há diversas áreas de governo envolvidas, a formulação da política exige forte coordenação e integração entre os segmentos governamentais relevantes.

O trabalho aqui apresentado deixa como legado alguns pontos que podem ser indicados para estudos futuros. Entendemos ser necessário ampliar o estudo empreendido sobre as políticas públicas de inclusão digital dos municípios da RMGV, estendendo-a a outros municípios e ao nível nacional, a fim de alcançar maior representatividade para a pesquisa. Além disso, mostraram-se necessários o estudo e a elaboração de propostas de modelagem para o diagnóstico e o tratamento da exclusão digital com foco na redução da exclusão social, criando indicadores objetivos de diagnóstico e de resultados, a fim de embasar a criação ou adequação de futuras intervenções de inclusão digital, seguindo, talvez, o mesmo caminho das tentativas de formação de indicadores sobre a gestão participativa e a transparência governamental, as quais se encontram disponíveis nos Bancos de teses e dissertações e nos portais de periódicos, como Capes, IBICT, Fiocruz e FGV.

Além disso, ao desenvolver a pesquisa, alguns obstáculos foram encontrados e decidimos destacá-los a fim de manter seu registro para lastrear eventuais expansões do trabalho:

- escassez de produção científica nacional: uma das dificuldades encontradas no desenvolvimento da pesquisa se deu em razão do reduzido número de trabalhos sobre políticas públicas com foco no estudo específico da Gestão Pública da Inclusão Digital e seu arcabouço teórico (APÊNDICE B);
- interrupção do fornecimento dos serviços: no período em que efetivamente ocorreu a pesquisa, identificamos o fechamento de muitos telecentros na região estudada, em razão da interrupção do repasse de recursos públicos e

pelo vencimento dos contratos com os funcionários terceirizados que mantinham em funcionamento as unidades de atendimento, o que impediu que se realizasse uma pesquisa extensa quanto aos usuários, sua tipologia e seus hábitos de uso;

- dificuldade de acesso a algumas prefeituras e suas secretarias: em algumas prefeituras, ao tentar obter informações sobre ações do poder público no sentido de promover a inclusão digital, conseguimos pouca ou nenhuma resposta. Nesses casos, recorremos ao acesso aos documentos disponíveis nos sítios das prefeituras e do governo estadual e às contas públicas federais, estaduais e municipais, por meio dos sítios de transparência governamental, para identificar eventuais repasses de recursos, o que foi plenamente profícuo. Pretendíamos, também, identificar apoios que se dessem na forma de alocação de servidores na sustentação das iniciativas realizadas em parcerias com empresas públicas ou privadas ou com organizações da sociedade civil. Visitamos as iniciativas divulgadas nos sítios federais, estaduais e municipais e não encontramos esse tipo de incidente – as parcerias. Outra medida que nos permitiu superar essas limitações foi realizada por meio do acompanhamento do Sistema Integrado de Monitoramento, do Ministério das Comunicações, a partir do qual é possível observar o funcionamento dos telecentros que atenderam aos requisitos de sua implantação e cujo acesso se dá por meio do endereço constante no APÊNDICE A.

No caminho para o encerramento do texto, mas longe de encerrar a discussão sobre o assunto, retomamos um paradoxo que permeou todo esta pesquisa. Boa parte dos estudos acadêmicos têm-se debruçado sobre os fenômenos surgidos na Era Digital da Sociedade da Informação e do Conhecimento, como o ativismo digital, a influência das redes sociais nos movimentos políticos, a Sociedade Midiática, a Cibercultura dentre tantos outros temas importantíssimos para compreendermos o mundo em que vivemos. Mas não podemos e nem devemos nos esquecer dos excluídos desse espaço. Precisamos lembrar, principalmente, que os resultados das políticas públicas de inclusão digital não repousam nas tecnologias. Os verdadeiros resultados são as pessoas.

Referências

ALVARENGA, Livia Villas-Boas. A focalização e universalização na política social brasileira: opostos e complementares. CEDE, Textos para Discussão, n. 56, out. 2011.

ANGELIN, Simone Ferreira Naves. Políticas públicas de inclusão digital no litoral do Paraná. 2015. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

BAGGIO, Rodrigo. Mapa da Exclusão Digital. Disponível em <<http://www.cps.fgv.br/cps/bd/MID/inicio.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BALBONI, Mariana. Por detrás da inclusão digital. Uma reflexão sobre o consumo e a produção de informações em centros de acesso público à internet no Brasil. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação e Artes - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BANCO MUNDIAL. Digital Dividends. Disponível em: < <http://documents.worldbank.org/curated/en/896971468194972881/pdf/102725-PUB-Replacement-PUBLIC.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

_____. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001: Luta contra a pobreza – panorama geral. Washigton, DC: Oxford University Press, 2001.

BENEVIDES, Maria Victoria. A questão social no Brasil – os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais. São Paulo: Videtur, 2001.

BISSET ALVAREZ, Edgar; CARVALHO, Angela Maria Grossi de; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Políticas públicas de inclusão digital: El caso de América Latina y Cuba. *Biblios - Journal of Librarianship and Information Science*, Lima, n. 58, p. 42-53, 2015.

BONILLA, Maria Helena Silveira; OLIVEIRA, Paulo Cezar Souza de. Inclusão digital: ambiguidades em curso. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca (Org.). Inclusão digital : polêmica contemporânea. Salvador, EDUFBA, 2011. p. 23-48.

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca (Org.). Inclusão digital : polêmica contemporânea. Salvador, EDUFBA, 2011.

BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, Presidência da República, 1995.

_____. Governo Eletrônico. Disponível em <<https://www.governoeletronico.gov.br/egd/documentos>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 06 jul. 2016.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 06 jul. 2016.

_____. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - Marco Civil da Internet no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 06 jul. 2016.

_____. Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LC%20n%C2%BA%20799.htm>. Acesso em: 05 ago. 2016.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Livro Branco : Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília : Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

_____. Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira. Secretaria de Política Econômica. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/relatorio-sobre-a-distribuicao-da-renda-e-da-riqueza-da-populacao-brasileira/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

BUARQUE, Cristovam. O que é apartação: o apartheid social no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BÜCHI, Moritz; JUST, Natascha; LATZER, Michael. Modeling the Second-Level Digital Divide: A Five-Country Study of Social Differences in Internet Use. *New Media & Society*, v.18, n. 11, p. 2703-2722, 2015.

CABRAL, Adilson. Sete pontos: para concretizar a sociedade do conhecimento. *Informativo Eletrônico Sete Pontos*, v. 37, agosto de 2006. Disponível em <<http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

CÂMARA, Mauro A. Inclusão digital via telecentros: um estudo de caso em Belo Horizonte. In: Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, 5., 2005, Salvador. Anais eletrônico V ENLEPICC. Salvador, 2005.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. A Política de Governo Eletrônico: Um Estudo Sobre o Portal Brasil. In: IV Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD (EnAPG), 2010, Vitória, 2010. Anais... Vitória, 2010.

CARVALHO, Angela Maria Grossi de. Apropriação da informação: um olhar sobre as políticas públicas sociais de inclusão digital. 2010. 169 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. A sociedade em rede. A era da Informação: economia, sociedade e cultura. Tradução de Roneide Venancio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. v. 1.

_____. O Poder da Comunicação. Tradução: Vera Lucia Mello Josccelyne, São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. La Nueva Revolucion Digital: de la internet del consumo a la internet de la produccion 2016. Santiago: 2016.

DAGNINO, Renato. Metodologia de análise de políticas públicas. In: DAGNINO, Renato; Gomes, Erasmo; COSTA, Greiner; STEFANUTO, Giancarlo; MENEGHEL, Stela; SCALCO, Tatiana. Gestão estratégica da inovação: metodologias para análise e implementação, Taubaté, Cabral Universitária, 2002.

DANTAS, Marcos. A Lógica do Capital Informação – a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DARELLI, Lúcio Eduardo. Telecentro Como Instrumento de Inclusão Digital para o E-Gov Brasileiro. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2002.

DEMO, Pedro. Inclusão Digital – Cada vez mais no centro da Inclusão Social. Inclusão Social, Brasília, v.1, n.1, p.36-38, out./mar., 2005

_____. Marginalização Digital: Digital divide. In: Boletim Técnico do Senac, v. 33, n. 2, mai.-ago., 2007.

DERTOUZOUS, Michael Leonidas. O que será: como o novo mundo da informação transformará as nossas vidas; tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DOLAN, Jennifer E. Splicing the Divide: A Review of Research on the Evolving Digital Divide Among K–12 Students. Journal of Research on Technology in Education, v. 48, n. 1, p.16–37, 2016.

DOWBOR, Ladislau. Economia da informação. São Paulo: Vozes, 2001.

DUTT-ROSS, Steven; FERNANDES, Janaina; PIRES, Leonardo. A Utilização do IDH para Políticas de Inclusão Digital nos Municípios Brasileiros: Conceitos Metodológicos e Legitimidade desse Critério. In: XXX Encontro da ANPAD, Salvador, 2006.

ESPÍRITO SANTO. Lei complementar nº 799/2015. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LC%20n%C2%BA%20799.htm>. Acesso em: 05 set. 2016.

FACEBOOK. State of Connectivity 2015: A Report on Global Internet Access. Disponível em <<http://newsroom.fb.com/news/2016/02/state-of-connectivity-2015-a-report-on-global-internet-access/>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

FEIJÓ, Maria Cristina; ASSIS, Simone Gonçalves de. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. Estudos de Psicologia, v.9, n.1, setembro de 2004. Disponível em <<http://scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22391.pdf>>. Acesso em 17 mar. 2016.

FONSECA, Fátima. O Brasil está mais digital – Índice Brasil de Cidades Digitais 2012. Disponível em <<http://wirelessmundi.inf.br/indice-edicao-n-9/903-capa>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Análise de conteúdo. 2. ed., Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Mapa da exclusão digital. Coordenação: Marcelo Cortes Néri. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2003.

_____. Mapa da Inclusão digital. Coordenação: Marcelo Cortes Néri. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GOUVEIA, Luis Borges. (Org). Cidades e regiões digitais: impacto nas cidades e nas pessoas. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2003.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil. In: NOLETO, Marlova Jovchelovitch; WERTHEIN, Jorge (Org.). Pobreza e Desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social, Brasília, Unesco, 2003. p. 63-68.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2010.shtm>. Acesso em 25 jan. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Mapa de inclusão digital no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. Comunicados do IPEA. n. 58, 2010a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. Pobreza, desigualdade e políticas públicas. Comunicados da presidência n.38, 2010b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2016.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE. Programa Banda Larga nas Escolas/ Estudo sobre os resultados do PBLE. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <<http://itsrio.org/wp-content/uploads/2016/01/Estudo-PBLE-Anatel.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Projeto Casa Brasil vai integrar o observatório de inclusão digital. Disponível em: <<http://www.it.gov.br/noticias/iti-na-midia/607-telecentro-leva-inclusao-digital-a-populacao-de-baixa-renda>>. Acesso em: 26 set. 2016.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. Internet Facts and Figures 2016. Disponível em <<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/facts/default.aspx>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

INTERNET WORLD STATS. Usage and Population Statistics. Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

KELLER, James. Public access issues: An introduction. In B. Kahin, & J. Keller (Eds.), Public access to the Internet. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995

LEMOS, André. Cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LEMOS, José de Jesus Sousa. Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre / José de Jesus Sousa Lemos. – 3. ed. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

LIPTROTT, Mark. Tackling the Digital Divide: The Shift from Access to Capacity. International Journal of Public Administration in the Digital Age, v. 3, n. 1, p.70–84. jan.-mar. 2016.

LIRA, Pablo Silva; OLIVEIRA JUNIOR, Adilson Pereira de; MONTEIRO, Latussa Laranja. Vitória: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

MACADAR, Marie Anne; REINHARD, Nicolau. Telecentros comunitários possibilitando a inclusão digital: um estudo de caso comparativo de iniciativas brasileiras. In: XXVI Encontro da ANPAD, Salvador, 2002.

MALHOTRA, Naresh k. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookmam, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Democracia on-Line e o problema da Exclusão Digital. Intexto, n. 30, Porto Alegre, UFRGS, p. 93-113, 2014.

MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MCCONNAUGHEY, J. (2001). Taking the measure of the digital divide: Net effects of research and policy (summarizing results of the US Department of Commerce, 2000). In: Web Workshop, Department of Sociology, University of Maryland. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.84.9229&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

MEDEIROS NETO, Benedito. Avaliação dos impactos dos processos de inclusão digital e informacional nos usuários de programas e projetos no Brasil. 2012. xvii, 222 f., il. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MORI, Cristina Kiomi. Políticas públicas para inclusão digital no Brasil: aspectos institucionais e efetividade em iniciativas federais de disseminação de telecentros no período 2000-2010. 351 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MOSSBERGER, Karen et all. Virtual inequality: beyond the digital divide. Washington: Georgetown University Press, 2003.

NEMER, David. From Digital Divide to Digital Inclusion and Beyond. The Journal of Community Informatics, v. 11, n.1, 2015.

NOVO-CORTI, Isabel; BARREIRO-GEN, María. Public Policies Based on Social Networks for the Introduction of Technology at Home: Demographic and Socioeconomic Profiles of Households. Computers in Human Behavior, v.51, parte b, p. 1216-1228, out. de 2015.

OLIVEIRA, Jaime Antonio Araújo; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. Previdência social: 60 anos de história da Previdência no Brasil. Petrópolis: Vozes/ABRASCO, 1985.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Understanding the Digital Divide. Paris: OECD Publications, 2001. Disponível em: <<https://www.oecd.org/sti/1888451.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2016

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração do milênio. Disponível em: <<http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção sobre Padrões Mínimos da Seguridade Social, nº 102. Genebra: 1952.

PAES E BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane e DUARTE, Renata. Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade de Renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais. Texto para Discussão n. 454, Rio de Janeiro, IPEA, 1997.

PAUGAM, Serge Introduction: La constitution d un paradigme. In: PAUGAM, Serge. L'exclusion l'état des savoirs. Paris: Éditions la Découverte, 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso (Org.). Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2009. p. 87-107.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo Gomes (Org.). Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.

PORCARO, Rosa Maria. Tecnologia da comunicação e informação e desenvolvimento: políticas e estratégias de inclusão digital no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

PREFEITURA DE VITORIA. Secretaria de Trabalho e Geração de Renda. Disponível em < <http://www.vitoria.es.gov.br/setger.php>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

_____. Vitória em Dados. Disponível em <<http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/home.asp>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

PROENÇA JÚNIOR, Domício; SILVA, Édison Renato. Contexto e processo do Mapeamento Sistemático da Literatura no trajeto da Pós-Graduação no Brasil. Transinformacao , v. 28, p. 233-240, 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Relatório do Desenvolvimento Humano 2015. Disponível em <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf>. Acesso em 29 ago. 2016.

REIS, Elisa Maria da Conceição Pereira. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.15, n. 42, p.143-152, fev. 2000.

RICE , Ronald E.; KATZ, James E. Comparing internet and mobile phone usage: digital divides of usage, adoption, and dropouts. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/50359056/digital-divide>. Acesso em: 16 fev. 2016.

ROBINSON, Laura; COTTEN Shelia R.; ONO, Hiroshi; QUAN-HAASE, Anabel, MESCH, Gustavo; CHEN, Wenhong; SCHULZ, Jeremy; Hale, TIMOTHY M.; STERN, Michael J. Digital inequalities and why they matter. Information, Communication & Society, v. 18, n. 5, p. 569–582, 4 mai. 2015.

ROCHA, Sonia. Pobreza: evolução recente e as “portas de saída” para os pobres. In: VELOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Org.). In: A verdadeira revolução brasileira: integração de desenvolvimento e democracia, Rio de Janeiro, José Olympio, 2008.

ROGERS, Garry; GORE, Charles; FIGUEIREDO, José (Org.). Social exclusion: rethoric, reality, responses. Genebra: Internacional Institute for Labor Studies, 1995.

ROSANVALLON, Pierre. A crise do estado-providência. Tradução de Joel Pimentel Ulhôa. Brasília: UnB, 1997.

RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009.

SAMPAIO, Jorge Thadeu. TCIs, Democracia, Sampa.org e Inclusão Digital. Disponível em www.sampa.org. Acesso em 15 jul. 2016.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Pobreza, desigualdade, exclusão e cidadania: correlações, interseções e oposições. In: BRASIL. Estado e os problemas contemporâneos, Florianópolis, Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.

SAWAIA, Bader. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Maria O.S. Desigualdade, pobreza e programas de transferência de renda na América latina. Revista de Políticas Públicas, v.13, n. 2, jul.-dez., São Luís, 2009.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Exclusão digital: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. Para além da inclusão digital: poder comunicacional e novas assimetrias. In: BONILLA, Maria Helena; PRETTO, Nelson De Luca (Org.). Inclusão digital : polêmica contemporânea. Salvador : EDUFBA, 2011. p. 49-59.

SPOSATI, Aldaíza (Coord.). Mapa da Exclusão/Inclusão Social: São Paulo - Brasil - 2000. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/oficinas/mapa2000.pdf>>. Acesso em: 06 de mar. 2016.

_____. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: VÉRAS, Maura Padini Bicudo (Org.). Por uma Sociologia da Exclusão social: o debate com Serge Paugam. São Paulo, Educ, 1999. p.126-138.

SWALEHIN, Mohammad. Digital Divide: A sociological analysis. 2010. Disponível em: <<http://shodhganga.inflibnet.ac.in/handle/10603/49943>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

TAKAHASHI, Tadao. Sociedade da Informação no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Redefining the digital divide. In: Global Mobile Broadband Forum 2013, Londres: Huawei, 2013. Disponível em: <https://www.huawei.eu/sites/default/files/huawei-economist_redefining-the-digital-divide_en_201311.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2016

TURNER, Brian; ISIN, Engin. "Handbook of citizenship studies". London: Sage Publications, 2002

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. Information Economy Report 2011. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ier2011_en.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2016.

UNITED NATIONS. Report of the Special Rapporteur to the General Assembly on the right to freedom of opinion and expression exercised through the Internet. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Opinion/A.66.290.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

VAZ, Paulo. Cronologia da Internet. Lugar Comum: Estudos de mídia, cultura e democracia. Rio de Janeiro: UFRJ, no. 13-14, jan.-ago. 2001.

WARSCHAUER, Mark. Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate. São Paulo: Senac, 2006.

WITHROW, F. B. Literacy in the digital age: reading, writing, viewing, and computing. Toronto: Scarecrow Education, 2004.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - Links úteis

O conteúdo deste ANEXO faz referência a links utilizados na confecção deste trabalho para os estudiosos que pretenderem ampliar ou aplicar o conteúdo elaborado no presente estudo em suas pesquisas.

(continua)

Anatel - Consulta tecnologia nas escolas - PNBL e Edital 4G para zonas rurais
<https://sistemas.anatel.gov.br/sici/BandaLarganasEscolas/Relatorios/relatorioEscolasPublicasUrbanas.asp?SISQSmodulo=20338>

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil
<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
<http://bdtd.ibict.br/vufind/>

Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Brasil
<http://www.dio.org.br/portal/home>

FGV - Sistema de Bibliotecas
<http://sistema.bibliotecas.fgv.br/>

FGV - Mapa da Exclusão Digital - 2003
<http://www.cps.fgv.br/cps/bd/MID/SUMARIO/sumario%20interativo.htm>

FGV - Mapa da Inclusão Digital - 2012
http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_sumario.pdf

Governo Eletrônico - Eixos de Atuação
<https://www.governoeletronico.gov.br/eixos-de-atuacao/Plone/eixos-de-atuacao/cidadao/inclusao-digital>

APÊNDICE A - Links úteis (cont.)

(continuação)

Mapa de pobreza e ind. Gini dos municípios capixabas - 2003

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=320530&idtema=19&search=espírito-santo|vitoria|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003>

Mapa de telecentros do Programa Serpro Cidadão

<http://www4.serpro.gov.br/inclusao/telemenu/telecentros>

Mapa das cidades digitais no ES

http://redecidadedigital.com.br/mapa_es.php

Portal de Periódicos Capes

<http://www.periodicos.capes.gov.br/>

QEdu - Consulta de recursos tecnológicos instalados nas escolas - Censo Escolar 2015

<http://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar?year=2015&dependence=0&localization=0&item=>

SIGETEC - Sistema de Gestão Tecnológica - Escolas cadastradas no ProInfo

https://www.fnde.gov.br/sigetec/sisseed_fra.php

Sistema Integrado de Monitoramento - MCTIC

<http://www2.mcti.gov.br/index.php/2016-11-29-22-24-23/telecentros/sistema-integrado-de-monitoramento>

Sistema integrado de monitoramento on-line dos projetos de inclusão digital implementados pelo Ministério das Comunicações nos municípios brasileiros: telecentros, GESAC e cidades digitais.

<http://simmc.c3sl.ufpr.br/index.html>

Software de Gerenciamento de Referências: Mendeley

<https://www.mendeley.com/>

APÊNDICE B - Revisão da Literatura

Estudos e publicações acerca do tema estudado, organizados em ordem crescente de antiguidade de sua elaboração (Capes, BDTD, Mendeley)

(continua)

Autor (es)	Título	Ano	Tipo
DOLAN, Jennifer E.	Splicing the Divide: A Review of Research on the Evolving Digital Divide Among K–12 Students	2016	Artigo
POUSHTER, Jacob	Smartphone Ownership and Internet Usage Continues to Climb in Emerging Economies	2016	Relatório
LEIDIG, Mathias; TEEJW, Richard M.; GIBSON, Andrew D.	Data Poverty: A Global Evaluation for 2009 to 2013 - Implications for Sustainable Development and Disaster Risk Reduction	2016	Artigo
PAUNOV, Caroline; ROLLO, Valentina	Has the Internet Fostered Inclusive Innovation in the Developing World?	2016	Artigo
LIPTROTT, Mark	Tackling the Digital Divide	2016	Artigo
BOLZAN, Larissa M.; LÖBLER Mauri Leodir	Socialização e Afetividade no processo de Inclusão Digital: um estudo etnográfico	2016	Artigo
SILVA, Aleksandra S. et al	Social Network Analysis and Mining to Monitor and Identify Problems with Large-Scale Information and Communication Technology Interventions	2016	Artigo
ANGELIN, Simone F. N.	Políticas Públicas de Inclusão Digital no Litoral do Paraná	2015	Dissertação
HILBERT, Martin	Digital Divide(s).” The International Encyclopedia of Digital Communication and Society	2015	Artigo
ALVAREZ, Edgar B.; CARVALHO, Angela M. G. de; VIDOTTI, Silvana A. B. G.	Políticas Públicas de Inclusión Digital: El Caso de América Latina Y Cuba	2015	Artigo
MEDEIROS NETO, Benedito; SILVA, Eliandra I. Sandes; PANTAROTTO, Marcella	Uma análise da rede social de tutores de comunidade em estado de vulnerabilidade social, nos aspectos de Comunicação e Tecnologia da Informação	2015	Artigo
ROBINSON, Laura et al	Digital Inequalities and Why They Matter	2015	Artigo
QUARESMA, Helena; BORGES, Maria Manuel	Inclusão Digital: A acessibilidade das páginas Web dos repositórios institucionais para deficientes visuais em Portugal	2015	Artigo
SANTOS, Washington Romão dos; RAFALSKI, Jadson	Uma oficina de Inclusão Digital para a Construção Social: Estudo de caso no CEET Vasco Coutinho – Espírito Santo	2015	Artigo
NEMER, David	From Digital Divide to Digital Inclusion and Beyond	2015	Artigo

APÊNDICE B - Revisão da Literatura

(continuação)

Autor (es)	Título	Ano	Tipo
VALENTIM, Gustavo Giolo	Ação Política em Política Pública: uma experiência em rede no Programa Telecentros.BR	2015	Dissertação
SUNG, Wookjoon	A Study on the Effect of Smartphones on the Digital Divide	2015	Artigo
BÜCHI, Moritz; JUST, Natascha; LATZER, Michael	Modeling the Second-Level Digital Divide: A Five-Country Study of Social Differences in Internet Use	2015	Artigo
CERQUINHO, Kleomara G.; TAVARES, Wellington; PAULA, Ana P. P.; VITORINO, Irineu Amaro	Inclusão Digital para quê e para quem? Uma observação do Portal Inclusão Digital do Governo Federal Brasileiro	2015	Artigo
NOVO-CORTI, Isabel; BARREIRO-GEN, María	Public Policies Based on Social Networks for the Introduction of Technology at Home: Demographic and Socioeconomic Profiles of Households	2015	Artigo
GONZALES, Amy.	The Contemporary US Digital Divide: From Initial Access to Technology Maintenance	2015	Artigo
PIMENTEL, Maria das Graças	Inclusão Digital e Usuários com Deficiência Visual no DF: Estudo de Acessibilidade na Sociedade Da Informação	2015	Tese
ARAUJO, Marcelo Henrique de; REINHARD, Nicolau	Categorization of Brazilian Internet Users and Its Impacts on the Use of Electronic Government Services	2014	Conferência
FORTES, Vinícius Borges; BOFF, Salete Oro; CELLA, José Renato	O Poder da Informação na Sociedade em Rede: Uma análise jusfilosófica da violação da privacidade e dos dados pessoais no ciberespaço como prática de violação de Direitos Humanos	2014	Livro
DZIEKANIAK, Gisele; ROVER, Aires	Sociedade do Conhecimento: Características, Demandas e Requisitos	2014	Artigo
OHEMENG, F.L.K.; OFOSU-ADARKWA K.	Overcoming the Digital Divide in Developing Countries An Examination of Ghana's Strategies to Promote Universal Access to Information Communication Technologies (ICTs)	2014	Artigo
EUROPEAN COMMISSION	Digital Inclusion and Skills. Digital Agenda Scorecard 2014	2014	Artigo
MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida Marques	Democracia on-Line e o Problema da Exclusão Digital	2014	Artigo

APÊNDICE B - Revisão da Literatura

(continuação)

Autor (es)	Título	Ano	Tipo
PEREIRA, Patrícia Mallmann Souto	Informação, Cidadania e Inclusão Digital : Estudo de Comunidade na Favela Santa Marta, Rio de Janeiro/RJ	2014	Tese
CARVALHO, Angela G.; AMÉRICO, Marcos Tuca	Inclusão e Cidadania Digital no Brasil: a (Des) articulação das Políticas Públicas	2014	Artigo
BALBE, Ronald da Silva	Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Gestão Pública: exemplos no Governo Federal	2014	Artigo
SCHLICHTER, Bjarne Rerup; DANYLCHENKO, Lesya	Measuring ICT Usage Quality for Information Society Building	2014	Artigo
SRIVASTAVA, ByAnshul; Emarketer	2 Billion Smartphone Users By 2015: 83% of Internet Usage From Mobiles	2014	Artigo
HM GOVERNMENT	Government Digital Inclusion Strategy	2014	Artigo
ACIOLI, Catarine Goncalves	A Educação na Sociedade de Informação e o dever fundamental estatal de inclusão digital	2014	Artigo
WALTEROVA, Iva; TVEIT, Lars	Digital Local Agenda: Bridging the Digital Divide	2013	Artigo
JAIN, Vivekanand; SARAF, Sanjiv	Empowering the Poor with Right to Information and Library Services	2013	Artigo
PEDROZO, Sueila	New Media Use in Brazil: Digital Inclusion or Digital Divide?	2013	Artigo
CUNHA, Maria A. V. C.; MIRANDA, Paulo R. M.	O Uso de TIC pelos Governos: Uma proposta de Agenda de Pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional	2013	Artigo
SVERZUT, José Umberto	Democratização do acesso à banda larga no Brasil pela construção da Infovia Municipal	2013	Dissertação
ARAUJO, Marcelo Henrique de	Análise de Fatores Que Influenciam O uso de Serviços de Governo Eletrônico no Brasil	2013	Dissertação
GROSSI, Márcia G. R.; COSTA, José Wilson; SANTOS, Ademir José	A Exclusão Digital: O Reflexo da Desigualdade Social no Brasil	2013	Artigo
GABRIEL, Carlo; BELLINI, Porto; MAURICIO, Miguel; FILHO, Isoni	Limitações Digitais: Evidências Teóricas Preliminares	2012	Artigo
GRAZZI, Matteo; VERGARA, Sebastián	ICT in Developing Countries: Are Language Barriers Relevant? Evidence from Paraguay	2012	Artigo

APÊNDICE B - Revisão da Literatura (cont.)

(continuação)

Autor (es)	Título	Ano	Tipo
ARANTES, Flávia Linhalis et al.	Laptops Educacionais em Escolas Públicas: primeiros resultados de uma abordagem socio-técnica	2012	Artigo
SOURBATI, Maria	Disabling Communications? A Capabilities Perspective on Media Access, Social Inclusion and Communication Policy	2012	Artigo
CARVALHO, Henrique; MELO, Vitor	E-Government (Arma estratégica indispensável para a obtenção de vantagens competitivas)	2012	Artigo
LEMOS, André; PASTOR, Leonardo; OLIVEIRA, Nelson	Wi-Fi Salvador: Mapeamento Colaborativo e Redes Sem Fio no Brasil	2012	Artigo
SOUZA, Sérgio Ricardo Moreira de	A Redução das desigualdades sociais e o acesso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação no Meio Rural	2012	Dissertação
ROSA, Fernanda Ribeiro	Inclusão Digital como nova área de ação do Estado: um campo de disputa por significados em torno dos Direitos Humanos	2012	Dissertação
PAES, Michele Sales; RIOS, Patrícia da Silva; SILVEIRA, Thais de Souza	Biblioteca Parque Manguinhos: Um Modelo de Inclusão Social	2011	Conferência
HELOU, A. R. H. A. et al.	Políticas Públicas de Inclusão Digital	2011	Artigo
RNP	CIA2 – Construindo Cidades Inteligentes da Instrumentação dos Ambientes ao Desenvolvimento de Aplicações	2011	Artigo
POSSAMAI, Ana Júlia	Democratização do Estado na Era Digital: E-Participação no Ciclo de Políticas Públicas	2011	Artigo
MARCANTONI, Fausto; POLZONETTI, Alberto	Digital Inclusion: A Target Not Always Desirable	2011	Conferência
TSATSOU, P.	Digital Divides Revisited: What Is New about Divides and Their Research?	2011	Artigo
PINHO NETO, J. A. S.	A Critical Reflection of the Telecenters of Information and Education in the City João Pessoa	2011	Artigo
VIERO, Verônica Crestani	Apropriação de Tecnologias de Informação e Comunicação no Meio Rural Brasileiro	2011	Artigo
MACIEL, Marcia C. Peres; PASSERINO, Liliana M.	Cenas Digitais: Análise de novas práticas culturais do uso de um computador por aluno na região de fronteira Brasil e Uruguai	2011	Conferência
SILVA, I. M. M.	Tecnologias E Letramento Digital: Navegando Rumo Aos Desafios	2011	Artigo

APÊNDICE B - Revisão da Literatura (cont.)

(continuação)

Autor (es)	Título	Ano	Tipo
BERNARDES, Marciele Berger	Democracia na Sociedade Informacional: Políticas necessárias ao desenvolvimento da Democracia Digital nos Municípios Brasileiros	2011	Dissertação
GONÇALVES, Victor Hugo Pereira	Inclusão Digital como Direito Fundamental	2011	Dissertação
BONILLA, M. H. S.; OLIVEIRA, P. C. S.	Inclusão Digital: Polêmica Contemporânea	2011	Livro
NEVES, Barbara Coelho	Análise das Políticas de Informação: Sociedade da Informação com Foco na Inclusão Digital do Global ao Local	2010	Artigo
SILVA, Alzira Karla A. da; CORREIA, Anna Elizabeth G. C.; LIMA, Izabel França	O Conhecimento e as Tecnologias na Sociedade da Informação	2010	Artigo
VIEIRA, Flávia Monaco; SANTOS, Vando Vieira Batista dos	Governo Eletrônico : A Busca por um Governo mais transparente e democrático	2010	Artigo
MARTÍNEZ MONJE, Pedro Manuel; DEL OLMO, Adela Mesa	Digital Divide and Digital Citizenship: Adapting the Social Policies to Promote E-Inclusion	2010	Conferência
LE MOS, Ronaldo and Paula Martini	LAN Houses: A New Wave of Digital Inclusion in Brazil	2010	Artigo
Comitê Gestor da Internet no Brasil	Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil - TIC Governo Eletrônico	2010	Livro
FREIRE, Isa Maria	Reflexões sobre uma Ética da Informação na Sociedade em Rede	2010	Artigo
CARVALHO, Angela Maria Grossi de	Apropriação da Informação: um olhar sobre as Políticas Públicas Sociais de Inclusão Digital	2010	Tese
GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; OLIVEIRA, Marlene de; SOUZA, Welber Amaro Santos de	Software Livre e Projetos Sociais – Opções utilizadas como instrumento democratizador na Sociedade da Informação	2009	Artigo
BUZATO, Marcelo El Khouri	Letramento e Inclusão: do Estado-Nação À Era das TIC	2009	Artigo
MANSOR, Fernando Augusto, ROCCHETTI, Bruna D. D.	Sociedade da Informação e Inclusão Digital: Uma Análise Crítica	2009	Artigo
FREIRE, André Pimenta; CASTRO Mário de; FORTES, Renata P. M.	Acessibilidade dos sítios web dos Governos Estaduais Brasileiros: uma análise quantitativa entre 1996 E 2007	2009	Artigo
LIMA, André	AI-5 Digital – Liberdade e Privacidades na Internet Sob Ameaça	2009	Artigo

APÊNDICE B - Revisão da Literatura (cont.)

(continuação)

Autor (es)	Título	Ano	Tipo
STEVENSON, S.	Digital Divide: A Discursive Move Away from the Real Inequities	2009	Artigo
SEALE, Jane	Digital Inclusion and Health Counselors: A Policy for the Reduction of Social Inequalities in Brazil	2009	Artigo
DINIZ, Eduardo Henrique et al.	O Governo Eletrônico no Brasil: Perspectiva Histórica a partir de um Modelo Estruturado de Análise	2009	Artigo
IGNÁCIO, Edilson Antônio; CARVALHO, José O. F.	Avaliação da Acessibilidade de Sites Oficiais de Pesquisa no Brasil por Pessoas com Deficiência	2008	Artigo
LIMA, Gilson; FURTADO, Vivian	Política Pública dos Telecentros e Prevenção da Violência	2008	Artigo
GONZÁLEZ, Jorge A	DIGITALIZADOS POR DECRETO: Cibercultur@ O Inclusión Forzada En América Latina	2008	Artigo
SARTÓRIO, Kelly Cristiane	Exclusão Social e Tecnologia : Os Desafios da Política Pública de Inclusão Digital No Brasil	2008	Dissertação
MATEUS, João Carlos	O Governo Electrónico, a sua Aposta em Portugal e a Importância das Tecnologias de Comunicação para a sua Estratégia	2008	Artigo
SORJ, Bernardo	INTERNET NA F@VELA: Quantos, Quem, Onde, Para Quê	2008	Livro
MATTOS, Fernando A. M.; CHAGAS, Gleison J. N.	Desafios para a Inclusão Digital no Brasil	2008	Artigo
BALBONI, Mariana Reis	Por detrás da Inclusão Digital : uma reflexão sobre o Consumo e a Produção de Informação em Centros Públicos de Acesso à Internet no Brasil	2007	Tese
SUAIDEN, Emir José	Informação Científica e Tecnológica – a Web e a Teia da Vida	2007	Artigo
LEMOS, André Luiz Martins	Lixo ou Luxo na Cibercultura? Origens e Atualidades da Cultura “Digital Trash	2007	Livro
CARAMELLO, Erika Fernanda	Inclusão Digital Made in Brazil	2006	Artigo
COSTA, Leonardo Figueiredo	Inclusão Digital: Conceitos, Modelo e Semânticas	2006	Conferência
GOMEZ-BARROSO, Jose Luis; FEIJOO, Claudio	Public Policies against the Digital Divide: A Necessary Adaptation to Different Degrees of Development	2006	Artigo

APÊNDICE B - Revisão da Literatura (cont.)

(continuação)

Autor (es)	Título	Ano	Tipo
CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo	A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Acção Política	2006	Artigo
WALLSTEN, Scott	Regulation and Internet Use in Developing Countries	2005	Artigo
ALBERTIN, Alberto Luiz	A Tecnologia de Informação e o Indivíduo: Propondo um Modelo de Adoção de Tecnologia para a Inclusão Digital	2005	Artigo
DEMO, Pedro	Inclusão Digital – Cada vez mais no centro da Inclusão Social	2005	Artigo
BORGES, Jussara	Inclusão Digital e Governo Eletrônico: Conceitos Ligados pelo Acesso à Informação	2005	Dissertação
SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo	Exclusão Digital: Problemas Conceituais, Evidências Empíricas e Políticas Públicas	2005	Artigo
WARSCHAUER, Mark	Technology and Social Inclusion: Rethinking the Digital Divide	2003	Livro
FERREIRA, R.da Silva	A Sociedade da Informação no Brasil: um ensaio sobre os Desafios	2003	Artigo
ROSENTHAL, David	Digital Divides	2000	Livro
GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélda	O Objeto de Estudo da Ciência da Informação : Paradoxos e Desafios	1990	Artigo

ANEXO A - Indicadores Nacionais - MC

Indicadores utilizados para medir a inserção de tecnologias de telecomunicações

Brasil

Municípios: 5.570

População: 202.485.753

TELECOMUNICAÇÕES

Δ	Internet *	agosto/2015	agosto/2016
1%	Acessos de Internet Banda Larga (Fixa+3G+4G)	210.241.084	211.870.613
1%	Densidade Internet Banda Larga (acessos por 100 hab) (A)	103,8%	104,6%
5%	Acessos de Internet Banda Larga Fixa	25.228.698	26.507.895
5%	Densidade Domiciliar de Banda Larga Fixa (acessos por 100 domicílios) (A)	37,6%	39,5%
0%	Acessos de Internet Banda Larga Móvel (3G + 4G)	185.012.386	185.362.718
0%	Densidade Banda Larga Móvel (acessos por 100 hab) (A)	91,4%	91,5%
-17%	Acessos de 3G	168.469.072	139.016.301
-17%	Densidade 3G (acessos por 100 hab) (A)	83,2%	68,7%
180%	Acessos de 4G	16.543.314	46.346.417
180%	Densidade 4G (acessos por 100 hab) (A)	8,2%	22,9%
7%	Acessos de Internet Móvel M2M (B)	11.151.280	11.970.294
12%	Municípios cobertos por Internet Banda Barga 3G	4.116	4.604
0%	Municípios com Oferta de Banda Larga dos Termos de Compromisso do PNBL**	5.376	5.376

Δ	Telefonia*	agosto/2015	agosto/2016
-4%	Acessos Fixos Em Serviço	44.127.869	42.443.909
-4%	Densidade Domiciliar de Acessos Fixos em Serviço (acessos por 100 domicílios) (A)	65,8%	63,3%
-10%	Acessos Móveis Ativos	262.711.508	235.203.372

Δ	INCLUSÃO DIGITAL***	2013	2014
-0,7%	Domicílios com computador (C)	48,88%	48,54%
14,5%	Domicílios com acesso à Internet (D)	47,97%	54,91%

Fonte: Anatel, MC e IBGE. (<http://www.mc.gov.br/DSCOM/view/Informacoes.php>)

Obs.: (A) Valores relativos a habitantes e domicílios referem-se a 2014 (IBGE). Os cálculos de densidade são obtidos a partir da divisão dos acessos pelos números de residentes ou de domicílios divulgados na última PNAD (IBGE). (B) Os terminais de dados M2M não são classificados como banda larga, mas como internet móvel. (C) Divisão do total de domicílios com microcomputador pelo total de domicílios particulares permanentes, conforme última PNAD. (D) Divisão do total de domicílios que acessam a Internet, tanto por microcomputador quanto por dispositivos móveis (conforme suplementos de TICs da PNAD), pelo total de domicílios particulares permanentes.

ANEXO B - Indicadores Estaduais - MC

Indicadores utilizados para medir a inserção de tecnologias de telecomunicações

(continua)

INDICADORES ESTADUAIS							
Estado: Espírito Santo							
Municípios: 78				População: 3.886.036			
TELECOMUNICAÇÕES							
Internet *	setembro/2015	setembro/2016	Δ	Região Sudeste	Participação Regional	Brasil	Participação Nacional
Acessos de Internet Banda Larga (Fixa+3G+4G)	3.364.905	3.421.155	2%	101.639.251	3,4%	212.195.627	1,6%
Densidade Internet Banda Larga (acessos por 100 hab) (A)	86,6%	88,0%	2%	119,6%	Abaixo	104,8%	Abaixo
Acessos de Internet Banda Larga Fixa	478.804	482.447	1%	15.618.674	3,1%	26.522.902	1,8%
Densidade Domiciliar de Banda Larga Fixa (acessos por 100 domicílios) (A)	36,3%	36,5%	1%	53,6%	Abaixo	39,6%	Abaixo
Acessos de Internet Banda Larga Móvel (3G + 4G)	2.886.101	2.938.708	2%	86.020.577	3,4%	185.672.725	1,6%
Densidade Banda Larga Móvel (acessos por 100 hab) (A)	74,3%	75,6%	2%	101,2%	Abaixo	91,7%	Abaixo
Acessos de 3G	2.563.917	2.118.212	-17%	61.140.756	3,5%	136.283.680	1,6%
Densidade 3G (acessos por 100 hab) (A)	66,0%	54,5%	-17%	71,9%	Abaixo	67,3%	Abaixo
Acessos de 4G	322.184	820.496	155%	24.879.821	3,3%	49.389.045	1,7%
Densidade 4G (acessos por 100 hab) (A)	8,3%	21,1%	155%	29,3%	Abaixo	24,4%	Abaixo
Acessos de Internet Móvel M2M (B)	107.899	106.665	-1%	8.182.402	1,3%	12.092.637	0,9%
Municípios cobertos por Internet Banda Larga 3G	78	78	0%	1.521	5,1%	4.604	1,7%
Municípios com Oferta de Banda Larga dos Termos de Compromisso do PNBL **	78	78	0%	1.661	4,7%	5.376	1,5%

* Fonte: Anatel ** Fonte: Ministério das Comunicações

ANEXO B - Indicadores Estaduais - MC

Indicadores utilizados para medir a inserção de tecnologias de telecomunicações

(continuação)

Telefonia*	setembro/2015	setembro/2016	Δ	Região	Participação	Brasil	Participação
				Sudeste			
Acessos Fixos Em Serviço	808.810	770.645	-5%	25.766.170	3,0%	42.276.125	1,8%
Densidade Domiciliar de Acessos Fixos em Serviço (acessos por 100 domicílios) (A)	61,2%	58,4%	-5%	88,5%	Abaixo	63,1%	Abaixo
Acessos Móveis Ativos	4.103.184	3.736.025	-9%	102.819.784	3,6%	234.119.025	1,6%
Densidade de Acessos Móveis Ativos (acessos por 100 hab) (A)	105,6%	96,1%	-9%	121,0%	Abaixo	115,6%	Abaixo
<i>TV por assinatura*</i>	setembro/2015	setembro/2016	Δ	Região	Participação	Brasil	Participação
				Sudeste	Regional		Nacional
Assinantes de TV por Assinatura (DTH, TVC, TVA e MMDS) (todas as tecnologias)	282.850	270.663	-4%	11.721.657	2,3%	18.957.759	1,4%
% de domicílios com acesso à TV por assinatura (A)	21,4%	20,5%	-4%	40,2%	Abaixo	28,3%	Abaixo

* Fonte: Anatel ** Fonte: Ministério das Comunicações

(A) Valores relativos a habitantes e domicílios referem-se a 2014 (IBGE). Os cálculos de densidade são obtidos a partir da divisão dos acessos pelos números de residentes ou de domicílios divulgados na última PNAD (IBGE)

(B) Os terminais de dados M2M não são classificados como banda larga, mas como internet móvel

INCLUSÃO DIGITAL***	2013	2014	Δ	2014	2014
				Região	Brasil
				Sudeste	
Domicílios com computador (C)	52,12%	52,47%	0,7%	58,22%	48,54%
Domicílios com acesso à Internet (D)	51,55%	58,52%	13,5%	62,88%	54,91%

*** Fonte: IBGE

(C) Divisão do total de domicílios com microcomputador pelo total de domicílios particulares permanentes, conforme última PNAD

(D) Divisão do total de domicílios que acessam a Internet, tanto por microcomputador quanto por dispositivos móveis (conforme suplementos de TICs da PNAD), pelo total de domicílios particulares permanentes.

ANEXO C - Unidades cadastradas no Gesac - Espírito Santo

(continua)

UF	MUNICÍPIO	IBGE	TIPOLOGIA	ZONA	NOME DO ESTABELECIMENTO	STATUS
ES	AGUIA BRANCA	3200136	ESCOLA	RURAL	CEIER DE AGUIA BRANCA	ATIVADO
ES	ALFREDO CHAVES	3200300	TC_BR	RURAL	PREF M ALFREDO CHAVESASSOC SAO JOAO DE CRUBIXA	ATIVADO
ES	ALFREDO CHAVES	3200300	NÃO INFORMADO	URBANO	RUA DE ASSISTENCIA CONTINUADA DE ALFREDO CHAVES	ATIVADO
ES	ANCHIETA	3200409	TC_BR	URBANO	TELECENTRO DA PESCA MARE ANCHIETA ES	ATIVADO
ES	ARACRUZ	3200607	ESCOLA	URBANO	CMEB ESTHER NASCIMENTO DOS SANTOS	ATIVADO
ES	ARACRUZ	3200607	PONTO DE CULTURA	URBANO	PONTO DE CULTURA TUPINIQUIM	ATIVADO
ES	ARACRUZ	3200607	PESCADORES	URBANO	COLONIA DE PESCADORES Z 7 MANOEL MIRANDA	ATIVADO
ES	ATILIO VIVACQUA	3200706	ESCOLA	RURAL	KIT - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO BASICA BENEDITO SAMPAIO	ATIVADO
ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	3200904	TELECENTRO	URBANO	KIT - ROJETO SOCIAL	ATIVADO
ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	3200904	BIBLIOTECA	URBANO	KIT - BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL	ATIVADO
ES	BOA ESPERANCA	3201001	ESCOLA	RURAL	CEIER - CENTRO ESTADUAL INTEGRADO DE EDUCACAO RURAL DE BOA ESPERANCA	ATIVADO
ES	BOM JESUS DO NORTE	3201100	ESCOLA	URBANO	KIT - POLO UAB EPG ANTONIO HONORIO	ATIVADO
ES	BREJETUBA	3201159	ESCOLA	URBANO	EEEFM MARLENE BRANDAO	ATIVADO
ES	BREJETUBA	3201159	ESCOLA	RURAL	EEEFM LEOGILDO SEVERIANO DE SOUZA	ATIVADO
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	ESCOLA	URBANO	EMEB MONTE ALEGRE	EM ATIVAÇÃO
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	TC_BR	URBANO	CARITAS DIOCESANA DE C ITAPEMIRIM	ATIVADO
ES	CARIACICA	3201308	BIBLIOTECA	URBANO	KIT - BIBLIOTECA MADEIRA DE FREITAS	ATIVADO
ES	CARIACICA	3201308	TC_BR	URBANO	ASSOCIACAO COSTUMES ARTE	ATIVADO
ES	CARIACICA	3201308	TC_BR	URBANO	TELECENTRO DE NOVA ROSA DA PENHA I	EM ATIVAÇÃO
ES	CARIACICA	3201308	TC_BR	URBANO	TELECENTRO DE NOVO HORIZONTE	EM ATIVAÇÃO
ES	CARIACICA	3201308	TC_BR	URBANO	TELECENTRO CARIACICA SEDE	ATIVADO
ES	COLATINA	3201506	TC_BR	RURAL	ASSOCIACAO DE PEQUENOS PRODUTORES DE CASCATINHA DO PANCAS	ATIVADO
ES	CONCEICAO DA BARRA	3201605	NÃO INFORMADO	RURAL	ASSOCIACAO PRODESENVOLVIMENTO LINHARINHO	ATIVADO
ES	CONCEICAO DA BARRA	3201605	NÃO INFORMADO	RURAL	ASSOCIACAO DE MULHERES RURAIS DO ASS PAULO VINHAS E COMUNIDADES VIZINHAS	ATIVADO
ES	CONCEICAO DA BARRA	3201605	NÃO INFORMADO	RURAL	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DO ASSENT PONTAL JUNDIA	ATIVADO
ES	CONCEICAO DA BARRA	3201605	TC_BR	URBANO	TELECENTRO DA PESCA MARE CONCEICAO DA BARRA ASSOCIACAO ES	ATIVADO
ES	CONCEICAO DA BARRA	3201605	TC_BR	URBANO	DIGITANDO NOVAS OPORTUNIDADES	ATIVADO
ES	CONCEICAO DO CASTELO	3201704	ESCOLA	URBANO	UMEF ALTO MONFORTE	ATIVADO

ANEXO C - Unidades cadastradas no Gesac - Espírito Santo

(continuação)

UF	MUNICÍPIO	IBGE	TIPOLOGIA	ZONA	NOME DO ESTABELECIMENTO	STATUS
ES	DIVINO DE SAO LOURENCO	3201803	CRAS	URBANO	KIT - TELECENTRO MUNICIPAL CRAS	ATIVADO
ES	DOMINGOS MARTINS	3201902	ESCOLA	URBANO	POLO UAB DOMINGOS MARTINS	ATIVADO
ES	DORES DO RIO PRETO	3202009	ESCOLA	URBANO	EMEF MUNDO NOVO	ATIVADO
ES	ECOPORANGA	3202108	ESCOLA	URBANO	POLO UAB ECOPORANGA	ATIVADO
ES	ECOPORANGA	3202108	ESCOLA	RURAL	EMEIEF PALMEIRAS	ATIVADO
ES	GUACUI	3202306	TC_BR	URBANO	APAE GUACUI	ATIVADO
ES	GUACUI	3202306	TC_BR	RURAL	CASA DIGITAL ASSIM CAPOARAO	EM ATIVAÇÃO
ES	GUARAPARI	3202405	PONTO DE CULTURA	URBANO	PONTO DE CULTURA NA ASSOCIACAO SALVAMAR	EM ATIVAÇÃO
ES	GUARAPARI	3202405	TC_BR	URBANO	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	ATIVADO
ES	IBATIBA	3202454	ESCOLA	URBANO	EMEIEF AGENOR DE SOUZA LE	ATIVADO
ES	ITAGUACU	3202702	ESCOLA	RURAL	EEEFM FABIANO FRANCISCO TOMASINI	ATIVADO
ES	ITAPEMIRIM	3202801	ESCOLA	URBANO	POLO UAB ITAPEMIRIM	ATIVADO
ES	ITAPEMIRIM	3202801	TC_BR	URBANO	TELECENTRO DA PESCA MARE ITAPEMIRIM ES	ATIVADO
ES	JERONIMO MONTEIRO	3203106	TC_BR	RURAL	JERONIMO MONTEIRO INCLUSAO DIGITAL NO MEIO RURAL	ATIVADO
ES	JOAO NEIVA	3203130	ESCOLA	URBANO	EMPEIF BARRA DO TRIUNFO	ATIVADO
ES	LARANJA DA TERRA	3203163	ESCOLA	URBANO	KIT - EMEIEF LARANJA DA TERRA	ATIVADO
ES	LINHARES	3203205	TC_BR	RURAL	TELECENTRO DA PESCA MARE-ASSOCIACAO DOS PESCADORES E ASSEMBLADOS DE POVOACAO	ATIVADO
ES	LINHARES	3203205	ESCOLA	RURAL	UCA EEEFM BAIXO QUARTEL	EM ATIVAÇÃO
ES	LINHARES	3203205	TC_BR	URBANO	LIED-ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DE ARACA	ATIVADO
ES	LINHARES	3203205	TC_BR	URBANO	LINHARES BEBEDOURO	ATIVADO
ES	LINHARES	3203205	TC_BR	URBANO	LINHARES SAO JOSE	ATIVADO
ES	LINHARES	3203205	TC_BR	URBANO	LINHARES AVISO	ATIVADO
ES	LINHARES	3203205	TC_BR	URBANO	TELECENTRO DA PESCA MARE DA APIGUA ASSOCIACAO DE PISCICULTORES DO GUAXE	EM ATIVAÇÃO
ES	MANTENOPO LIS	3203304	ESCOLA	URBANO	POLO UAB MANTENOPOLIS	ATIVADO
ES	MARATAIZES	3203320	TC_BR	URBANO	TELECENTRO DA PESCA MARE MARATAIZES ES	ATIVADO
ES	MARATAIZES	3203320	TC_BR	URBANO	TELECENTRO DA PESCA MARE APESP	ATIVADO
ES	MARECHAL FLORIANO	3203346	BIBLIOTECA	URBANO	KIT - BIBLIOTECA MUNICIPAL TELECENTRO COMUNITARIO	ATIVADO
ES	MARECHAL FLORIANO	3203346	ESCOLA	RURAL	EMEF VICTOR HUGO	ATIVADO
ES	MIMOSO DO SUL	3203403	ESCOLA	URBANO	POLO UAB MIMOSO DO SUL	ATIVADO

ANEXO C - Unidades cadastradas no Gesac - Espírito Santo

(continuação)

UF	MUNICÍPIO	IBGE	TIPOLOGIA	ZONA	NOME DO ESTABELECIMENTO	STATUS
ES	MIMOSO DO SUL	3203403	ESCOLA	URBANO	EEEM - ELIZABETE NAZARIO LAURENTINO	ATIVADO
ES	MIMOSO DO SUL	3203403	ESCOLA	URBANO	EEEM - ANTONIO SABATINI SIMONI	ATIVADO
ES	MUCURICI	3203601	ESCOLA	URBANO	EEEM ITABAIANA	ATIVADO
ES	MUQUI	3203809	TC_BR	RURAL	PMMUQUI ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL	ATIVADO
ES	NOVA VENECIA	3203908	ESCOLA	RURAL	UCA EMEIEF FRANCISCO SECCHIM	ATIVADO
ES	PANCAS	3204005	ESCOLA	URBANO	EEEFM ARARIBOIA	ATIVADO
ES	PINHEIROS	3204104	ESCOLA	RURAL	EPMEF ANTONIO BRUNELLI	ATIVADO
ES	PIUMA	3204203	TC_BR	URBANO	TELECENRO DA PESCA MARE INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGI	ATIVADO
ES	PONTO BELO	3204252	ESCOLA	URBANO	KIT - EMEF PROF VALDA COSTA SEVERO	ATIVADO
ES	RIO BANANAL	3204351	TC_BR	RURAL	EMEIEF SANTA RITA	ATIVADO
ES	RIO BANANAL	3204351	TC_BR	RURAL	CORREGO PANORAMA INCLUSAO DIGITAL NO MEIO RURAL	ATIVADO
ES	RIO NOVO DO SUL	3204401	ESCOLA	RURAL	KIT - EEEFM - VIRGINIA NOVA	ATIVADO
ES	SANTA LEOPOLDINA	3204500	ESCOLA	RURAL	KIT - EMEF MILTON CORTELETTI	ATIVADO
ES	SANTA LEOPOLDINA	3204500	ESCOLA	URBANO	EEEFM GUILHERMINA HULDA KRUGER REINHOLZ	ATIVADO
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	3204559	TC_BR	URBANO	APAE ESCOLA ESPECIAL NEUES LEBEN	ATIVADO
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	3204559	NÃO INFORMADO	RURAL	MEPES ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DE SAO JOAO DO GARRAFAO	ATIVADO
ES	SANTA TERESA	3204609	POSTO DE FRONTEIRA	URBANO	FAB/DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPACO AEREO SANTA TERESA	ATIVADO
ES	SÃO DOMINGOS DO NORTE	3204658	ESCOLA	RURAL	KIT - EMEF CORREGO DUMER	ATIVADO
ES	SÃO JOSE DO CALCADO	3204807	TC_BR	RURAL	EM ANITO GOMES TEIXEIRA	ATIVADO
ES	SÃO JOSE DO CALCADO	3204807	TC_BR	RURAL	TELECENRO EM ERCILIO CORDEIRO	EM ATIVAÇÃO
ES	SÃO MATEUS	3204906	ASSENTAMENTO	RURAL	CIDAP CENTRO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTADOS E PEQUENOS AGRICUL	ATIVADO
ES	SÃO MATEUS	3204906	ESCOLA	RURAL	KIT - EMEF KM 35	ATIVADO
ES	SÃO MATEUS	3204906	ESCOLA	RURAL	EPM NOVA VISTA	EM ATIVAÇÃO
ES	SÃO MATEUS	3204906	ESCOLA	RURAL	EPM BERNADETE LOURDES BASTOS	EM ATIVAÇÃO
ES	SÃO MATEUS	3204906	QUILOMBO	RURAL	COMUNIDADE QUILOMBOLA NOVA VISTA	EM ATIVAÇÃO
ES	SÃO MATEUS	3204906	TC_BR	URBANO	ASSOCIACAO DE PESCADORES ARTESANAIS E ASSEMBLHADOS DE CAMPO GRANDE DE BARRA NOVA	ATIVADO
ES	SÃO MATEUS	3204906	NÃO INFORMADO	RURAL	GEFORMA CENTRO DE FORMACAO MARIA OLINDA	ATIVADO
ES	SÃO ROQUE DO CANAA	3204955	ESCOLA	URBANO	EMEIEF LUIZ MONICO	ATIVADO
ES	SERRA	3205002	TC_BR	URBANO	TELECENRO DA PESCA MARE ASPEJ	ATIVADO
ES	SERRA	3205002	TC_BR	URBANO	ORDEM RELIGIOSA DAS ESCOLAS PIAS	ATIVADO
ES	SOORETAMA	3205010	ESCOLA	URBANO	EMEF CHUMBADO	ATIVADO
ES	SOORETAMA	3205010	ESCOLA	URBANO	EEEF REGINA BOLSSANELLO FORNAZIER	ATIVADO

ANEXO C - Unidades cadastradas no Gesac - Espírito Santo

(continuação)

UF	MUNICÍPIO	IBGE	TIPOLOGIA	ZONA	NOME DO ESTABELECIMENTO	STATUS
ES	SOORETAMA	3205010	TC_BR	URBANO	ICMBIO JUEIRANA B	ATIVADO
ES	SOORETAMA	3205010	TC_BR	URBANO	ICMBIO SEDE DA REBIO JUNCADO	ATIVADO
ES	MONTANHA	3203502	ESCOLA	URBANO	KIT - EMEF PEDRO PALACIOS	ATIVADO
ES	MONTANHA	3203502	ASSENTAMEN TO	RURAL	ASS RADIO COMUNITARIA DO ASS ADRIANO MACHADO	ATIVADO
ES	MUCURICI	3203601	ESCOLA	URBANO	EEEFM DE MUCURICI	ATIVADO
ES	SOORETAMA	3205010	TC_BR	RURAL	ICMBIO CORREGO DO COQUEIRO	ATIVADO
ES	VARGEM ALTA	3205036	ESCOLA	URBANO	POLO UAB VARGEM ALTA	ATIVADO
ES	VARGEM ALTA	3205036	ESCOLA	URBANO	EMEB FRUTEIRAS NOVA	ATIVADO
ES	VIANA	3205101	TC_BR	URBANO	VIANA AREINHAI	EM ATIVAÇÃO
ES	VIANA	3205101	TC_BR	URBANO	CRAS NOVA BETANIA	ATIVADO
ES	VIANA	3205101	TC_BR	RURAL	VIANA CAXIAS DO SUL	ATIVADO
ES	VIANA	3205101	ESCOLA	URBANO	EMEF ARACATIBA	ATIVADO
ES	VIANA	3205101	TC_BR	RURAL	INCLUSAO DIGITAL NO MEIO RURAL VIANA	ATIVADO
ES	VILA VELHA	3205200	TC_BR	URBANO	IGREJA BATISTA DA PRAIA DA COSTA	ATIVADO
ES	VITORIA	3205309	POSTO DE FRONTEIRA	URBANO	MB/COMANDO DO 1 DISTRITO NAVAL POSTO OCEANOGRAFICO ILHA DE TRINDADE	ATIVADO

Fonte: MC

ANEXO D - Recursos recebidos - municípios estudados - Gesac

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	INSTALADO_EM	NOME DO ESTABELECIMENTO
CARIACICA	381802	17/08/2011	ICMBIO- CARÃO
CARIACICA	381802	18/08/2011	CRAS.NET BRASILANDIA
CARIACICA	381802	23/08/2011	CRAS.NET VOLTA GRANDE
CARIACICA	381802	22/08/2011	CRAS.NET ROMA I
CARIACICA	381802	23/08/2011	CRAS.NET ROMA II
CARIACICA	381802	16/08/2011	ICMBIO - ALTO MENTAE
CARIACICA	381802	24/08/2011	TELECENTRO INDEC - ILÊ OMIOJUARÕ
CARIACICA	381802	NÃO INFORMADO	INCLUSÃO DIGITAL DE NOVO REPARTIMENTO I
CARIACICA	381802	NÃO INFORMADO	CRAS.NET RÚSTICO
CARIACICA	381802	25/08/2011	INCLUSÃO DIGITAL DE NOVO REPARTIMENTO II
CARIACICA	381802	19/12/2008	ICMBIO - BAIRRO CORAMARA
CARIACICA	381802	05/10/2010	ICMBIO - ITAÓCA
FUNDÃO	19985	04/02/2010	KIT - TELECENTRO CHIBLY CALIL ABRAHIM
GUARAPARI	119802	01/10/2008	KIT - ESCOLA MUNICIPAL TEOFILU PAIVA GUIMARAES
VIANA	74499	21/04/2012	KIT - TELECENTRO COMUNITÁRIO ACESSA BRASIL
VIANA	74499	23/04/2012	KIT - PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM
VIANA	74499	20/04/2012	KIT - TELECENTRO COMUNITÁRIO
VIANA	74499	NÃO INFORMADO	KIT - BIBLIOTECA MUNICIPAL ANTONIO PEREIRA DIAS
VIANA	74499	NÃO INFORMADO	KIT - TELECENTRO COMUNITÁRIO
VIANA	74499	27/04/2009	KIT - CENTRO DE INCLUSÃO DIGITAL
VIANA	74499	14/07/2010	KIT - CENTRO DE APÓIO MUNICIPAL
VIANA	74499	18/01/2010	KIT - TELECENTRO
VILA VELHA	472762	NÃO INFORMADO	KIT - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCANTINS
VILA VELHA	472762	03/10/2008	KIT - CENTRO DA JUVENTUDE
VILA VELHA	472762	03/12/2009	KIT - TELECENTRO MUNICIPAL
VITÓRIA	355875	10/08/2011	KIT - CENTRO DE INCLUSÃO
VITÓRIA	355875	09/08/2011	KIT - OLHAR DIGITAL - DE OLHO NO FUTURO
VITÓRIA	355875	10/08/2011	KIT - CENTRO DE MULTIPLO USO
VITÓRIA	355875	05/08/2011	KIT - CENTRO DE GERAÇÃO DE RENDA
VITÓRIA	355875	06/08/2011	KIT - TELECENTRO
VITÓRIA	355875	08/08/2011	KIT - TELECENTRO COMUNITÁRIO - LAGOA DA CONFUSÃO
VITÓRIA	355875	08/08/2011	KIT - CENTRO COMUNITÁRIO
VITÓRIA	355875	12/08/2011	KIT - SALA ANEXA AO CENTRO DE ARTESANATO JOSE GOMES
VITÓRIA	355875	11/08/2011	KIT - CENTRO DA JUVENTUDE
VITÓRIA	355875	12/08/2011	KIT - TELECENTRO DA JUVENTUDE
VITÓRIA	355875	10/08/2011	KIT - ESCOLA DE INFORMÁTICA
VITÓRIA	355875	12/08/2011	KIT - CENTRO DE GERAÇÃO DE RENDA
VITÓRIA	355875	NÃO INFORMADO	KIT - TELECENTRO DE MATEIROS / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DE
VITÓRIA	355875	NÃO INFORMADO	KIT - CENTRO DA JUVENTUDE
VITÓRIA	355875	09/08/2011	KIT - TELECENTRO NOVO HORIZONTE
VITÓRIA	355875	10/08/2011	KIT - TELECENTRO COMUNITÁRIO DE MIRANORTE
VITÓRIA	355875	12/08/2011	KIT - TELECENTRO
VITÓRIA	355875	04/08/2011	KIT - TELECENTRO MUNICIPAL
VITÓRIA	355875	10/08/2011	KIT - TELECENTRO COMUNITÁRIO
VITÓRIA	355875	NÃO INFORMADO	KIT - CENTRO DE INCLUSÃO DIGITAL
VITÓRIA	355875	NÃO INFORMADO	KIT - CENTRO DE INCLUSÃO DIGITAL
VITÓRIA	355875	NÃO INFORMADO	KIT - TELECENTRO MUNICIPAL
VITÓRIA	355875	03/06/2009	KIT - CENTRO CULTURAL CARMINA PEREIRA ALVES
VITÓRIA	355875	01/01/2005	KIT - CENTRO SOCIAL

Fonte: MC (atualizado até 05/10/2016)

ANEXO E - Ranking de Municípios Incluídos segundo a FGV

(continua)

RANKING MUNICIPAL DE ACESSO DOMICILIAR - 2010

Mapa da Inclusão Digital - FGV - 2012

População com 15 anos ou mais

MICROCOMPUTADOR NO DOMICÍLIO %				MICROCOMPUTADOR COM INTERNET %			
	Posição Nacional		%		Posição Nacional		%
		Brasil	41,11			Brasil	33,2
ES	3	Vitória	73,88	ES	2	Vitória	68,41
ES	32	Vila Velha	63,25	ES	20	Vila Velha	56,80
ES	292	Serra	51,55	ES	222	Serra	42,57
ES	446	Cariacica	47,95	ES	298	Cachoeiro de Itapemirim	40,78
ES	451	Cachoeiro de Itapemirim	47,83	ES	328	Venda Nova do Imigrante	39,97
ES	518	Colatina	46,80	ES	350	Cariacica	39,33
ES	554	Venda Nova do Imigrante	46,21	ES	377	Colatina	38,86
ES	644	João Neiva	44,94	ES	512	João Neiva	36,29
ES	712	Aracruz	43,77	ES	660	Aracruz	34,10
ES	765	Guarapari	42,95	ES	683	Castelo	33,77
ES	776	Piúma	42,82	ES	754	Guarapari	32,71
ES	1003	Castelo	39,96	ES	765	Piúma	32,51
ES	1061	Ibiraçu	39,05	ES	807	Alegre	32,00
ES	1085	Anchieta	38,77	ES	967	Ibiraçu	29,99
ES	1109	Linhares	38,52	ES	1006	Santa Teresa	29,53
ES	1210	São Mateus	37,35	ES	1009	São Mateus	29,48
ES	1241	Santa Teresa	37,10	ES	1055	Linhares	28,93
ES	1251	Alegre	37,00	ES	1197	Viana	27,42
ES	1284	Fundão	36,54	ES	1202	Iconha	27,37
ES	1356	Bom Jesus do Norte	35,63	ES	1245	Guaçuí	26,85
ES	1360	Viana	35,51	ES	1253	Maratáizes	26,74
ES	1416	Iconha	34,98	ES	1300	Itarana	26,16
ES	1487	Marechal Floriano	33,91	ES	1311	Fundão	26,06
ES	1549	Nova Venécia	33,29	ES	1344	Bom Jesus do Norte	25,71
ES	1627	Marilândia	32,32	ES	1370	Anchieta	25,42
ES	1643	Maratáizes	32,18	ES	1377	Nova Venécia	25,36
ES	1671	Baixo Guandu	31,85	ES	1430	São Gabriel da Palha	24,78

ANEXO E - Ranking de Municípios Incluídos segundo a FGV

(continuação)

RANKING MUNICIPAL DE ACESSO DOMICILIAR - 2010

Mapa da Inclusão Digital - FGV - 2012

População com 15 anos ou mais

MICROCOMPUTADOR NO DOMICÍLIO %				MICROCOMPUTADOR COM INTERNET %			
	Posição Nacional		%		Posição Nacional		%
ES	1756	Guaçuí	31,02	ES	1547	Rio Novo do Sul	23,64
ES	1760	Rio Novo do Sul	30,96	ES	1640	Marechal Floriano	22,75
ES	1795	São Gabriel da Palha	30,62	ES	1673	Muqui	22,48
ES	1801	Muqui	30,57	ES	1703	Baixo Guandu	22,23
ES	1860	Itarana	30,10	ES	1773	Jerônimo Monteiro	21,63
ES	1927	Jerônimo Monteiro	29,36	ES	1798	Marilândia	21,42
ES	2011	Domingos Martins	28,42	ES	1839	São Roque do Canaã	21,05
ES	2017	São Roque do Canaã	28,39	ES	1906	Conceição do Castelo	20,60
ES	2105	Santa Maria de Jetibá	27,42	ES	1980	Apiacá	19,99
ES	2162	Conceição do Castelo	26,84	ES	2050	Itapemirim	19,30
ES	2249	São Domingos do Norte	26,01	ES	2146	Atilio Vivacqua	18,48
ES	2258	Atilio Vivacqua	25,85	ES	2233	Santa Maria de Jetibá	17,77
ES	2286	Jaguaré	25,56	ES	2276	São José do Calçado	17,49
ES	2312	Alfredo Chaves	25,36	ES	2280	Pedro Canário	17,44
ES	2398	Barra de São Francisco	24,54	ES	2288	Montanha	17,39
ES	2426	Itapemirim	24,22	ES	2323	Itaguaçu	17,16
ES	2454	Pedro Canário	23,92	ES	2363	São Domingos do Norte	16,73
ES	2461	São José do Calçado	23,85	ES	2381	Domingos Martins	16,58
ES	2489	Montanha	23,65	ES	2445	Alto Rio Novo	16,12
ES	2490	Vargem Alta	23,65	ES	2472	Jaguaré	15,93
ES	2530	Apiacá	23,30	ES	2485	Íluna	15,81
ES	2546	Mantenópolis	23,14	ES	2533	Muniz Freire	15,45
ES	2568	Itaguaçu	22,88	ES	2540	Boa Esperança	15,33
ES	2615	Governador Lindenberg	22,31	ES	2567	Pinheiros	15,15
ES	2621	Pinheiros	22,21	ES	2619	Barra de São Francisco	14,84
ES	2628	Mimoso do Sul	22,13	ES	2627	Mantenópolis	14,80
ES	2631	Alto Rio Novo	22,08	ES	2709	Mimoso do Sul	14,19
ES	2650	Vila Valério	21,94	ES	2715	Rio Bananal	14,15
ES	2668	Boa Esperança	21,75	ES	2740	Alfredo Chaves	13,93
ES	2689	Vila Pavão	21,55	ES	2746	Pancas	13,90

ANEXO E - Ranking de Municípios Incluídos segundo a FGV

(continuação)

RANKING MUNICIPAL DE ACESSO DOMICILIAR - 2010

Mapa da Inclusão Digital - FGV - 2012

População com 15 anos ou mais

MICROCOMPUTADOR NO DOMICÍLIO %				MICROCOMPUTADOR COM INTERNET %			
	Posição Nacional		%		Posição Nacional		%
ES	2728	<i>Íluna</i>	21,12	ES	2860	<i>Vargem Alta</i>	13,22
ES	2733	<i>Sooretama</i>	21,06	ES	2928	<i>Afonso Cláudio</i>	12,71
ES	2801	<i>Presidente Kennedy</i>	20,41	ES	2966	<i>Vila Pavão</i>	12,40
ES	2825	<i>Afonso Cláudio</i>	20,08	ES	2982	<i>Vila Valério</i>	12,29
ES	2846	<i>Pancas</i>	19,88	ES	2997	<i>Ibatiba</i>	12,19
ES	2874	<i>Muniz Freire</i>	19,58	ES	3033	<i>Laranja da Terra</i>	11,98
ES	2909	<i>Conceição da Barra</i>	19,30	ES	3043	<i>Governador Lindenberg</i>	11,91
ES	2936	<i>Santa Leopoldina</i>	19,05	ES	3094	<i>Santa Leopoldina</i>	11,60
ES	2956	<i>Águia Branca</i>	18,87	ES	3106	<i>Água Doce do Norte</i>	11,55
ES	3016	<i>Rio Bananal</i>	18,41	ES	3127	<i>Conceição da Barra</i>	11,37
ES	3026	<i>Ponto Belo</i>	18,35	ES	3141	<i>Irupi</i>	11,30
ES	3079	<i>Ecoporanga</i>	17,95	ES	3211	<i>Ecoporanga</i>	10,85
ES	3116	<i>Brejetuba</i>	17,65	ES	3214	<i>Mucurici</i>	10,83
ES	3127	<i>Ibatiba</i>	17,56	ES	3235	<i>Presidente Kennedy</i>	10,72
ES	3189	<i>Água Doce do Norte</i>	16,98	ES	3259	<i>Ponto Belo</i>	10,56
ES	3252	<i>Irupi</i>	16,45	ES	3279	<i>Dores do Rio Preto</i>	10,42
ES	3284	<i>Mucurici</i>	16,16	ES	3293	<i>Brejetuba</i>	10,36
ES	3286	<i>Dores do Rio Preto</i>	16,14	ES	3306	<i>Sooretama</i>	10,23
ES	3329	<i>Laranja da Terra</i>	15,71	ES	3490	<i>Águia Branca</i>	9,40
ES	3456	<i>Divino de São Lourenço</i>	14,66	ES	3675	<i>Divino de São Lourenço</i>	8,47
ES	3768	<i>Ibitirama</i>	12,43	ES	3894	<i>Ibitirama</i>	7,50

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo/IBGE – Constante no Mapa da Inclusão Digital 2012 – FGV

ANEXO F - Indicadores de Desenvolvimento de Vitória

(continua)

Resumo dos Indicadores de Desenvolvimento de Vitória		
Ano	Ranking	Indicadores
2015	1º	Prêmio Inovex - Participação e Controle Social
	3º	Prêmio Brasil Sorridente - Conselho Federal de Odontologia
	2º	Prêmio Brasil Sorridente - Conselho Federal de Odontologia
	1º	Capital Brasileira mais transparente do País.
	-	Cidade mais tecnológica do Brasil (Consultoria Austin Ratings)
	-	Capital Brasileira mais transparente do País.
	1º	Melhor índice do País em atendimento a crianças de 0 a 5 anos em escolas da rede municipal (TCE-RS)
	3º	Prêmio de Excelência em Inovação na Gestão Pública 2015 - Congresso de Informática e Inovação na Gestão Pública (Conip)
	7º	Melhor cidade para investir nas Américas (FDI Intelligence - Financial Times)
	1º	Prêmio GovernArte: "A arte do bom governo" (BID)
	2º	Melhor cidade do litoral para se viver - ONU
		Melhor índice do País em atendimento a crianças de 0 a 5 anos em escolas da rede municipal (TCE-RS)
2014	3º	Capital mais empreendedora do Brasil (Endeavor)
	1º	Melhor cidade do Brasil para se criar e educar os filhos (Delta Economics & Finance/Revista Exame S.A)
	2º	Capital mais transparente do Brasil (Associação Contas Abertas)
2013	-	Melhor cidade para investir nas Américas (FDI Intelligence - Financial Times)
	-	Cidade com a melhor saúde do Brasil (Urban Systems/Exame)
	6º	Melhores cidades em bem-estar para moradores (Observatório das Metrôpoles)
		Melhor cidade do litoral para se viver - ONU
2012	1º	Capital com maior PIB per capita do Brasil (R\$ 86.009,28)
	2º	Cidade do país em acesso a computador com internet em casa (Mapa da Inclusão Digital" (FGV/CPS, 2012)
	1º	Capital mais empreendedora do Brasil (Endeavor)
	1º	Capital com melhor Índice de Desempenho do SUS (IDSUS)
	1º	Melhor cidade do Brasil para se abrir um negócio (Urban Systems/Exame)
	1º	Melhores Práticas da Agenda Ambiental de Admin. Pública - Uso Sustentável dos Recursos Naturais (A3P)
	2º	Capital mais transparente do Brasil (Associação Contas Abertas)
4º	Cidade mais digital do Brasil (Revista Wireless- Mundi)	
2011	1º	Cidade com melhor Índice de competitividade do turismo (Ministério do Turismo)
	1º	Capital com maior PIB per capita do Brasil (R\$ 85.794,33)
	3º	Capital com melhores condições para se fazer carreira

ANEXO F - Indicadores de Desenvolvimento de Vitória

(continuação)

Resumo dos Indicadores de Desenvolvimento de Vitória		
Ano	Ranking	Indicadores
2010	1º	Prêmio Innovare 2013 - Botão do Pânico
	1º	Capital com melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Dimensão Educação
	1º	Melhores cidades em bem-estar para moradores (Observatório das Metrôpoles)
	1º	Capital com maior PIB per capita (IBGE)
	2º	Cidade da Região Sudeste com o maior investimento por habitante (FNP)
	2º	Capital com maior PIB per capita do Brasil (R\$ 86.009,28)
	2º	Capital com melhor Índice Firjan de Gestão Fiscal - IFGF (FIRJAN)
	3º	Cidade do país em acesso a computador com internet em casa (Mapa da Inclusão Digital" (FGV/CPS, 2012)
	4º	Melhor município no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
2009	6º	Cidade do país em acessos domiciliares por banda larga (Mapa da Inclusão Digital" (FGV/CPS, 2012)
	2º	Capital com melhor Índice de Desenvolvimento Municipal (FIRJAN)
2009	7º	Capital com melhor Índice de Desempenho do SUS (IDSUS)
	3º	Capital que realiza mais investimentos (ABRASF)
2008	10º	Capital com melhor qualidade de vida (ProTeste)
	18º	Melhor Índice de responsabilidade fiscal e social
2007	1º	Melhores Práticas da Agenda Ambiental de Admin. Pública - Uso Sustentável dos Recursos Naturais (A3P)
	1º	Cidade brasileira com maior facilidade de abrir um negócio (ABAPE)
	23º	Capital mais bem avaliada no Índice do SUAS (MDS)
2006	2º	Melhores condições de vida (ICV/FGV)
2005	5º	Cidade mais digital do Brasil (Revista Wireless- Mundi)
2003	1º	Capital com maior crescimento no Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e Gestão (IRFS) - 2002 a 2011
	8º	Menor grau de exclusão social
	9º	Capital com maior PIB per capita do Brasil (R\$ 85.794,33)
	9º	Melhor renda per capita do país

Fonte: ONU, IBGE, IPEA, FGV, FNM, FIRJAN, ABRASF, MS, MTur, MMA e Associação ProTeste.

Fonte: Prefeitura de Vitória. Disponível em < <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/perfil.asp>>. Acesso em 28 de agosto de 2016.

ANEXO G - Telecentros mantidos pela Prefeitura de Vitória

Telecentro	Endereço
Andorinhas	Rua Léa, quadra 17, Santa Marta. Telefone: (27) 3317-2515.
Bento Ferreira	Av. Vitória, 3128, Edifício Calandre. Telefone: (27) 3314-4490.
Centro	Ladeira São Bento, 66, Centro. Telefone: (27) 3322-0155.
Estrelinha	Rod. Serafim Derenzi, s/nº, Estrelinha. Telefone: (27) 3233-8395.
Forte São João	Rua Coronel Calmon, s/nº, Forte São João Telefone: (27) 3222-3351.
Goiabeiras Velha	Rua José Alvares, s/nº, Goiabeiras Velha. Telefone: (27) 3327-4445.
Ilha do Príncipe	Rua Brígida Nader, s/nº, Ilha do Príncipe. Telefone: (27) 3222-4882.
Ilha de Santa Maria	Avenida Vitória, 1.320, Ilha de Santa Maria Telefone: (27) 3222-8898.
Jardim Camburi	Av. Expedicionário, 339, Condomínio Atlântica Ville, Térreo do Edifício Monte Rei. Telefone: (27) 3337-1756.
Jardim da Penha	Rua Maria Heleonora Pereira, 1.001, Jardim da Penha. Telefone: (27) 3314-1297.
Jesus de Nazaré	Rua Erildo Costa Matos, s/nº, Jesus de Nazaré. Telefone: (27) 3324-8995.
Maria Ortiz	Rua Professor Renato Ribeiro dos Santos, s/nº, Maria Ortiz. Telefone: (27) 3327-1126.
Parque Moscoso	Rua Padre José da Anchieta, s/nº, Parque Moscoso. Telefone: (27) 3222-2083.
Piedade	Rua Filomeno Ribeiro, 158, Piedade. Telefone: (27) 3222-1330.
Ponto Chique	Rua Presidente Arthur Bernardes, 57, Alto Caratoíra. Telefone: (27) 3222-2792.
Resistência	Avenida Brasil, 80, Resistência. Telefone: (27) 3215-1990.
Ufes	Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Centro de Vivência. Universidade Federal do Espírito Santo, Campus de Goiabeiras. Telefone: (27) 4009-2048.
Santo André	Rua da Coragem, s/nº, Santo André. Telefone: 3233-8002.
Santo Antônio	Avenida Santo Antônio, 1.400, Edifício Gabino Rios. Telefone: (27) 3223-9801.
São Benedito	Rua Tenente Setubal, 93, São Benedito. Telefone: (27) 3215-4338.
Tabuazeiro	Rua Rui Barbosa, s/nº, Associação de Moradores de Tabuazeiro. Telefone: (27) 3323-6317.

Fonte: Prefeitura de Vitória .

ANEXO H - Pontos de acesso - Vitória Online

(continua)

LOCAL	LOGRADOURO	BAIRRO	REFERÊNCIA
ROD SERAFIM DERENZI X RUA CINCO IRMAOS	ROD SERAFIM DERENZI	-	SUPERMERCADO MULTISHOW
PRACA SAN MARTIN	-	-	EM FRENTE AO POSTO PETROBRAS
US DR LUIS CLAUDIO PASSOS	RUA EMÍLIO FERREIRA DA SILVA	ANDORINHAS	AO LADO DO CAMPO DE FUTEBOL
QUADRA DO CAJUN	AV LEITÃO DA SILVA	ANDORINHAS	AO LADO DA EMEF IZAURA MARQUES / POSTE CAMERA
SECRETARIA DE OBRAS (SEMOB)	AV VITÓRIA	BENTO FERREIRA	AO LADO DA JAC MOTORS
EDIFICIO HELENUS	RUA AMÉLIA DA CUNHA ORNELAS	BENTO FERREIRA	AO LADO DA CLINICA CAPIXABA DO RIM
GINASIO GOVERNADOR JONES DOS SANTOS NEVES	AV MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES	BENTO FERREIRA	AO LADO DA IMPRENSA OFICIAL / ES
PALACIO MUNICIPAL	AV MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES	BENTO FERREIRA	PALACIO JERONIMO MONTEIRO / PMV
PRACA PEDRO SALU RODRIGUES	RUA DEPUTADO CASTELLO MENDONÇA	BOA VISTA	PROXIMO A SEMPRE VERDE
IGREJA BATISTA	RUA DOUTOR ALUÍSIO DE MENEZES	BONFIM	PROXIMO A EMEF PRESIDEU AMORIM
PRACA ANTONIO FERREIRA MARQUES	AV SANTO ANTÔNIO	CARATOÍRA	PROXIMO A NOVO IMPERIO
PRACA GETULIO VARGAS	PC PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS	CENTRO	BANCO ITAU
PRACA MANOEL SILVINO MONJARDIM	AV JERÔNIMO MONTEIRO	CENTRO	EM FRENTE A CASA PORTO DE ARTES PLASTICAS
MUCANE	AV REPÚBLICA	CENTRO	SALAO DE ENTRADA PRINCIPAL
CASA CERQUEIRA LIMA	RUA MUNIZ FREIRE	CENTRO	PROXIMO AO PALACIO ANCHIETA
PRACA UBALDO RAMALHETE MALTA	RUA SETE DE SETEMBRO	CENTRO	RUA SETE DE SETEMBRO / ANTIGO SINE
PRACA COSTA PEREIRA	PC COSTA PEREIRA	CENTRO	EM FRENTE AO TEATRO CARLOS GOMES
PRACA JOAO CLIMACO	PC JOÃO CLÍMACO	CENTRO	AO LADO DO PALACIO ANCHIETA

ANEXO H - Pontos de acesso - Vitoria Online

(continuação)

LOCAL	LOGRADOURO	BAIRRO	REFERÊNCIA
PRACA OITO DE SETEMBRO	PC OITO DE SETEMBRO	CENTRO	PRACA OITO
PARQUE MOSCOSO	RUA VINTE E TRÊS DE MAIO	CENTRO	ESCOLA DE CIENCIA FISICA
PRACA NA RUA MIGUEL BONIFACIO	RUA MIGUEL BONIFÁCIO	COMDUSA	AO LADO DA CMEI SILVANETE DA SILVA
RUA WALDYR MEIRELES	RUA WALDYR MEIRELES	CONSOLAÇÃO	PROXIMO AO TELECENTRO
AV MARECHAL CAMPOS x AV VITORIA	AV MARECHAL CAMPOS	CONSOLAÇÃO	PROXIMO AO SANTANDER
MIRANTE	RUA SEBASTIÃO NESTOR DE OLIVEIRA	CRUZAMENTO	RUA SEBASTIAO NESTOR OLIVEIRA
PRACA CORONEL DJALMA BORGES	RUA ENGENHEIRO RUBENS BLEY	DA PENHA	EMEF ZILDA ANDRADE
PRACA JAYME GUILHERME DE ALMEIDA	RUA ANTENOR GUIMARÃES	DO MOSCOSO	MORRO DO MOSCOSO
US BAIRRO DO QUADRO	RUA LUCIDATO VIEIRA FALCÃO	DO QUADRO	EM FRENTE A UNIDADE DE SAUDE
CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADAO (CIAC)	RUA VITÓRIO NUNES DA MOTTA	ENSEADA DO SUÁ	PROXIMO A PRODEST E TRE
SHOPPING VITORIA	AV AMÉRICO BUAIZ	ENSEADA DO SUÁ	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PRACA DO PAPA	AV NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES	ENSEADA DO SUÁ	PROXIMO A CAPITANIA DOS PORTOS
CAMPO DE FUTEBOL SINTETICO 2	RUA OITO DE JULHO	ESTRELINHA	PROXIMO A CMEI YOLANDA
PRACA ALAIR SCHUPERIO	ESC ILMA DE DEUS	FORTE SÃO JOÃO	PROXIMO A CMEI ROBSON JOSE NASSUR PEIXOTO
SECRETARIA DE SAUDE (SEMUS)	-	FORTE SÃO JOÃO	PROXIMO AO HOSPITAL SAO LUCAS
GALPAO DAS PANELEIRAS	RUA DAS PANELEIRAS	GOIABEIRAS	BEIRA DO MANGUE
PRACA DARCY JOSE DE SA FILHO	RUA IRMÍNIO COELHO DE SOUZA	GOIABEIRAS	PROXIMO A MULTIVIX
PRACA AO LADO DA CMEI ELDINA MARIA SOARES	RUA PRESIDENTE	GRANDE VITÓRIA	AO LADO DA CMEI ELDINA MARIA SOARES

ANEXO H - Pontos de acesso - Vitória Online

(continuação)

LOCAL	LOGRADOURO	BAIRRO	REFERÊNCIA
CAMPO DE FUTEBOL SINTETICO	ROD SERAFIM DERENZI	GRANDE VITÓRIA	PROXIMO A IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS
MUSEU DO PESCADOR	RUA FELICIDADE CORREIA DOS SANTOS	ILHA DAS CAIEIRAS	PROXIMO AOS RESTAURANTES NA BEIRA MAR.
CENTRO DE REFERENCIA DA JUVENTUDE (CRJ)	AV VITÓRIA	ILHA DE SANTA MARIA	AO LADO DA LOCALIZA E RESTAURANTE POPULAR
EDIFICIO MARIA AUGUSTA GCM	RUA MARIA DE LOURDES GARCIA	ILHA DE SANTA MARIA	ANTIGO BIEL
ESCOLA TECNICA DE SAUDE	RUA MARIA DE LOURDES GARCIA	ILHA DE SANTA MARIA	EM FRENTE A MB ESQUADRIAS DE ALUMINIO
RUA OITO DE JULHO X RUA CANOEIROS	RUA OITO DE JULHO	INHANGUETÁ	PROXIMO A CMEI YOLANDA
CAMPO DE FUTEBOL	ROD SERAFIM DERENZI	INHANGUETÁ	PROXIMO AO BIKE VITORIA
PRACA LUIS COZER FILHO	RUA FREDERICO GOMES	ITARARÉ	CAMPO DE FUTEBOL DE ITARARE
CENTRO INTEGRADO DE CIDADANIA (CIC)	AV MARUÍPE	ITARARÉ	CASA DO CIDADAO
CAJUN EM ITARARE/ENGENHARIA	BC JOÃO LUIZ MATTOS	ITARARÉ	PROXIMO A SEME
SECRETARIA DE EDUCACAO (SEME)	RUA DOUTOR ARLINDO SODRÉ	ITARARÉ	PROXIMO A CASA DO CIDADAO
PRACA PALESTINA LIVRE	RUA MILTON DE CASTRO MATTOS	JABOUR	PROXIMO AO ABRIGO PARA PESSOAS
PRACA NILZE MENDES RANGEL	AV ISAAC LOPES RUBIM	JARDIM CAMBURI	PROXIMO AO PARQUE FAZENDINHA
PRACA MIGUEL ARCANJO FRAGA	RUA CARLOS ROMERO MARANGONI	JARDIM CAMBURI	PRACA DA BOCHA
PRACA ENGENHEIRO RENATO LOYOLA	RUA CARLOS DELGADO GUERRA PINTO	JARDIM CAMBURI	RESTAURANTE YAHOO
PRACA DO ATLANTICA VILLE	AV DOS EXPEDICIONÁRIOS	JARDIM CAMBURI	CONDOMINIO ATLANTICA VILLE / LANCHONETE
RUA VICTORINO CARDOSO	RUA VICTORINO CARDOSO	JARDIM CAMBURI	EM FRENTE AO BANCO DO BRASIL

ANEXO H - Pontos de acesso - Vitória Online

(continuação)

LOCAL	LOGRADOURO	BAIRRO	REFERÊNCIA
PRACA MARIA SOARES ALVES	RUA PEDRO BUSATTO	JARDIM CAMBURI	PROXIMO A PADARIA ART PAO
LAMINHA	AV JUDITH LEÃO CASTELLO RIBEIRO	JARDIM CAMBURI	EM FRENTE AO RECICLAGEM
R CARLOS ROMERO MARANGONI x R JOSE CELSO CLAUDIO	RUA CARLOS ROMERO MARANGONI	JARDIM CAMBURI	PROXIMO AO EPA NA SUBIDA BAIRRO DE FATIMA
QUIOSQUE CANOA QUEBRADA	AV DANTE MICHELINI	JARDIM CAMBURI	PROXIMO AO TREVO DA NORTE SUL
PRACA SAGRADA FAMILIA	AV AUGUSTO EMÍLIO ESTELITA LINS	JARDIM CAMBURI	PRACA DA IGREJA CATOLICA
MODULO SOE	AV DANTE MICHELINI	JARDIM CAMBURI	EM FRENTE AO MOTEL HAITI
PRACA WOLGHANO NETTO	PC WOLGHANO NETTO	JARDIM DA PENHA	PROXIMO AO CARONE
RUA DA LAMA	RUA DARCY GRIJÓ	JARDIM DA PENHA	PROXIMO AO POSTO PETROBRAS
QUIOSQUE 04 PRAIA DE CAMBURI	AV DANTE MICHELINI	JARDIM DA PENHA	EM FRENTE AO HOTEL ARUAN
MODULO SOE	AV DANTE MICHELINI	JARDIM DA PENHA	EM FRENTE A SORVETERIA 40 SABORES
PRACA REGINA FRIGERI FURNO	PC REGINA FRIGERI FURNO	JARDIM DA PENHA	PRACA DO EPA
PRACA PHILOGOMIRO LANNES	PC PHILOGOMIRO LANNES	JARDIM DA PENHA	GERENCIA REGIONAL 9
US DR LUIZ CASTELLAR DA SILVA	RUA HELENA MULLER	JESUS DE NAZARETH	US JESUS DE NAZARETH
FABRICA DE IDEIAS	AV VITÓRIA	JUCUTUQUARA	ANTIGA FABRICA 747
CAMPO DE FUTEBOL OURO PRETO	RUA PROFESSORA SUZETTE CUENDET	MARIA ORTIZ	AO LADO DA PRACA DA FAMILIA
PRACA DURVAL CORNELIO DE SOUZA	AV PROFESSOR FERNANDO DUARTE RABELO	MARIA ORTIZ	CMEI DARCY CASTELLO DE MENDONCA
CAMPO DE FUTEBOL MARIA ORTIZ	AV JERÔNIMO VERVLOET	MARIA ORTIZ	CAMPO DE FUTEBOL DE GOIABEIRAS.
CENTRO ESPORTIVO TANCREDO NEVES	AV DÁRIO LOURENÇO DE SOUZA	MÁRIO CYPRESTE	TANCREDÃO

ANEXO H - Pontos de acesso - Vitória Online

(continuação)

LOCAL	LOGRADOURO	BAIRRO	REFERÊNCIA
ESCOLA DE CIENCIA, BIOLOGIA E HISTORIA	AV DÁRIO LOURENÇO DE SOUZA	MÁRIO CYPRESTE	SAMBODROMO
PRACA SAO JOSE OPERARIO	PC SÃO JOSÉ OPERÁRIO	MARUÍPE	IGREJA CATOLICA E ASSOCIACAO DE MORADORES
PRACA VICENTE GUIDA	-	MARUÍPE	PRACA DE EUCALIPTO / PROXIMO AO HOSPITAL SANTA RITA
PARQUE PEDRA DA CEBOLA	RUA ANA VIEIRA MAFRA	MATA DA PRAIA	PARQUE PEDRA DA CEBOLA
CAJUN	RUA PEDESTRE	NOVA PALESTINA	PROXIMO AO CAMPO DE FUTEBOL DE AREIA
QUADRA DE FUTEBOL	RUA PEDESTRE	NOVA PALESTINA	PROXIMO A EMEF NEUSA NUNES e CAJUN
ACADEMIA POPULAR PESSOA IDOSA / ORLA	RUA PEDRO BANDEIRA	NOVA PALESTINA	PROXIMO AO MUSEU DO LIXO
PRACA DOS NAMORADOS	AV SATURNINO DE BRITO	PRAIA DO CANTO	AO LADO DO IATE CLUBE
CASA DOS CONSELHOS	AV SATURNINO DE BRITO	PRAIA DO CANTO	SALAO DE ENTRADA PRINCIPAL
PRACA ROTARY	AV NOSSA SENHORA DA PENHA	PRAIA DO CANTO	AO LADO DO CENTRO DA PRAIA
TRIANGULO	RUA JOÃO DA CRUZ	PRAIA DO CANTO	EM FRENTE AO DOM DOM
CURVA DA JUREMA	AV JOSÉ MIRANDA MACHADO	PRAIA DO CANTO	CURVA DA JUREMA
PA PRAIA DO SUA	RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ	PRAIA DO SUÁ	PROXIMO AS PEIXARIAS
PARQUE DOM LUIZ G FERNANDES / BAIA NOROESTE	RUA DA CORAGEM	REDEÇÃO	POSTE DA CAMERA
PRACA THEREZINHA GRECCHI	ALA CÂNDIDO AGUIAR GÁGNO	REPÚBLICA	EM FRENTE A CMEI MARLENE ORLANDE SIMONETTI
US DR JOLINDO MARTINS	AV ROZENDO SERAPIÃO DE SOUZA FILHO	REPÚBLICA	US BAIRRO REPUBLICA
PRACA OFELIA CANDEIAS COUTINHO	RUA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	RESISTÊNCIA	POSTE DA CAMERA

ANEXO H - Pontos de acesso - Vitória Online

(continuação)

LOCAL	LOGRADOURO	BAIRRO	REFERÊNCIA
PRACA MARIANA ESPINDULA GOES	RUA JOSÉ MARTINS DA SILVA	ROMÃO	QUADRA POLIESPORTIVA
HUCAM	-	SANTA CECÍLIA	PROXIMO A PRACA DE EUCALIPTO E HOSPITAL SANTA RITA
AV LEITAO DA SILVA X AV RIO BRANCO	AV LEITÃO DA SILVA	SANTA LÚCIA	PROXIMO AO SUPERMERCADO CARONE
PRACA DE SANTA MARTHA	RUA GETÚLIO MIRANDA	SANTA MARTHA	AO LADO DA US SANTA MARTHA
PRACA NA RUA ERNESTO BASSINI	RUA ERNESTO BASSINI	SANTO ANTÔNIO	PROXIMO A US SANTO ANTONIO
PRACA ESTELA COIMBRA	RUA HORÁCIO DIAS DOS SANTOS	SANTO ANTÔNIO	ACADEMIA POPULAR DE SANTO ANTONIO
RUA SAO MARCOS	RUA SÃO MARCOS	SANTOS DUMONT	PROXIMO A CMEI VALDIVIA DA PENHA
PRACA DO PONTO FINAL	RUA TENENTE SETUBAL	SÃO BENEDITO	PROXIMO A EMEF PAULO ROBERTO VIEIRA GOMES
PARQUE BARREIROS	ROD SERAFIM DERENZI	SÃO CRISTÓVÃO	CAMPO DE FUTEBOL
PA SAO PEDRO	ROD SERAFIM DERENZI	SÃO JOSÉ	PROXIMO AO POSTO DA PM
POSTO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE	ROD SERAFIM DERENZI	SÃO JOSÉ	AO LADO DA POLICIA MILITAR
CASA DA JUVENTUDE	RUA GUILHERME BASSINI	SÃO PEDRO	CAMPO DO RACING
ROD SERAFIM DERENZI / SIPOLATTI	ROD SERAFIM DERENZI	SÃO PEDRO	AO LADO DA SIPOLATTI
MODULO SOE	AV BEIRA MAR	SÃO PEDRO	EM FRENTE A REGIONAL 7 EM ILHA DAS CAIEIRAS
PRACA ODILON GRIJO	RUA JOÃO FRANCISCO GOMES	SOLON BORGES	EM FRENTE AO CAJUN
MERCADO DA VILA RUBIM	RUA JAIR ANDRADE	VILA RUBIM	POSTE DA CAMERA AREA CENTRAL / PRACA
MERCADO DA VILA RUBIM	RUA ORLANDO ROCHA	VILA RUBIM	POSTE DA CAMERA DA CAIXA D AGUA / PONTE

Fonte: Prefeitura de Vitória

ANEXO I - Telecentros de Cariacica

TELECENTRO	LOCALIZAÇÃO
ALTO BOA VISTA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
CARIACICA SEDE	CENTRO HISTÓRICO
ITACIBÁ	CASA DA JUVENTUDE
PIRANEMA	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE PIRANEMA (ADESP)
SANTA PAULA / JUSCELINO KUBITSCHEK	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
SANTO ANDRÉ	CENTRAL FAÇA FÁCIL
TREVO DE ALTO LAGE	CASA DO EMPREENDEDOR
VAL PARAÍSO	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
VALE ESPERANÇA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
VILA PALESTINA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

Fonte: Prefeitura de Cariacica. Disponível em: <<http://www.cariacica.es.gov.br/prefeitura/secretarias/semdec/telecentros-do-municipio-de-cariacica/>>.

ANEXO J - Telecentros de Guarapari e Viana

Guarapari

TELECENTRO	LOCALIZAÇÃO
Telecentro Comunitário	Rua Matias Coutinho, s/n, Itapebussu. Telefone: (27) 3362-0265

Fonte: Prefeitura de Guarapari

Viana

TELECENTRO	LOCALIZAÇÃO
Biblioteca Municipal "Julia Colnago Miranda"	Praça Jerônimo Monteiro s/n, Centro.
Telecentro do Ateliê Costurart	Rua Antônio Campos, s/n, Araçatiba – Viana
Telecentro Digital de Areinha	Avenida Guarapari, s/nº Lote 01, Quadra 06, Bairro Areinha – Viana/ES

Fonte: Prefeitura de Viana

ANEXO K - Distribuição de Telecentros (MCTIC)

Posição de 05/10/2016 - ES

(continua)

Município	UF	Pop.	Idhm	Ibge	Instalado_em	Nome do estabelecimento
CARIACICA	ES	381.802	0.718	3201308	17/08/2011	ICMBIO- CARÃO
CARIACICA	ES	381.802	0.718	3201308	18/08/2011	CRAS.NET BRASILANDIA
CARIACICA	ES	381.802	0.718	3201308	23/08/2011	CRAS.NET VOLTA GRANDE
CARIACICA	ES	381.802	0.718	3201308	22/08/2011	CRAS.NET ROMA I
CARIACICA	ES	381.802	0.718	3201308	23/08/2011	CRAS.NET ROMA II
CARIACICA	ES	381.802	0.718	3201308	16/08/2011	ICMBIO - ALTO MENTAE
CARIACICA	ES	381.802	0.718	3201308	24/08/2011	TELECENTRO INDEC - ILÉ OMIOJUARÖ
CARIACICA	ES	381.802	0.718	3201308	NÃO INFORMADO	INCLUSÃO DIGITAL DE NOVO REPARTIMENTO I
CARIACICA	ES	381.802	0.718	3201308	NÃO INFORMADO	CRAS.NET RÚSTICO
CARIACICA	ES	381.802	0.718	3201308	25/08/2011	INCLUSÃO DIGITAL DE NOVO REPARTIMENTO II
CARIACICA	ES	381.802	0.718	3201308	19/12/2008	ICMBIO - BAIRRO CORAMARA
CARIACICA	ES	381.802	0.718	3201308	05/10/2010	ICMBIO - ITAÓCA
FUNDÃO	ES	19.985	0.718	3202207	04/02/2010	KIT - TELECENTRO CHIBLY CALIL ABRAHIM
GUARAPARI	ES	119.802	0.731	3202405	01/10/2008	KIT - ESCOLA MUNICIPAL TEOFILO PAIVA GUIMARAES
SERRA	ES	485.376	0.739	3205002	01/04/2013	KIT - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA TANCREDO NEVES
SERRA	ES	485.376	0.739	3205002	01/01/2005	KIT - NÚCLEO PEDAGÓGICO
SERRA	ES	485.376	0.739	3205002	01/01/2005	KIT TELECENTRO
VIANA	ES	74.499	0.686	3205101	21/04/2012	KIT - TELECENTRO COMUNITÁRIO ACESSA BRASIL
VIANA	ES	74.499	0.686	3205101	23/04/2012	KIT - PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM
VIANA	ES	74.499	0.686	3205101	20/04/2012	KIT - TELECENTRO COMUNITÁRIO
VIANA	ES	74.499	0.686	3205101	NÃO INFORMADO	KIT - BIBLIOTECA MUNICIPAL ANTONIO PEREIRA DIAS
VIANA	ES	74.499	0.686	3205101	NÃO INFORMADO	KIT - TELECENTRO COMUNITÁRIO
VIANA	ES	74.499	0.686	3205101	27/04/2009	KIT - CENTRO DE INCLUSÃO DIGITAL
VIANA	ES	74.499	0.686	3205101	14/07/2010	KIT - CENTRO DE APOIO MUNICIPAL
VIANA	ES	74.499	0.686	3205101	18/01/2010	KIT - TELECENTRO
VILA VELHA	ES	472.762	0.800	3205200	NÃO INFORMADO	KIT - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCANTINS
VILA VELHA	ES	472.762	0.800	3205200	03/10/2008	KIT - CENTRO DA JUVENTUDE
VILA VELHA	ES	472.762	0.800	3205200	03/12/2009	KIT - TELECENTRO MUNICIPAL
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	10/08/2011	KIT - CENTRO DE INCLUSÃO
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	09/08/2011	KIT - OLHAR DIGITAL - DE OLHO NO FUTURO
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	10/08/2011	KIT - CENTRO DE MULTIPLO USO

ANEXO K - Distribuição de Telecentros (MCTIC)

Posição de 05/10/2016 - ES

(continuação)

Município	UF	Pop.	Idhm	Ibge	Instalado_em	Nome do estabelecimento
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	05/08/2011	KIT - CENTRO DE GERAÇÃO DE RENDA
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	06/08/2011	KIT - TELECENTRO
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	08/08/2011	KIT - TELECENTRO COMUNITÁRIO - LAGOA DA CONFUSÃO
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	08/08/2011	KIT - CENTRO COMUNITÁRIO
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	12/08/2011	KIT - SALA ANEXA AO CENTRO DE ARTESANATO JOSE GOMES
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	11/08/2011	KIT - CENTRO DA JUVENTUDE
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	12/08/2011	KIT - TELECENTRO DA JUVENTUDE
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	10/08/2011	KIT - ESCOLA DE INFORMÁTICA
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	12/08/2011	KIT - CENTRO DE GERAÇÃO DE RENDA
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	NÃO INFORMADO	KIT - TELECENTRO DE MATEIROS / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DE
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	NÃO INFORMADO	KIT - CENTRO DA JUVENTUDE
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	09/08/2011	KIT - TELECENTRO NOVO HORIZONTE
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	10/08/2011	KIT - TELECENTRO COMUNITÁRIO DE MIRANORTE
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	12/08/2011	KIT - TELECENTRO
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	04/08/2011	KIT - TELECENTRO MUNICIPAL
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	10/08/2011	KIT - TELECENTRO COMUNITÁRIO
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	NÃO INFORMADO	KIT - CENTRO DE INCLUSÃO DIGITAL
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	NÃO INFORMADO	KIT - CENTRO DE INCLUSÃO DIGITAL
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	NÃO INFORMADO	KIT - TELECENTRO MUNICIPAL
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	03/06/2009	KIT - CENTRO CULTURAL CARMINA PEREIRA ALVES
VITÓRIA	ES	355.875	0.845	3205309	01/01/2005	KIT - CENTRO SOCIAL

Fonte: MCTIC